



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

André Eitti Ogawa

**Considerações sobre a contribuição de Mészáros à teoria marxista do Estado:
entre tecituras categoriais e as tramas reais**

Florianópolis

2021

André Eitti Ogawa

**Considerações sobre a contribuição de Mészáros à teoria marxista do Estado:
entre tecituras categoriais e as tramas reais**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestre em
Educação

Orientadora: Prof^ª. Rosalba Maria Cardoso Garcia, Dr^ª.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Ogawa, André Eitti

Considerações sobre a contribuição de Mészáros à teoria marxista do Estado : entre tecituras categoriais e as tramas reais / André Eitti Ogawa ; orientadora, Rosalba Maria Cardoso Garcia, 2021.

157 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Educação. 2. István Mészáros. 3. Teoria marxista do Estado . 4. Leitura imanente. I. Garcia, Rosalba Maria Cardoso . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

André Eitti Ogawa

Considerações sobre a contribuição de Mészáros à teoria marxista do Estado:
entre tecituras categoriais e as tramas reais

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Demetrio Cherobini, Dr.
Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM)

Prof^a. Mariléia Maria da Silva, Dr^a.
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Prof^a. Luciana Pedrosa Marcassa, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação.

Prof. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.
Coordenação do Programa Pós-Graduação

Prof^a. Rosalba Maria Cardoso Garcia, Dr^a.
Orientadora

Florianópolis, 2021.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço retribuo com agradecimentos pessoas que favoreceram de diferentes maneiras a realização deste trabalho.

Eliete Staub, Elisa Schemes, Laura Lima, Valdeci Reis, Roseanne Worma e Franciani Souza, companheiros de lida no Instituto Federal de Santa Catarina. Assumiram tarefas alheias e tiveram sua rotina sobrecarregada por todo o período de meu afastamento para pós-graduação.

Hudson Campos e Jocemara Triches, amigos. Contribuíram para tomadas de decisão em circunstâncias hesitantes.

Ligia, Samuel, Rafa, Patrícia, Mury, Katia, Larissa e Vivi, companheiros de turma. Proporcionaram momentos insubstituíveis de enriquecimento teórico e fraternidade.

Adriana D'Agostini, Célia Vendramini, Soraya Conde, Jéferson Dantas, Eneida Shiroma e Marcos Bassi, professores do Programa. Conduziram situações oportunas de substantiva aprendizagem em sala de aula ou grupos de pesquisa.

Rosalba Garcia, orientadora. Dedicou-se continuamente ao enriquecimento do trabalho em todos os seus aspectos e estágios.

Demétrio Cherobini, Mariléia da Silva e Luciana Marcassa, membros da banca examinadora. Contribuíram decisivamente para maior densidade e consistência à pesquisa.

Roo e Andi, amigas. Incentivaram-me e alegraram-se nas horas de exaustão.

Denise, Massao e Fernanda, família. Apoiaram-me em toda a trajetória e compreenderam minhas ausências e sumiços.

Elisa, companheira de vida. Seguiu todo o percurso de estudos e elaboração suportando com ternura e rigor as ocasiões de dificuldades, compartilhando as de regozijo.

À Nilza costureira.

Crise

Sonhos incompreendidos
Ilusões desfeitas
Mágoas

No mesmo campo
nascem ervas daninhas e flores
lutando por existir

A vida é assim

Nada fica
Tudo muda
E meu amor por ti
é eterno enquanto eu viva
REVOLUÇÃO!

Massaru Uematu

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo examinar o modo de encadeamento e a qualidade categorial do Estado em “Para Além do capital – Rumo a uma teoria da transição” de István Mészáros (1930-2017). Fundamentado na análise imanente da obra, reconhecida por ampla literatura como uma das mais importantes sínteses revolucionárias acerca da globalidade sistêmica do capital na segunda metade do século XX, o trabalho identifica e caracteriza, na ótica do autor, os traços fundamentais e os aspectos históricos do entremetimento concreto do Estado na processualidade do capital, realçando os determinantes políticos para a sua ultrapassagem pelo proletariado e consonante edificação de uma nova e superior forma de sociabilidade. Inclinado sobre o alcance da lógica imanente da categorização meszariana, desvela, ainda, as determinações socio-históricas que deram base às formulações do autor, assim com as mediações teóricas, políticas e sociais que as condicionaram. Remetendo analiticamente a um período histórico de longa duração, a pesquisa aponta como o salto de qualidade do exame de Mészáros se vislumbrou como um resgate e atualização crítica dos fundamentos teórico-metodológicos lançados por Marx, num contexto de preponderância de tradições que se deslocaram dessa base essencial, assinalando como momentos decisivos sua comunhão intelectual e militante com o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) e o rompimento definitivo com o regime soviético em meados dos anos 1950. Assevera-se como nesse processo o autor, ao se ocupar das formas de ser sob o capital a partir das sínteses concretas da realidade, recupera a dimensão categorial crítica do Estado e o perspectiva em sua multidimensionalidade funcional e profundo imbricamento material, confirmando-o como uma das categorias centrais na autorreprodução do capital e, desta feita, um dos pilares da teoria social marxista.

Palavras-chave: István Mészáros. Teoria marxista do Estado. Leitura imanente.

ABSTRACT

The present study aims to examine the mode of chaining and the categorial quality of the State in "Beyond capital – Towards a theory of transition" by István Mészáros (1930-2017). Based on the immanent analysis of that work, which is vastly acclaimed on the literature as one of the most important revolutionary synthesis of the systemic globality of capital in the second half of the twentieth century, the present dissertation identifies and characterizes — from the author's point of view — the fundamental traits and historical aspects of the concrete intermeddling of the State in the procedurality of capital, highlighting the political determinants for the proletariat to overcome it and consonant building of a new and superior form of sociability. Grounded on the scope of the immanent logic of Mészáros's categorization, this dissertation also unveils the socio-historical determinants that grounded the author's formulations, as well as the theoretical, political and social mediations that conditioned them. Referring analytically to a long-term historical period, the research points out to how the leap in quality of Mészáros's examination was seen as rescue and critical update of the theoretical and methodological foundations laid by Marx in a context of preponderance of traditions that moved from this essential base, pointing out both his intellectual and militant communion with the Hungarian philosopher György Lukács (1885-1971), and the definitive break with the Soviet regime in the mid-1950s as decisive moments. In dealing with the ways of being under capital grounded on concrete syntheses of reality, the author recovers the critical categorial dimension of the State and the perspective in its functional multidimensionality and deep material overlap, confirming it as one of the central categories in the self-reproduction of capital and one of the pillars of Marxist social theory.

Keywords: István Mészáros. Marxist theory of the State. Immanent reading.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Capítulos e seções do “Para além de capital – Rumo a uma teoria da transição” analisados.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	18
3. A URDIDURA CATEGORIAL DO CAPITAL E O ESTADO: ASPECTOS DE UM PERCURSO HISTÓRICO	27
3.1 CRÍTICA ONTOLÓGICA MARXIANA E OS FUNDAMENTOS DA TEORIA MARXISTA DO ESTADO: UM BREVE BALANÇO.....	27
3.2 REVISIONISMO E O PRINCÍPIO DA TEORIA: ENTRE A HISTORICIDADE REVOLUCIONÁRIA E A CONTRAFAÇÃO	41
3.3 DENTRE A VERVE DE REBELDIA E A REVOLUÇÃO: MARCHAS PARA UMA ONTOLOGIA CRÍTICA EM MÉSZÁROS.....	50
4. SUTURAÇÃO MESZARIANA DO ESTADO NA MALHA CATEGORIAL DO CAPITAL: TEXTURAS DE UMA NOVA HISTORICIDADE	62
4.1 AS DETERMINAÇÕES ONTO-GENÉTICAS DO CAPITAL E A PERFEIÇÃO DO ESTADO	62
4.2 DILACERAÇÃO MICROCÓSMICA E O REFORÇO ESTATAL DAS DUALIDADES	75
4.3 CENTRIFUGALIDADE DOS CAPITAIS E A FUNÇÃO “ORIGINAL” DO ESTADO.....	86
4.4 HIPOSTASIAÇÃO BURGUESA E A FERTILIDADE HEGELIANA	92
4.5 O CÍRCULO VICIOSO DO CAPITAL E A TEIMOSIA DE HEGEL.....	102
4.6 MARX, O DESCORTÍNIO DO MANTO DA POLÍTICA E A AMBIGUIDADE REVOLUCIONÁRIA.....	108
4.7 MÉSZÁROS, COEXISTÊNCIA DE MUNDOS E O DUPLO PODER	121
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	146

1. INTRODUÇÃO

Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra etc. Só a primeira é proibida pelo Estado (Bertold Brecht).

Um povo de trabalhadores que pede proteção do Estado manifesta a plena consciência de que nem está no poder nem está maduro para o poder (Karl Marx).

Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade (Friedrich Engels).

As formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia (Lenin).

Os homens, de livre e espontânea vontade não fazem a sua própria história e, certamente, por isso é que ela *caricaturalmente* se repete. A imperiosa e incessante necessidade de acumulação do capital em escala ampliada – esse aflitivo “pesadelo” mutuamente perene entre as classes sociais – como que uma “tradição” que “comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011c, p.25), com seus velhos personagens em ato, trajados sempre em novos figurinos, reedita em condições cambiantes os processos socio-históricos, ainda que trágicos sob o ponto de vista do desenvolvimento da humanidade em sua ineliminável relação com a natureza. Apesar dos persistentes elementos de tragédia, causadores de consternação entre os homens, sua previsibilidade ocorrencial faz com que se repitam, no entanto, como “farsa”, cuja eloquência reside sobre o ridículo.

No Brasil, os acontecimentos mais recentes em Minas Gerais, envolvendo rompimentos de barragens de rejeitos de extração mineral, são uma expressão crassa da dialética tragicômica. Quatro anos passados do caso de Mariana (2015), com os seus 55 milhões de metros cúbicos expelidos de lama tóxica, o soterramento de localidades inteiras, mortes e danos funestos ao ecossistema na bacia do Rio Doce até a sua foz, a humanidade se depara com o evento em Brumadinho (2019) e a barragem da “Mina Córrego do Feijão”, numa nova e piorada edição. Nas duas passagens, sem rosto ou feição, um estandarte em comum: a empresa Vale S.A, ex-estatal privatizada em 1997 durante o governo Fernando Henrique Cardoso – ainda com o nome de Companhia Vale do Rio Doce – como uma ampliação do Programa Nacional de Desestatização implementada no governo Fernando Collor (1990-1992).

Brumadinho se tornou o maior acidente de trabalho registrado no país¹ e, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o maior desastre em barragens do mundo nesta década². Dada a magnitude do evento, a repercussão nacional e internacional foi intensa e se alastrou dos círculos de mídia corporativa à imprensa atrelada aos partidos e organizações populares e revolucionárias. Nos níveis midiáticos mais abrangentes, a dimensão predominante do debate se manteve em sua circunscrição habitual e reprisou todo um rol reivindicativo de maiores e mais severas medidas punitivas, preventivas e fiscalizatórias por parte do Estado brasileiro, associada às noções combinadas de responsabilidade empresarial, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, as quais também deveriam ser zeladas por aquele ente.

No campo organizativo do trabalho, à sua maneira, o debate acabou igualmente estremado por limites costumeiros e o acontecimento foi disputado elevando-se a consigna da reestatização da Vale S.A. Acompanhada por termos como “sem indenização”, “sob controle dos trabalhadores”, com “imediate prisão dos executivos”, “sob controle social e democrático das comunidades e trabalhadores sobre a empresa” – apenas para citar alguns exemplos – a verve da reestatização, das maiores às menores organizações políticas de trabalhadores, *preponderantemente* apresentou-se de forma dicotômica e maniqueísta, coligada à questão das privatizações.

Tanto em um polo como no outro, cravejado em relevo, como um pressuposto onipresente ou um complemento obrigatório, um lugar-comum o qual não se pode simplesmente não passar ou estar, urgiu a figura do Estado, reivindicado de formas diferentes, mas, equitativamente tratado como solução abrangente e “saída” viável, instância progressiva, permissiva à passagem de uma situação para outra, qualitativamente diferenciada ou superior. Ganhando ênfase quer por seus atributos supostamente universalizantes, quer ensejando uma intrínseca neutralidade ou passível instrumentalização, emergiu a velha maquinaria estatal burguesa como esfera a ser aperfeiçoada e, ao mesmo tempo, aperfeiçoante dos desenvolvimentos sociais e políticos da sociedade.

O comportamento empírico dos organismos do trabalho em relação ao Estado no caso Brumadinho se, por um lado, estabelece um terminante ponto de partida para uma melhor compreensão acerca das formas organizativas da classe no que diz respeito aos seus

¹ SOUZA, F.; FELLET, J. Brumadinho é o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. **BBC**, 29 jan 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>>. Acesso em 03 nov 2019, às 14h54.

² CHADE, Jamil. Brumadinho é o maior desastre da década em barragens no mundo, alerta OIT. **Estadão**, 28 jan 2019. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/brumadinho-e-o-maior-desastre-da-decada-em-barragens-no-mundo-alerta-oit,70002698197>>. Acesso em 03 nov 2019, às 15h05.

aspectos táticos e estratégicos e ao caráter das lutas de classe no Brasil, por outro, expressa um profundo amparo contextual a um processo já muito bem conhecido e caracterizado pelo pensamento crítico revolucionário, do qual não pode ser abruptamente apartado. A perenização teórico-prática do Estado com protagonismo nos processos de transformação social e a sua magnetização pelos trabalhadores como espaço privilegiado das lutas, além de empiricamente contundente na contemporaneidade e em perspectiva global³, possui um lastro histórico de longa duração que, efetivando-se em diversas feições, ganhou contornos expressivos ao longo do século XX.

Com efeito, as condições de desenvolvimento do sistema do capital em fins do século XIX engendraram possibilidades da atuação política até então realizadas de forma conturbada e desproposita pelos trabalhadores⁴. Particularmente em alguns países centrais, pela primeira vez na história, representantes do trabalho se alçaram de modo legalizado e autorizado ao domínio estatal através do parlamento e, travando disputas interiores, puderam arrebatam ganhos reivindicatórios de classe que, inclusive, produziram sensíveis melhoras nas condições de vida do proletariado. A retumbância fenomênica dessas “vitórias” e a permissividade conjuntural às ações institucionais, que seriam reforçadas nas primeiras décadas do século XX com expressivos triunfos eleitorais na Europa, incitariam no movimento socialista a ideia de que o capitalismo havia se dotado historicamente de uma nova natureza, a qual anacronizava a estratégia da revolução violenta e de destruição do Estado burguês apresentada por Marx (1818-1883) e tornava imperativa uma inflexão no rumo das lutas. Postulando sobre a necessidade de atualizar a teoria marxiana à luz dos novos tempos, mas, matrizando esse processo com base em severas contrafações teórico-metodológicas (NETTO, 2011), seus autores passaram a propugnar na luta *contra* o capital, a priorização da acumulação de forças *com* o Estado e por meio dele conduzir, com a consecução de reformas graduais, as transformações necessárias ao alcance de um modo qualitativamente superior de organização societária. Assumindo formas distintas, mas, preservando substantivamente seu núcleo, incorporando os elementos e tendências das condições históricas cambiantes, essa caracterização não objetiva da realidade e seus prolongamentos estratégicos, centrados na resolutividade estatal e na gradualidade evolutiva da sociedade, forneceriam as bases para a constituição de outras correntes que passariam a

³ É vasta a literatura que trata da problemática. Para que se possa ter um dimensionamento em termos mais abrangentes, sugerimos Thomas (2014), Tonet e Nascimento (s/d), Lessa (2007) e Antunes (2002).

⁴ Basta lembrarmos da incisiva caracterização de Marx (2012) a respeito da participação do proletariado francês no governo institucional que se implementou com a Revolução de 1848. Trataremos deste processo com mais atenção no próximo capítulo.

hegemonizar as disputas organizativas do trabalho e, *mutatis mutandis*, perpassariam as lutas de classes durante todo o século XX.

A vaga revolucionária aberta com a Revolução de Outubro (1917) demarcaria um breve período de aprumada estratégica e de retomada crítica a partir dos pilares fundamentais erigidos por Marx (NETTO, 1981) e, por um lapso temporal bastante delimitado, o movimento operário internacional se centralizaria de modo efetivamente progressivo e potencialmente transformador. Os desdobramentos ulteriores ao fracasso dos processos revolucionários encadeados na Europa ocidental, o conseqüente isolamento russo e as pressões contrarrevolucionárias internas e externas, no entanto, fariam com que, de modo particular, a experiência soviética consolidada a partir de meados de 1920 também contribuísse para incrementar o redimensionamento das lutas em torno do aparelho de Estado e, deste modo, apartasse substantivamente o proletariado da realização de seus objetivos emancipatórios históricos. Não podendo prescindir das funções estatais no desenvolvimento de suas atividades produtivas fundamentais ainda calçadas na exploração e dominação de classe, a sociedade soviética engendrou a sua própria formação de Estado e a atribuiu como o baluarte da transição socialista e da revolução mundial. O comunismo seria, então, inteiramente repensado para caber nele o Estado (LESSA, 2013) e a sua coligação aos processos irrompidos desde a virada do século, configurariam no âmago do movimento proletário internacionalista a assunção da “centralidade da política” (TONET, 2015, p.8), o que significa, a efetivação das lutas prioritariamente por meio das instâncias políticas necessariamente sustentadoras de relações de exploração e dominação. Reivindicando-se caudatárias da mais autêntica tradição marxista, mas, rompendo com seus princípios e fundamentos, esses processos e seus aportes teóricos catalisariam graves problemas à luta pela emancipação humana e cumpriram um papel desarticulador bastante profundo.

A maturação das determinações e antagonismos sobre as quais transcorriam aquelas experiências, no entanto, explicitariam não só a matriz contraditória pela qual se dinamizavam como a insustentabilidade emancipatória que ensejavam. Em meio às intempestivas fricções entre as classes sociais e a eloquência das determinações sociais e políticas que lhes davam base, algumas individualidades perpassariam as mediações necessárias para deslindar os nexos desses processos e apontar suas inconsistências no plano teórico. Neste contexto, o jovem filósofo húngaro István Mészáros (1930-2017), despontaria como um dos pensadores cuja escalada de vida permitiria a reunião das condições intelectuais, científicas e ideopolíticas necessárias para produzir teoricamente uma radical, inovadora, histórica e

abrangente síntese com vistas à reorientação das lutas e superação das problemáticas condições objetivas e subjetivas vigentes.

Por quase quatro décadas Mészáros obstinadamente se dedicaria à atualização dos complexos categoriais da totalidade social do capital em face de sua historicidade e, movimentando-se numa base crítica e autocrítica, vinculando-se a um projeto autenticamente emancipador do proletariado, erigiria a magistral e *opus magna* “Para Além do capital – Rumo a uma teoria da transição” (1995), cuja reconhecida envergadura teórico-metodológica a elevaria a uma das mais importantes contribuições marxistas da atualidade no imperioso processo de historicização para a ação revolucionária (PANIAGO, 2001) e altearia o húngaro a um dos mais rigorosos e qualificados analistas da obra marxiana (NETTO, 2011).

Neste longo caminho, perquirindo a qualidade categorial e as regularidades do capital como força matrizante e resolutive do ser social, rastreando os traços de suas transformações históricas e evidenciando os modos de efetivação e suas tendências em novos tempos, o autor alcançaria as determinações da existência do Estado a partir das sínteses concretas da realidade e o perspectivaria em sua multidimensionalidade funcional e complexificação. Aproximando-se sucessivamente de sua universalidade concreta, o apanharia imbricado de forma inextricável às “dimensões fundamentais” (MÉSZÁROS, 2011, p.600) do sistema e operando de modo ineliminável ao atingimento de seus objetivos metabólicos essenciais. Articulado as totalidades de suas teorias política e social aos interesses de classe do operariado, Mészáros romperia com a longa tradição que o antecederia esquadrihando-a em sua mais íntima tecitura, sustentaria o imperativo de transcendência radical dos “componentes inseparavelmente entrelaçados do sistema orgânico do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.917) que se efetivavam sob a tríade capital – trabalho – Estado, e recuperaria a estratégia revolucionária não só como o modo privilegiado de luta do proletariado, mas como a única maneira viável de erigir a sociabilidade humanamente superior do comunismo. Ao cabo da substantiva incrementação da teoria política marxista, percebida pelo autor como uma das grandes tarefas revolucionárias em seu tempo, enriqueceria a teoria marxista como totalidade, realizando-a a partir dos fundamentos lançados por Marx e da atualização de suas rogativas teórico-metodológicas.

O presente trabalho, fundamentando-se nos princípios e procedimentos metodológicos da “leitura imanente” (LESSA, 2007, p.10), teve como objetivo central apreender o modo de encadeamento e a qualidade categorial do Estado em “Para além do capital”, deslindando as determinações socio-históricas que deram base às formulações de

Mészáros e as mediações teóricas, políticas e sociais que o conduziram para tal, situando os momentos de esboço e desenvolvimentos originais. Inicialmente projetada como estudo de aprofundamento a ser desenvolvido nos semestres letivos de 2018.2 e 2019.1 no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), após uma série de debates, alinhamentos e a caracterização da relevância social e política de sua concretização, a pesquisa ganhou o caráter de mote investigativo da dissertação.

A sua exposição foi organizada em três capítulos. O primeiro é dedicado à discussão sobre o método de pesquisa. Nele, partindo da caracterização de que “Para além do capital” é a obra que encerra o patamar mais elevado acerca das aproximações do autor em relação ao seu objeto e que as “explicitações metodológicas” (NETTO, 2016a, s/p) de Mészáros acerca dele se fazem com recurso às categorias articuladas sinteticamente numa forma textual, discorremos sobre as disposições gerais e os procedimentos de análise da chamada “leitura imanente” (LESSA, 2007, p.10) ou “crítica imanente” (CHASIN, 1978, p.62), apresentando as justificativas não só de sua plausibilidade e adequação no que concerne ao atingimento dos objetivos elencados de pesquisa, mas como o mais poderoso recurso para que os revolucionários possam acessar à “totalidade” (LESSA, 2014b, p.72) de um texto clássico e extrair dele o seu efetivo conteúdo.

No segundo capítulo, tendo em vista a caracterização de que Mészáros atualizou a teoria social marxiana a partir de seus intrínsecos fundamentos, divisando uma ruptura com tradições que remetiam a uma contextualidade histórica de longa duração, apresentamos como, desde Marx, o Estado foi prevalentemente suscitado no interior do movimento proletário e o solo socio-histórico que deu origem e sustentação a essas teorias. Na seção inicial, buscando sublinhar os principais traços da categorização marxiana acerca do Estado e as formas de sua constituição e desenvolvimento, balanceamos como a preocupação de Marx com a política perpassou toda a sua trajetória intelectual e militante e, inclusive, como o interesse por sua compreensão pontuou o processo de pesquisa que o conduziria às descobertas decisivas e originais que realizaria e o deslocariam da base teórico-metodológica sobre a qual se situava até então. Na segunda seção, tratamos com mais densidade as discussões tangencialmente apresentadas neste introito, que dizem respeito aos processos de revisão do pensamento social marxiano que levaram à priorização teórica e prática do Estado como único e indispensável meio para o alcance do socialismo. Elencando suas principais vertentes e pondo sob exame suas fundamentações, demonstramos como esses processos ganharam vulto a partir de condições históricas bastante específicas em fins do século XIX e

alcançaram um patamar bastante diferenciado de arraigamento e propagação com a experiência soviética e o ascenso stalinista em meados da década de 1920. Na última seção do capítulo, aprofundando o debate sobre as mediações que permitiram a emergência da crítica meszariana e a edificação de sua “obra de síntese” (MÉSZÁROS, 2009, p.150), evidenciamos a comunhão espiritual e militante entre Mészáros e o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) como o mais determinante processo para a rumada aos caminhos que seriam trilhados a partir de fins de 1950 e que inaugurariam uma nova vertente crítica e analítica no interior do bloco cultural marxista.

No terceiro e último capítulo estão organizadas as principais sínteses do processo de auscultação de que nos valem e está dividido em sete seções. Nas três primeiras, nos atemos a uma exposição demorada sobre o aspecto mais notabilizado por Mészáros quanto à concreticidade do Estado na totalidade dinâmica e contraditória do capital e em sua imprescindível efetivação para a sustentabilidade material e permanente reprodução do sistema: a função complementar de controle em relação às determinações “centrífugas” (MÉSZÁROS, 2011, p.123) adjacentes ao antagonismo das classes sociais fundamentais e à autonomização das estruturas produtivas materiais em capitais individuais, os quais se constituem como contradições originárias e dinamizantes do capital como “modo de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p.24). Buscando especificar as diversas faces de operação desta funcionalidade, demonstraremos como, para o autor, a matriz conflitiva e potencialmente destrutiva que originou a correspondência recíproca entre as estruturas produtivas e o Estado, é a mesma que, nas condições de maturação do sistema, contraditoriamente determina a tendencial perda de correspondência entre ambas, colocando em cheque a própria existência e perpetuação do sistema como modo sustentável de sociometabolismo. Nas quatro seções subsequentes, nossas atenções se voltam à precisão da crítica que Mészáros interpreta às duas principais fontes de sua teoria política, ou seja, nos detemos à cuidadosa análise que o autor realiza em relação à filosofia política de Hegel (1770-1831) e ao pensamento de Marx. Compreendendo que as condições históricas vividas e estudadas por Mészáros permitiram que ele contribuísse com substancialidade ao “projeto teórico-intelectual” (NETTO, 2016b, s/p) marxiano, demonstramos como, na dimensão político-revolucionária, o autor pôde avançar substantivamente e superar antigas querelas.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Marx, na maior parte de sua vida, esteve atarefado com a produção de conhecimento teórico a respeito da sociedade burguesa. Na perspectiva teórico-metodológica que ele havia inaugurado com a essencial contribuição de Friedrich Engels (1820-1895), isso dizia respeito ao contínuo e obstinado escrutínio sobre seu objeto com vistas à “reprodução ideal” de seu “movimento real” (NETTO, 2016a, s/p); noutros termos, relacionava-se à busca pela compreensão da mais íntima e constitutiva estruturação daquela sociedade, assim como ao desvelamento do conjunto de leis com as quais se dinamizava e carregava suas transformações, processos e relações essenciais. Com a “força da abstração [*Abstraktionskraft*]” (MARX, 2013, p.70), Marx conduziu seu projeto com recurso às *categorias*.

Possuindo existência efetiva na totalidade concreta da realidade, pertencendo à “ordem do ser” (NETTO, 2011, p.46), Marx descobre que as categorias exprimiam a racionalidade e a historicidade das relações sociais reais daquela sociedade, e que essas eram “intimamente ligadas às forças produtivas” (MARX, 1985, p.106). Em seus próprios termos, deslinda o autor que elas expressavam “determinações de existência” (MARX, 2011, p.85) e traziam consigo “as marcas da história” (MARX, 2013, p.315). Uma vez extraídas e reconstituídas compreensivamente em suas nodulações, permitiam a apropriação do objeto em “seus detalhes” (MARX, 2013, p.128), a apreensão plena de seu “nexo interno” (MARX, 2013, p.128) e de suas “diferentes formas de desenvolvimento” (MARX, 2013, p.128), dos momentos constitutivos mais concretos aos mais simples.

Absolutamente consciente de que enquanto perdurasse historicamente o capital, a tarefa científica do proletariado permaneceria premente e necessária, Marx foi ao longo de seu percurso revisando seus escritos e cada vez mais convencido de que legava um projeto teórico-intelectual que seria erigido “à quatro mãos”. Dinamizado por suas iminentes e irresolúveis contradições, o capital, como totalidade reguladora global, mantidas as condições básicas de sua autorreprodução, seguiria ao curso de sua processualidade transformando-se de modo permanente, repondo em outras formas a sua autovalorização, enfim, continuamente se revitalizando e complexificando as esferas de realização em seu ser social. Para concretizar a tarefa revolucionária, o proletariado encerraria um rigoroso e reiterado processo de recriação categorial (IANNI, 2011) ou historicização constitutiva (THOMPSON, 1981), claro, continuando o seu legado a partir das descobertas essenciais e dos fundamentos que havia lançado.

Mészáros foi um dos mais destacados e qualificados autores que se dedicou a esse processo. Resgatando o que de mais avançado havia oferecido Marx nos termos de uma nova e consistente inteligibilidade do ser social na especificidade histórica do capital, o húngaro travou uma longa jornada na busca pela aproximação da concreção ontológica das categorias reprodutivas fundamentais do sistema. Com rigor e originalidade, indo ao “âmago do real” (IANNI, 2011, p.399), colocou em relevo as determinações, condicionantes e limites da sociedade do capital em uma historicidade determinada e enriqueceu o conjunto da teoria social marxiana. Debruçando-se sobre os ditames de desenvolvimento do sistema na segunda metade do século XX, caracterizou a processualidade contígua a fins dos anos 1960 como a entrada em uma nova época histórica, constituída e dinamizada a partir do atingimento do “zênite contraditório de maturação e saturação” (MÉSZÁROS, 2011, p.95) do capital e da criação das condições de operação de sua “crise *sistêmica*, verdadeiramente *estrutural*” (MÉSZÁROS, 2011, p.100, grifos do autor), que se assentava sobre aspectos históricos inéditos.

Segundo o autor, por toda a “era da ascendência histórica do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.49) — longo período compreendido entre o segundo quartel do século XIX, das vias de consolidação da nova ordem, até a entrada dos anos 1970 — as condições de desenvolvimento do sistema demarcaram a vigência de um padrão reprodutivo que se caracterizava por “fases relativamente longas *de expansão*” (MÉSZÁROS, 2011, p.49, grifos do autor) e “crescimento ininterrupto” (MÉSZÁROS, 2011, p.697), alternadas à precipitação de crises cíclicas mais ou menos severas. Prevalecendo sobre os momentos estagnantes, essas fases se engendravam e mantinham a partir da “facilidade relativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.92) com que o capital dava abertura a novas “saídas produtivas” (MÉSZÁROS, 2011, p.1043) e prosseguia em sua trajetória de expansão e acumulação ampliada. Um dinamismo caracterizado por Mészáros (2011, p.176) como “processo de deslocamento de contradições”.

Contando com a existência objetiva de “espaço para livre expansão” (MÉSZÁROS, 2011, p.176), territórios produtivamente “reprimidos ou latentes” (MÉSZÁROS, 2011, p.1072), altamente dotados de “suprimentos” (MÉSZÁROS, 2011, p.257) e “recursos humanos e materiais” (MÉSZÁROS, 2011, p.1072) e potencialmente passíveis de extensão dos domínios sistêmicos, o capital pôde durante esse período ultrapassar “sem impedimentos” (MÉSZÁROS, 2011, p.1072) os “limites relativos” (MÉSZÁROS, 2011, p.175) momentaneamente interpostos à sua metabolização fundamental e originados desde a sua mais íntima constituição e dinâmica. No “quadro reprodutivo *altamente ampliado*”

(MÉSZÁROS, 2011, p.260, grifos do autor) que se configurou historicamente, o capital dispôs das condições objetivas para a extensão progressiva da “margem e a eficiência produtiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.175) necessárias ao seu modo adequado e necessário de operação, correspondentes aos “porte exagerado” (MÉSZÁROS, 2011, p.104) de que assumia e ao imperativo de sua reprodução expandida.

Com a plenificação da globalidade sistêmica, o “esgotamento dos domínios a invadir e subjugar” (MÉSZÁROS, 2011, p.253) e o consonante e crescente bloqueio da possibilidade de “exportar” (MÉSZÁROS, 2011, p.259) e tornar “difusas” (MÉSZÁROS, 2011, p.797) suas contradições acumuladas, os “limites intrínsecos ou absolutos” (MÉSZÁROS, 2011, p.216) do capital foram ativados e, de forma simultânea, sua crise estrutural. Tendo perturbadas as vias de sua livre expansão e instituída a “dificuldade cada vez maior de garantir a exigida *continuidade* da produção e das necessárias ‘realização’ e ‘valorização’ do capital em escala sempre crescente” (MÉSZÁROS, 2011, p.260, grifos do autor), um “novo padrão” (MÉSZÁROS, 2011, p.49) reprodutivo foi instaurado, amparado sobre dois aspectos reciprocamente sustentados: a “crescente frequência das fases *de recessão* tendendo a um *continuum em depressão*” (MÉSZÁROS, 2011, p.49, grifos do autor) e a exacerbação dos “constituintes destrutivos” (MÉSZÁROS, 2011, p.100) do sistema, reativando e multiplicando os “efeitos nocivos” (MÉSZÁROS, 2011, p.104) mais intrínsecos e internos.

O encontro da “força extratora” (MÉSZÁROS, 2011, p.103) com seus “limites estruturais” (MÉSZÁROS, 2011, p.103), arrogando-lhe uma crescente ineficiência e “insuficiência crônica” (MÉSZÁROS, 2011, p.104) tendencialmente cumulativas, condicionou historicamente a assunção de uma “postura arbitrária de autoafirmação” (MÉSZÁROS, 2011, p.254) pelo capital, cuja autorreprodução não pôde prescindir da intensificação do seu caráter “absorvente” (MÉSZÁROS, 2011, p.96) e de sua certificação como “critério único” (MÉSZÁROS, 2011, p.260) no desenvolvimento das forças produtivas. Evidentemente, num processo cada vez mais concorrente e supressor das necessidades elementares dos indivíduos sociais e não-correspondente às “medidas e padrões humanamente significativos” (MÉSZÁROS, 2011, p.260), mas às crescentes exigências alienadas e propósitos fetichistas do capital.

Forçando-se a se exceder profundamente em “todos os planos” (MÉSZÁROS, 2011, p.253) da reprodução social e ajustar “tudo o mais” (MÉSZÁROS, 2011, p.96) à sua estrutura de controle, o capital estabeleceu com os seus “domínios vitais” (MÉSZÁROS, 2006, p.14) um relacionamento necessariamente letal e ameaçador, “em última análise *proibitivo*”

(MÉSZÁROS, 2011, p.267, grifos do autor) acerca da produtividade social e da disponibilidade de recursos de produção. Nos termos de Mészáros (2011, p.100), o sistema ativou o “espectro da incontrolabilidade total” e revelou suas implicações necessárias na “forma da *dissipação destrutiva*” (MÉSZÁROS, 2011, p.938, grifos do autor), quer em relação ao recursos naturais, com os quais conjugou uma “utilização predatória” (MÉSZÁROS, 2011, p.260), quer em relação à riqueza social produzida, cujo dominante “fetichismo da quantificação” (MÉSZÁROS, 2011, p.614) exigiu a permanente “destruição dos resultados da superprodução” (MÉSZÁROS, 2011, p.696) e um “desperdício em escala monumental” (MÉSZÁROS, 2011, p.260) ou, por fim, no que se refere aos próprios trabalhadores, ejetados “*crescentemente*” e “por toda a parte” (MÉSZÁROS, 2011, p.341, grifos do autor) como “*força de trabalho supérflua*” (MÉSZÁROS, 2011, p.226, grifos do autor), submetidos a elevados índices de exploração, deterioração do padrão de vida e seus necessários corolários repressivos e autoritários.

Guiando-se pelo real em movimento, preservando a estruturalidade essencial do imenso corpo teórico-metodológico marxiano, Mészáros atualizou os nexos categoriais do capital nos cursos históricos da segunda metade do século XX e asseverou o trânsito do sistema a uma nova fase de desenvolvimento, notabilizada pela eclosão de uma crise em “escala verdadeiramente global” (MÉSZÁROS, 2011, p.1043), dotada de um “padrão linear” (MÉSZÁROS, 2011, p.697) e extenso de movimento, além de uma larga abrangência dimensional. Articulando suas sínteses à dinâmica das lutas de classes e à ação revolucionária da classe operária, o autor continuou o projeto teórico-intelectual iniciado por Marx e, ocupando-se das múltiplas dimensões da constituição do ser social naquela determinada historicidade, contribuiu com um enriquecimento teórico em totalidade. Neste percurso, compreendendo como uma das tarefas candentes a condensação da teoria política marxiana, dedicou atenção especial a tais reflexões e buscou conferir densidade categorial ao Estado, dilucidando suas determinações históricas das gerais às mais específicas. Desdobrando suas descobertas às formulações acerca dos ditames políticos da transição revolucionária, foi capaz de equacionar lacunas históricas e avançar substantivamente em relação às teorizações de Marx. Identificar e caracterizar os traços constitutivos alcançados pelo autor, precisar as bases desse processo de resgate e atualização críticas, indicando o despontar dos momentos de originalidade e superação teórico-metodológicas, constituíram-se os objetivos centrais do presente trabalho.

“Para além do capital — Rumo a uma teoria da transição”, publicada em 1995 na língua inglesa e em 2002 no Brasil, é a (auto)reconhecida *opus magna* de Mészáros. Encerra sistematizadamente esse esforço dispendido por décadas na compreensão científico-revolucionária da sociedade do capital em novos tempos e circunstâncias, e manifesta a plenificação teórica do autor na realização de sua tarefa. Como texto teórico, se constitui como um “momento imprescindível” (LESSA, 2007, p.15) desse processo de exame e a principal mediação por meio da qual ele apresenta e articula ao proletariado as “explicitações metodológicas” (NETTO, 2016a, s/p) e as aproximações sucessivas acerca de seu objeto com vistas à sua negação e radical superação. Uma totalidade textualmente trameada por categorias e conceitos, comportada por teorias ou totalidades teóricas mais ou menos aproximadas das sínteses concretas da realidade e dotada de uma “coerência interna” (LESSA, 2007, p.16) conscientemente consumada pelo autor, mas não necessariamente anunciada.

Para o deslinde do modo de encadeamento e a qualidade da nodulação de qualquer categoria em relação à malha em que está costurada teoricamente é determinante que o texto seja investigado a partir do que ele “é em-si” (LESSA, 2007, p.15), isto é, que lhe seja concedida “a mais rigorosa prioridade” (LESSA, 2014, p.69) de modo que seu “movimento imanente” (LESSA, 2014, p.68) seja idealmente reproduzido e o “conteúdo imanente” (LESSA, 2007, p.16) efetivamente desvelado. Noutros termos, para que se possa retirar do texto o que “ele contém” (LESSA, 2014, p.68) e acessar a sua “totalidade” (LESSA, 2014, p.72), em detrimento às projeções que possam ser realizadas a seu respeito a partir de um determinado *locus* exterior antes mesmo que sua intrínseca lógica seja apurada. Como afirma Lessa (2007, p.16), perante a anteposição ao dado primário e objetivo do real, como “decorrência metodológica”, a “pesquisa exegética” do texto é requerida, de forma a possibilitar o dimensionamento conteudístico na articulação dos seus momentos explícitos (postos), implícitos (pressupostos) e omissos, a precisão das determinações fundamentais do objeto, a descoberta de “suas articulações categoriais mais internas e profundas”, assim como o desvelamento das tramas lógico-teóricas intrínsecas, suas conexões, desconexões e contradições. A partir desse princípio metodológico e do recurso de exame teórico que dele decorre, chamado por Lessa (2007, p.10) de “leitura imanente”, é que levamos a cabo todo o processo da presente pesquisa.

A imperiosidade de analisar o “Para além do capital” em sua completude para extrair dele os postos e pressupostos de sua teoria do Estado, desde o início deixou muito claro que,

dentro do que estávamos nos propondo, dados os comprimidos prazos acadêmico-institucionais, a versão final do trabalho exprimiria o resultado de um estudo não exaustivo acerca de nosso objeto, mais ou menos integral em suas subtotalidades, mas, como totalidade, potencialmente assinalado por lacunas, as quais somente poderiam ser sanadas com a continuidade de um exame posterior, no interior de um trâmite acadêmico ou não, mas necessariamente voltado à transformação radical da realidade social tal qual ela se apresenta. Buscando amenizar os riscos mais evidentes dessa diagnosticada questão, que poderia infundir em um texto final inconsistente ou por demais insuficiente para aos estritos fins acadêmicos, demos marcha a tal processo a partir de capítulos selecionados da obra, substantivamente remetentes à problemática do Estado e separados com base numa ostensiva análise do sumário e a apuração de suas problemáticas centrais. Neste fito, contribuíram decisivamente as produções de Paniago (2001, 2005, 2012), Andrade (2012) e Cherobini (2010), das quais retiramos pontuais indicações. Os capítulos e seções listados abaixo foram aqueles os quais nos dirigimos com a análise imanente, cujo procedimento descreveremos em seguida. Vale frisar, e isso poderá ser observado ao longo do trabalho, que incursões complementares, mas não menos rigorosas, foram realizadas sobre outros capítulos e seções, assim como ao “Prefácio à edição brasileira” e “Introdução”. Por fim, fica advertido o leitor que o cuidadoso desenvolvimento dos procedimentos metodológicos combinado à atenção aos prazos não permitiram adentrar às minúcias da teorização meszariana a respeito da crise estrutural do sistema do capital global, mas antes elucidar as determinações essenciais que lhe dão base, assim como traços de suas necessárias implicações.

Capítulo / Seção	Parte
Capítulo 2 – A ordem da reprodução sociometabólica do capital 2.1 Defeitos estruturais de controle no sistema do capital 2.2 Os imperativos corretivos do capital e o Estado 2.3 A dissonância entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e sua formação de Estado.	1
Capítulo 5 – A ativação dos limites absolutos do capital 5.1 O capital transnacional e os Estados nacionais 5.2 A eliminação das condições de reprodução sociometabólica	1
Capítulo 13 – Como poderia o estado fenecer?	2

13.1 Os limites da ação política	
13.2 Os principais traços da teoria política de Marx	
13.3 Revolução social e voluntarismo político	
13.4 Crítica da filosofia política de Hegel	
13.5 O deslocamento das contradições do capital	
13.6 Ambiguidades temporais e mediações que faltam	
22. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias	4
22.1 Não haverá mais poder político propriamente dito	
22.2 O ideal e a “força da circunstância”	
22.3 Poder político na sociedade de transição	
22.5 Indivíduo e classe	
22.6 Rompendo o domínio do capital	
24. Política radical e transição para o socialismo	4
24.1 O significado de <i>Para além do capital</i>	
24.2 Condições históricas da ofensiva socialista	
24.3 A necessidade de uma teoria da transição	
24.4 A “reestruturação da economia” e suas precondições políticas.	

Quadro 1 – Capítulos e seções do “Para além de capital – Rumo a uma teoria da transição” analisados.

O procedimento técnico da análise imanente foi executado a partir da proposta apresentada por Lessa (2007, 2014) e considerações de Costa (2009) e Fausto (1987), levando em conta algumas pequenas adaptações. Realizada a separação prévia dos capítulos, o processo desencadeou-se com a leitura minuciosa e o sistemático exame de cada parágrafo componente tomando-o como uma “totalidade independente” (LESSA, 2014b, p.69), objetivando a extração de seu elemento contedístico fundamental. Uma vez apanhado e tendo-o sistematizado textualmente em um caderno, ao excerto gerado foi atribuído um título rigorosamente elaborado como sua síntese e uma numeração de identificação, registradas também em uma planilha separada.

Do segundo parágrafo em diante, a cada extração da ideia principal, ao expediente de sistematização foi sendo incluída uma tarefa conectiva, ou seja, de interligação entre os parágrafos, relacionando-os de forma aditiva, adversativa, conclusiva ou explicativa. Zelando pelo “predomínio do texto” (LESSA, 2014b, p.72), contendo neste momento as iniciativas de formulação de hipóteses, ao longo do exame foi-se obtendo um progressivo encadeamento daquilo de mais essencial os parágrafos continham, uma relação segura das tratativas de cada excerto e, vislumbrado nela, um importante guia de situação para retomada e continuidade dos estudos entre os intervalos.

Com o avanço das análises, ao final de cada capítulo ou eventualmente antecipado por motivos outros⁵, a partir da apuração da planilha de títulos e o inicial agrupamento das sentenças com base nas problemáticas mais evidentes e aproximadas, procedeu-se com um esforço de sistematização de todos os excertos em único e conciso texto. Ao longo de todo o processo de pesquisa, foram elaborados oito textos parciais, os quais denominamos “relatórios”. Com a prevalência textual e o rigor do método, foi possível cada vez mais avançar na precisão das teses defendidas pelo autor e perceber o modo como ele arquitetou a sua defesa. Ao mesmo tempo, de forma progressiva, relacionar questões aparentemente apartadas e confirmar o sentido e o significado de argumentações presumidamente incompletas ou “soltas”.

A análise destes textos parciais na busca pela “trama” (LESSA, 2007, p.20) que os articulava e sua reconstrução a partir da compreensão e reforço de seus “nódulos decisivos” (LESSA, 2007, p.20) deu origem a um texto de síntese bastante avançado tanto no que diz respeito à evidenciação da *posição* categorial do autor em relação ao objeto de seu exame, como no que se refere ao melhor contorneamento de sua articulada *pressuposição*, engendrando um cenário de maior riqueza conteudística. No regresso deste específico *detour*, criavam-se, então, condições mais sólidas e favoráveis para o desenvolvimento de uma análise focalizada em relação ao objeto em tela. A partir de um exame preliminar, foi possível esboçar as linhas gerais acerca de nossas “hipóteses interpretativas” (LESSA, 2007, p.21), assim como delinear uma inicial e geral estruturação do texto final de dissertação.

⁵ Durante um semestre, as análises correram sob a forma institucional do “Estudo individualizado”, prevista regimentalmente pelo PPGE/UFSC e voltada para a realização de estudos dirigidos e supervisionados. Sob a proposta denominada “Formulações de Estado em István Mészáros”, a realização do estudo foi aprovada pela orientadora e pelo colegiado do Programa mediante a submissão e avaliação de três relatórios parciais e um final. A elaboração dos relatórios pelas exigências formais acabou por se desdobrar nesses “momentos” de sistematização requeridos a partir da metodologia apreçoada por Lessa (2007, 2014b).

Com base nesse primeiro movimento e o conseguinte e reiterado exame sobre o texto de síntese, articulados à contínua perscrutação da obra-prima, gradativamente as hipóteses foram transmutando-se em “teoria interpretativa” (LESSA, 2007, p.21) e a estruturação do texto rearranjada. Assentado nessa dinâmica é que se desenrolou o processo de análise imanente até que os prazos institucionais tornassem imperativa a sua interrupção com vistas à organização formal do texto final a partir do que se havia conseguido erigir até então. Como fora tangenciado anteriormente, a síntese teórica vislumbrada neste trabalho não esgota as problemáticas que expõe e muito menos encerra toda a potencialidade interpretativa dos capítulos selecionados. Fruto de um acesso relativo à totalidade de uma obra poligráfica, apresenta com consistência teórica e coesão, aspectos centrais de uma articulação categorial específica e desvela traços essenciais da contribuição de seu autor a um projeto teórico-intelectual secular e coletivo. Lançando as bases e avançando na compreensão de uma bem determinada subtotalidade teórica em relação à totalidade de que faz parte, deixa apontado os caminhos teórico-metodológicos vindouros para o seu mais completo vislumbre.

Como “a verdade do processo social é também a verdade dos destinos individuais” (LUKÁCS, 1965, p.57), a pesquisa exegética foi toda permeada por um concomitante e contínuo “movimento para fora do texto” (LESSA, 2007, p.21) na busca pela descoberta das determinações socio-históricas e “razões contextuais mais profundas” (LESSA, 2007, p.21) de sua gênese. Pois, como o texto “remete para além de si próprio” (LESSA, 2007, p.18), ou seja, foi produzido a partir de uma determinada contextualidade histórica e com base nas motivações e o “agir interessado” (LUKÁCS, s/d, p.25) de seu próprio autor, foi na conexão entre a “estrutura interna” (LESSA, 2007 p.21) do texto e a “história de que ele faz parte” (LESSA, 2007, p.18) que a sua “lógica imanente” (LESSA, 2007, p.18) pôde ser efetivamente apanhada e tramitados os processos que conduziriam ao alcance dos objetivos finais da presente pesquisa.

No capítulo que se avizinha, a partir de uma ampla investigação bibliográfica, buscaremos evidenciar como o desenvolvimento teórico-metodológico e ideo-político de Mészáros contorneou-se expressivamente a partir de uma contextualidade bastante peculiar, de incisiva expressão organizativa, política e cultural da sociedade húngara, mas, subjacente a um solo socio-histórico mais amplo das lutas de classes, remetente a uma escala temporal de longa duração. Realizando uma breve caracterização histórica, sublinharemos como a ruptura com componentes específicos da realidade imediata do autor, a qual o conduziria às sínteses radicais que realizaria, implicou em descontinuidades em relação a uma consolidada tradição.

3. A URDIDURA CATEGORIAL DO CAPITAL E O ESTADO: ASPECTOS DE UM PERCURSO HISTÓRICO

3.1 CRÍTICA ONTOLÓGICA MARXIANA E OS FUNDAMENTOS DA TEORIA MARXISTA DO ESTADO: UM BREVE BALANÇO

Quando Marx arranca teórico-metodologicamente em sua longa e obstinada jornada para a compreensão da sociedade burguesa em 1844, o Estado já figurava como uma de suas principais preocupações analíticas e havia ocupado parte considerável de seus estudos e sistematizações até então. Por todo o percurso de “maturação” (NETTO, 2006, p.23) de seu pensamento e de progressiva concreção de seu objeto que se desenlaçariam ao longo das próximas três décadas, o Estado teria suas mais íntimas determinações extraídas da processualidade histórico-concreta e se alçaria a uma das categorias centrais de sua teoria social (ANDRADE, 2012). Na seção de capítulo que se inicia, buscaremos salientar os principais aspectos deste desenvolvimento, realçando as mediações socio-históricas que o propiciaram, assim como os traços fundamentais alcançados pelo autor.

Em 1836, quando se muda de Bonn para Berlim para continuar os estudos universitários, Marx adentra a uma ambiência espiritualmente embevecida pelo pensamento de Georg Friedrich Hegel (1770-1831) e é decisivamente influenciado por ela. Incentivado por seu professor de direito Eduardo Gans (1798-1839), um dos principais discípulos do grande filósofo e crítico ao prendimento interpretativo de seu sistema filosófico aos “elementos conservadores” (KONDER, 1998, p.20) que lhe eram constitutivos, Marx ensaia suas primeiras análises sobre a “Filosofia do direito” (1820) de Hegel – a mais importante teorização a respeito do Estado produzida até então – e realiza algumas copiosas sistematizações, muito embora sem poder concluir seu projeto inicial de encerrar sobre a obra um verdadeiro tratado (KONDER, 1998).

Impedido de atuar na academia por conta de sua verve hegeliana⁶, acintosamente combatida durante o reinado de Frederico Guilherme IV (1795-1861), o jovem alemão ingressa ao meio jornalístico a partir de 1842 e, como articulista, tem a chance de expor publicamente suas posições, fortemente assentadas sob a perspectiva teórico-metodológica do grande filósofo (COSTA, 1998), mas em um notável processo de diferenciação histórica.

⁶ Em contraponto aos “elementos conservadores” a que Konder fez referência, a objetividade do exame hegeliano sobre a realidade e a sua perspectiva histórica fizeram com que sua filosofia passasse a ser “mal vista” (KONDER, 1998, p.22) aos olhos da burguesia e do reinado prussiano. Daremos mais atenção a essa discussão no terceiro capítulo do trabalho.

Dotando seus escritos de um caráter marcadamente sociopolítico (BERTOLDO, 2015), enfrentando a firme acomodação da censura em seu encaixe, Marx reclama como solução abrangente aos problemas sociais e políticos da sociedade um amplo processo de democratização entabulado a partir do Estado, com o qual os homens efetivamente pudessem se constituir membros do gênero humano e intercorressem com as necessárias limitações à acumulação privada da riqueza social com vistas ao enervamento das desigualdades (MÁRKUS, 1974). Para o jovem articulista, assim como havia preconizado Hegel em seus escritos, o Estado, como esfera de legitimação política separadamente constituída, traduzia em si o princípio da universalidade a qual imprimiria racionalidade à sociedade civil. Contudo, com os olhos voltados para a experiência liberal-democrática estadunidense, para Marx, não seria com a forma monárquica prussiana que isso seria levado a cabo (NETTO, 2015a).

Bastante atento à dinâmica social, vendo diante de si explodirem os conflitos sociais e se complexificarem os fenômenos econômicos e políticos ao redor do mundo, ao mesmo tempo, dedicado com afínco aos estudos e impactado decisivamente pela obra de Ludwig Feuerbach (1804-1872) (NETTO, s/d), Marx principia em 1843 um processo de “autocrítica” (MÁRKUS, 1974, p.23) filosófica e ideo-política que o desloca fundamentalmente de seu assentamento hegeliano. Pela primeira vez, já como materialista, dirige-se à obra do grande filósofo para descer-lhe aos fundamentos e proceder com a sua crítica. Aplicando-se, sobretudo, à “Filosofia do direito”, Marx percebe que seu autor havia operado uma inversão nas determinações fundamentais que se colocavam na realidade entre a sociedade civil e o Estado (NETTO, 2015a) e avança substantivamente na caracterização de seus traços pertinentes, registrando suas sínteses num manuscrito em Kreuznach⁷. Vendo-se livre das “ilusões políticas” (MÁRKUS, 1974, p.23) idealísticas de extração hegeliana e tendo clarificado que a compreensão plena do Estado passaria pela compreensão da sociedade civil, Marx, no entanto, ainda desprovido dos instrumentos analíticos para realizá-la, interrompe seus estudos deixando o manuscrito inconcluso.

Percebendo que na Prússia suas intenções periodísticas de forte cunho prático-político enfrentariam obstáculos intransponíveis⁸, Marx acorda com seu amigo Arnold Ruge (1802-1880) a fundação de um jornal em Paris, para onde se muda com a companheira Jenny

⁷ Esse manuscrito, inédito até 1927, ficaria conhecido como “Crítica da filosofia do direito de Hegel”. No terceiro capítulo do presente trabalho, sobretudo em sua quarta seção, nos ateremos a ele de forma mais demorada a partir do exame empreendido por István Mészáros.

⁸ Em outubro de 1842, Marx se tornou diretor do jornal *Gazeta Renana*, na cidade de Colônia, onde trabalhava como articulista. No início de 1843, após a publicação de um artigo com severas críticas à monarquia russa, houve enorme pressão do czar Nicolau I (1796-1855) sobre o governo prussiano para o fechamento do jornal (KONDER, 1998), que se concretizaria em 31 de março de 1843.

von Westphalen (1814-1881) em fins de 1843. Determinado em dar cabo às questões em aberto em seus exames, o alemão inclina-se como nunca aos estudos, devora os escritos de grandes pensadores do mundo ocidental como Rousseau, Montesquieu e Maquiavel, e lida diretamente com fontes históricas da Revolução Francesa (MEHRING, s/d), cujas análises contribuiriam com um peso significativo para as sínteses que realizaria mais tarde.

Quando chega à capital francesa, estava bastante claro para o autor que a parcelarização conflitiva e desigual dos indivíduos humanos em face de sua efetivação universal e genérica radicava-se nas condições materiais de reprodução da vida social, fundadas na propriedade privada e nas relações sociais mediadas pelo dinheiro (NETTO, s/d). Essa “vida prática” (NETTO, s/d, s/p) matizada por interesses privatistas, fundamentalmente denotante de um ser egoísta e concorrencial, havia tomado o lugar original e se mantinha usurpando a genericidade humana *com* a fundamental atuação do Estado e a sua pretensa universalidade, vertebrada na constituição radialmente separada como esfera da genuinidade política, por meio da qual os indivíduos reconheciam-se ilusoriamente como seres genéricos e tinham obstruída a percepção do “caráter não-humano de sua existência” (MORAES, JR., 2014, p.173). Em “Para a questão judaica”, elaborado também em Kreuznach e publicado no primeiro e único volume dos *Anais Franco-Alemães* – o periódico arquitetado com Ruge – afirma contundentemente o autor alemão:

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considere um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um juguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal (MARX, 2010, p.40, grifos nossos).

Mas a vida na efervescente Paris de meados do século XIX oportunizaria a Marx certos encontros⁹ os quais incidiriam decisivamente em seu pensamento e lhe permitiriam avançar de forma substantiva nas compreensões a respeito da totalidade de seu objeto e, assim, na caracterização acerca da constituição e dos ditames operativos do Estado.

Paris era à época uma capital europeia em ascensão industrial e dotava-se de uma massiva população trabalhadora urbana, da qual cerca de 1,3 milhão eram artesãos e operários (NETTO, 2015). Desde as revoluções de 1830, as formas organizativas da classe vinham crescendo vertiginosamente em suas cercanias (MEHRING, s/d), fracionando-se em tendências políticas diversas e distintos métodos de ação¹⁰, mas coletivamente travando sólidas e visíveis lutas contra a burguesia. Eram tempos em que o amadurecimento das contradições imanentes do capital colocava em exasperação as forças em luta¹¹ e afiava a “borda cortante” (MÉSZÁROS, 2011, p.583) de suas fricções, cotidianizando o protesto social e as manifestações públicas na atmosfera cosmopolita da cidade.

Pelas mãos de seus conterrâneos Moses Hess (1812-1872) e George Herwegh (1817-1875), Marx passa a frequentar os numerosos e secretos círculos socialistas e comunistas parisienses e tem o seu primeiro *encontro* com o proletariado francês, cujo “espírito prático-revolucionário” (BUONICORE, 2003, s/p) de base internacionalista o deixa extremamente impressionado. Em meio a severidade com que se dedica aos estudos, Marx adentra a

⁹ A questão dos determinantes “encontros” de Marx em Paris foram abordados nestes conformes por Netto (2015).

¹⁰ Segundo Hobsbawm (s/d, s/p) as revoluções de 1830 determinaram uma radical inovação: “o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França”. E continua: “Cidade sempre agitada pela atividade de massa, Paris, em julho de 1830 mostrava as barricadas surgindo em maior número e em mais lugares do que em qualquer época anterior ou posterior. De fato, 1830 fez da barricada um símbolo da insurreição popular”. Dali em diante, ainda com Hobsbawm, a tendência política em grande parte da Europa foi a de desfazimento de alianças dos movimentos proletários com os liberais e o surgimento da corrente “social-revolucionária”. Na França, pós-1830, a “poderosa tradição do jacobinismo e do babovismo de esquerda, altamente desenvolvida politicamente” se tornou, em grande parte, comunista. Uma importante ala do movimento operário que se constituiu foi a do chamado “novo socialismo utópico”, cujos teóricos mais proeminentes foram Saint Simon, Fourier e Cabet. De acordo com Hobsbawm, as correntes desta ala não estavam interessadas em agitação, mas foram importantes “mobilizadores da ação de massas” no princípio das Revoluções de 1848. Para Lowy (2002, p.51), o período compreendido entre 1830 e 1848, caracterizado por importantes transformações econômicas e sociais em parte da Europa, teve como marca a um processo de “reforço” e “reorientação do movimento operário”. Na França, há “a constituição de agrupamentos e correntes operárias autônomas separados do republicanismo ou do jacobinismo puramente burguês: é o rápido desenvolvimento das ‘uniões operárias’, das sociedades de resistência, das sociedades secretas de composição e ideologia operária, do comunismo neobabovista, é a onda de coalizões, greves, tumultos e insurreições populares”. Segundo Netto (1985, p.12/13), na Europa, o “protesto operário descreve uma curva ascendente até os anos quarenta [do século XIX]”. Nesta década, consolidado o “mundo burguês”, sofre uma “profunda inflexão”: a conversão da classe operária em “classe para si”, que dizer, se insere na “prática política como agente autônomo”.

¹¹ A grande crise social de meados do século XIX na Europa é tratada magistralmente por Hobsbawm (s/d) no Capítulo 11 – Os trabalhadores pobres.

sociabilidade operária e apreende a potência do seu protagonismo nas lutas da época, colocando-se na “cena da História” e começando a “agir por suas próprias organizações e a esboçar seu próprio programa” (LOWY, 2002, p.51). Partilhando desta efervescência, assumindo o ponto de vista daquele sujeito que parecia insuflar-se com os ares da mudança, identificando-se com seus interesses, o alemão incorpora o proletariado às suas reflexões e busca articulá-lo à trama de seu obstinado exame, o qual adentraria a um novo e superior patamar com o encontro que se desenrolaria em seguida.

Quando o jovem alemão Friedrich Engels passa por Colônia em 1842 e visita a redação do *Gazeta Renana*, Marx, suspeitando das ligações do jovem de Barmen com os comunistas de Meyen, com os quais não simpatizava, recebe-o com desconfiança e abrevia sua partida com uma não-usual falta de cordialidade (KONDER, 1998). Mal imaginava o jovem redator que com aquele lépido episódio, no entanto, se dava abertura a um vínculo que perduraria até o final de sua vida.

Filho de um poderoso industrial que percebia o seu talento para as atividades artísticas e corporais e o apurado interesse às letras como uma ameaça para a continuidade dos negócios familiares, Engels desde muito jovem é inserido no meio empresarial e se vê forçado a abandonar os estudos secundários. Enviado à Bremen (1838) para experienciar os tratos com o comércio e se aprumar aos anseios do pai e, depois, à ebulliente Manchester (1842) onde assume a sua fábrica de fiação, o jovem impacta-se profundamente com as mazelas sociais e as condições de vida do proletariado, que passam a compor importante gradiente em suas reflexões (LENIN, 1977b).

Influenciado espiritualmente pela obra de Feuerbach e pelas orientações comunistas de Moses Hess, consumadas quando de sua estada em Berlim (1841) (NETTO, 2010), Engels começa a frequentar espaços da sociabilidade proletária e estabelece profícuos contatos com lideranças de seu movimento organizativo. Assumindo-se comunista, interessado em compreender os ditames operativos da sociedade burguesa para o seu combate, Engels logo se apercebe da necessidade de socorrer-se à fonte teórica mais autorizada até então elaborada a seu respeito – a Economia Política clássica de Ricardo, Smith, Say, Mac Culloch, Mill, entre outros – para a concretização de seus anseios. Dedicando-se com afínco aos estudos, descobre então, que os conteúdos científicos alcançados por seus notáveis autores associavam-se arraigadamente a elementos burgueses de valoração social, que amainavam as contradições que lhe eram intrínsecas e ocultavam seus limites em sínteses conciliatórias e otimistas. Auferindo o imperativo de encetar a crítica da Economia Política para avançar sobre o

deslinde das propriedades e o modo de funcionamento reais daquela sociedade, da qual lhe apanhava o caráter histórico e transitório, Engels lançava os fundamentos para tal empreendimento (TAVARES, 2015) e organizava suas ideias num artigo¹² o qual remeteria para publicação em Paris, através das páginas dos *Anais Franco-Alemães*, e que, obviamente, passaria pelas mãos e se tornaria conhecido por seu editor, impressionando-o decisivamente. Encontrando-se espiritualmente com Engels e, depois, selando em Paris uma comunhão intelectual que duraria por anos, Marx desvenda a crítica da Economia Política, abre as portas para um avanço substancial em suas análises e o equacionamento de querelas antigas.

Debruçando-se obsessivamente sobre os estudos, conjugando suas reflexões à análise da realidade social objetiva e os seus desenvolvimentos complexos, o alemão vai ao longo de 1844 manuscrevendo suas sínteses e revelando os atos originários de sua perspectiva teórico-metodológica, progressivamente alcançando um maior “grau de concreticidade” (NETTO, 2006, p.23) acerca de seu objeto. Preocupado em apreender da realidade as leis que matrizavam o ser social, Marx meneia as “categorias econômicas [...] como as categorias da produção e da reprodução da vida humana” (LUKÁCS, s/d, s/p) e as perquire ao sabor de sua historicidade, alcançando aquilo que o caracterizava “em sua generalidade e essencialidade” (TONET, 1995, p.5). Fundamentalmente, descobre que a atividade prática do homem em relação à natureza, o trabalho, é que se constituía como o móvel da efetividade humana e o princípio universalizante de sua genericidade. Acercando-se do poder resolutivo e vital do trabalho sobre a existência humana, compreende que a oposição superposta a ela pelo capital como força reguladora da dinâmica social subordinava a vida dos homens e as suas necessidades a favor dos seus próprios objetivos, degradando-o a uma condição objetificada, parcializada e necessariamente dominada. Desdobrando as conclusões alcançadas em Kreuznach, Marx percebe as regularidades universais do capital pondo racionalidade ao Estado e, ao mesmo tempo, sua estrutura e dinâmica hipotecada à existência e atuação deste. Surgido em “decorrência e necessidade” (SILVA, 2012, p.12) da base produtiva material do capital, havia se tornado uma precondição ao seu modo operativo normal, vindicante do exercício permanente e reforçado da dominação *contra* o trabalho em prol de sua efetivação parcial. Na relação que se interpunha entre “fundante e fundado a nível do ser” (TONET,

¹² Trata-se de “Esboço de uma crítica da economia política”, escrito entre fins de 1843 e janeiro de 1844, publicado já em fevereiro. Segundo Netto (2015), Marx, repetidas vezes ao longo de sua vida, iria se referir a este artigo como um “esboço genial”. A influência do escrito sobre o pensamento marxiano será abordada em seguida.

1995, p.4), constitutivamente se firmava uma dependência estrutural recíproca¹³ e o Estado se alçava a constituinte material fundante naquela determinada formação social.

Alardeando sobre a transitoriedade da sociedade e do Estado burgueses, Marx ligeiramente adentra ao terreno de sua crítica radical e, reivindicando-se já um comunista, aufero o imperativo da supra-sunção positiva da propriedade privada e sua correspondente formação política para a “emancipação humana completa de todas as qualidades e sentidos humanos” (MARX, 2004, p.109) e o conseqüente retorno do homem da “religião, família, Estado etc., à sua existência (*Dasein*) humana, isto é, *social*” (MARX, 2004, p.106, grifos do autor). Interessado em desvelar os mecanismos operativos essenciais da sociedade enquanto totalidade, os quais continuaria obstinadamente perseguindo nos próximos anos, o alemão se preocupa também em reflexionar sobre os ditames teórico-práticos da revolução socialista e proletária que conduziria à sua superação. Tomando seu objeto como totalidade dinâmica e contraditória, propugna uma “revolução política com uma alma social” (MARX, 1995, s/p) e passa à busca pelo delineamento dos traços gerais e necessários acerca de seu desenvolvimento a partir da tangibilidade prática das lutas e das condições de desenvolvimento do sistema. Por meados de 1844, então completamente aprumado teórico-metodologicamente ao modo que sustentaria por toda a sua trajetória como teórico da classe operária e militante, concisamente apoiado numa base histórica, social, materialista e dialética acerca da realidade em movimento, Marx arranca em seu exame e adentra um período de colossal desenvolvimento intelectual e absoluta dedicação revolucionária (NETTO, 2016b).

Perscrutando seu objeto à luz do constante e precípua movimento do presente-passado e do passado-presente, indiciando aquilo que lhe era residualmente histórico e apontando a particularidade de sua efetivação, o alemão vai ao longo dos anos elucidando os nexos causais da sociedade burguesa, precisando as determinações e arrolando suas tendências como totalidade social. Deslindando os traços constitutivos do Estado em seu novo e específico entremeamento categorial, vai buscando sinalizar à classe operária os limites e possibilidades das lutas travadas a partir das entranhas político-institucionais, completamente atento aos seus desenvolvimentos organizativos e à empiria de seus combates. Em “A Ideologia Alemã”, por exemplo, escrita com Engels entre novembro de 1845 e agosto do ano seguinte, demonstrando uma compreensão mais ampla acerca de suas regularidades, os

¹³ Uma discussão mais apurada da caracterização marxiana a respeito das dimensões fundamentais do sistema do capital alcançadas nesse período será melhor abordada na quinta seção do último capítulo, evidentemente, a partir do exame levado a cabo por István Mészáros.

autores destacam como a particularidade mobiliária e o consonante imperativo de desconfinamento local e nacional do capital, haviam originariamente exigido e não podiam mais reprodutivamente prescindir da funcionalidade abrangente e totalizadora do Estado, que se dotava então de uma forma absolutamente correspondente aos novos ditames (re)produtivos da riqueza social.

A burguesia, por ser uma *classe*, não mais um *estamento*, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (MARX, K., ENGELS, F.; 2007, p.75, grifos dos autores).

E da constituição organicamente articulada entre as dimensões política e econômica, dado o seu caráter intrinsecamente parcial, decorria-se:

[...] que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc. etc., não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes [...] e além disso, segue-se que toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político para apresentar seu interesse como interesse geral, o que ela o primeiro instante se vê obrigada a fazer (MARX; ENGELS, 2007, p.37).

A descoberta dos determinantes essenciais da política e do Estado fez com que Marx severamente denunciasse e combatesse por toda a sua vida o modo de ação revolucionária estritamente circunscrita a essa esfera como uma forma execrável, completamente incapaz de extirpar pela raiz os males sociais da classe e de engendrar as transformações necessárias para sua libertação. Medulada a partir da concepção idealística da “onipotência da vontade” (MARX, 1995, s/p) na determinação da existência humana, iludia os indivíduos acerca de seu “instinto social” (MARX, 1995, s/p) e falseava à classe revolucionária o “conhecimento dos seus objetivos reais” (MARX, 1995, s/p), solapando as bases de uma intervenção substantiva sobre a realidade. Mas, ao mesmo tempo, tendo perspectivado a compreensão da realidade a partir de sua totalidade concreta e apanhado os traços imanentes das relações e do poder políticos à luz da sociedade de classes e do capital, sobriamente contestou o abstencionismo

político como uma falta grave e reconheceu a necessidade dessa dimensão na luta revolucionária, a qual se conjugaria aos fundamentais ditames da radical reestruturação socioeconômica da sociedade e levariam à “derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações”¹⁴ (MARX, 1995, s/p).

O desenvolvimento e consolidação do capital como força motora global e a explicitação de suas contradições ao longo da segunda metade do século XIX, eclodindo crises severas e encruando as lutas de classes, aprovisionariam Marx com um expediente de análise bastante profícuo, que o possibilitaria não só operar novas sínteses, mas, dar desdobramento às descobertas anteriores, retificá-las à luz de novas revelações e retomar antigas ou abandonadas questões, enfim, constituindo e enriquecendo sua teoria social como totalidade. Conduzindo incansavelmente suas pesquisas, retomando sistematicamente os estudos em economia política¹⁵, o alemão alcançaria o “pleno desenvolvimento” (NETTO, 2006, p.24) de seu pensamento e a decisiva precisão de seu método (NETTO, s/d) em fins de 1850. Aproximando-se da complexidade e riqueza categoriais do capital a partir de suas sínteses concretas, elucidando os mecanismos operativos essenciais, suas conexões e a sua lógica, lançaria então as bases para erigir sua principal e mais conhecida obra, “O capital. Crítica da economia política”, que seria publicada parcialmente em setembro de 1867 em Hamburgo, e cuja preocupação com sua continuidade transcorreria até a entrada dos anos 1880.

Por todo esse percurso, desde a descoberta das determinações mais gerais e essenciais de seu objeto até o alcance de sua íntima dinâmica e estruturação, a teoria política sempre manteria o *locus* central no conjunto da obra marxiana e o Estado, enquanto estrutura fundamental no processo de reprodução societária, permanentemente apeteceria o autor ao deslinde de seus nexos constitutivos mais amplos, muito embora ele jamais pudesse consumir o plano original de dedicar-lhe um escrutínio mais denso e ir além do tracejamento das “linhas gerais” (MÉSZÁROS, 2011, p.1039, grifos do autor) e de sua restrição teórica a “meros esboços” (MÉSZÁROS, 2011, p.597). Debruçando-se sobre a exorbitante movimentação prática do proletariado contra a burguesia no decurso do século XIX,

¹⁴ Na sexta seção do terceiro capítulo, apresentaremos como Mézszáros apreendeu a intersecção das teorias política e revolucionária marxianas, evidenciando os elementos que o permitiram enriquecê-las e, ao mesmo tempo, superá-las em alguns de seus aspectos.

¹⁵ Essa retomada se dá quando Marx está estabelecido com sua família em Londres – onde passa a morar em 1849 – e afastado momentaneamente das atividades partidárias, convencido, junto a Engels, do esgotamento da situação revolucionária de 1848. Contando com o acervo do Museu Britânico, já apresentando os primeiros sinais de deterioramento de sua saúde, o alemão alavanca os estudos que o alçariam a uma nova fase de seu desenvolvimento teórico-metodológico (NETTO, s/d).

principalmente a partir da experiência sociopolítica francesa, Marx articularia o exame histórico sobre o Estado às teorizações acerca das lutas de classes e da revolução, em tempo algum desatando-o categorialmente de seus nódulos ontológicos.

A crise do capital desencadeada a partir de 1845 e culminada abrangentemente em 1848, propagaria por toda a Europa uma série de levantes que produziriam transformações significativas no campo político em alguns países e, de maneira geral, demarcariam uma substantiva inflexão na oposição antagonística travada entre o capital e o trabalho. No curso das lutas, com o avigoramento da carestia e do desemprego e a massificação dos conflitos, o proletariado europeu se colocaria na cena histórica pela primeira vez como um “*agente autônomo*” (NETTO, 1985, p.13, grifos do autor), disputando um projeto societal próprio, buscando articulá-lo entre as massas e a partir dele enrijecer suas ligações internacionalistas. Através de suas vanguardas, se converteria, assim, em “*classe para si*” (NETTO, 1985, p.13, grifos do autor), claramente consciente de sua posição e tarefa históricas e da incompatibilidade de seus interesses no interior do ordenamento social e político burgueses. Como expressão direta dessa processualidade em curso, Marx e Engels, então militantes da Liga dos Comunistas¹⁶, remetariam em fins de janeiro de 1848 para publicação em Londres, o “Manifesto do Partido Comunista”, mais emblemático e poderoso documento elaborado no período pela perspectiva do trabalho.

Na França, a insatisfação explosiva dos trabalhadores e estudantes diante a brutal repressão aos protestos públicos em fevereiro de 1848 havia forçado a abdicação do rei Luís Filipe I (1773-1850) e a sua fuga para a Inglaterra, colocando fim à monarquia constitucional operante desde 1830. Em processo de ascensão social, buscando plenificar a estruturação política com vistas à consolidação e expansão de seus propósitos econômicos, a burguesia, no entanto, se sobressairia na condução dos processos ulteriores, tomando o leme revolucionário das mãos proletárias e redirecionando os rumos político-sociais franceses à sua completa conservação. Marx, que escrevia desde Londres no calor dos acontecimentos¹⁷, avaliaria como ao passo da constituição do Estado em sua tipicidade formal sob o capital, se sacramentaria a subsunção da força radical das massas via aderência institucional, a qual se instituiria logo na formação do governo provisório e se transcorreria por toda aquela

¹⁶ A Liga dos Comunistas foi uma organização fundada nos anos 1830 por emigrados alemães em Paris e Londres. Inicialmente denominada Liga dos Justos, passaria por um processo decisivo de reestruturação programática em fins dos anos 40 e, por influência de Marx e Engels, ganharia seu nome definitivo e o conhecidíssimo lema: “Proletários de todos os países, uni-vos” (KONDER, 1998).

¹⁷ Aqui nos referimos a “As Lutas de classes na França” (1850), publicado originalmente na forma de 4 artigos no *Nova Gazeta Renana*, periódico criado por Marx e Engels na ocasião das Revoluções de 1848.

processualidade, até a fragorosa derrota proletária amargada em julho, quando o movimento é esfacelado mediante uma robusta repressão, as concessões realizadas completamente revertidas e neutralizadas, e seus representantes apeados dos cargos ocupados. Relacionando o arroubo do caráter revolucionário das lutas à gravitação do proletariado sob a órbita da cada vez mais bem contorneada institucionalidade burguesa, afirmava o autor:

A proclamação da república com base no sufrágio universal apagou até mesmo a lembrança dos propósitos e motivos limitados que haviam feito a burguesia correr para a Revolução de Fevereiro. Em lugar das poucas facções da burguesia, de repente todas as classes da sociedade francesa foram lançadas para dentro da esfera do poder político, forçadas a abandonar os camarotes, o *parterre* [as plateias] e as galerias e desempenhar pessoalmente seu papel no palco revolucionário! Junto com o reinado constitucional desapareceu inclusive a aparência de um poder de Estado arbitrariamente contraposto à sociedade burguesa, levando com ela toda a série de lutas secundárias que esse pseudo poder provoca! (MARX, 2012, s/p, grifos do autor).

Mas a não efetivação pressurosa das demandas sociais e a sucessiva desintegração dos interesses do conjunto dos trabalhadores, radicadas no inextirpável e candente antagonismo das classes sociais, permanentemente instabilizariam a relativa consensualidade burguesa até a culminação das fricções em julho, quando explodiria a guerra civil em Paris. Marx, então, demonstrava como a consensualidade coerciva e a coerção consensual plenificavam a formação estatal em seu aspecto conteudístico, arrematando-o como órgão ontológico de conservação da ordem do capital.

Quando o proletariado fez do seu túmulo o berço da *república burguesa*, obrigou-a simultaneamente a vir à frente em sua forma pura, ou seja, como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante dos olhos o inimigo coberto de cicatrizes, irreconciliável, invencível – invencível porque sua existência é condição de sua própria vida -, o domínio burguês livre de todas as amarras teve de converter-se imediatamente em *terrorismo burguês* (MARX, 2012, s/p, grifos do autor).

Testificando na particularidade social francesa aspectos centrais de sua teoria política, acercando-se assertivamente da necessidade revolucionária de superação do capital na totalidade de suas dimensões fundamentais, inclusive política, o alemão ponderava como a alçada estrutural do Estado naquela contextualidade havia contado com a primordial contribuição do proletariado agindo a partir de suas entranhas e que, por fim, a “máquina” (MARX, 2012, s/p) a qual havia colocado em movimento voltava-se decisivamente contra ele, desaprumando-o absolutamente dos rumos da concretização de sua tarefa histórica. Em fins

de 1851, debruçando-se sobre os processos ulteriores à revolução de 1848¹⁸, asseverando a extensão e capilarização estatal sobre a sociedade francesa, se multifacetando e complexificando (MARX, 2011) sob a ascensão contrarrevolucionária figurada por Luís Napoleão Bonaparte (1808-1873), afirmava Marx:

Todas as revoluções aperfeiçoaram a máquina [do Estado] em vez de quebrá-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideraram a tomada de posse desse monstruoso edifício estatal como a parte do leão dos despojos do vencedor (MARX, 2011c, p.141).

Convencido de que o proletariado não poderia em suas ações “simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011a, p.54), ao mesmo tempo, certo da necessidade do caráter intrinsecamente dominativo da política no empreendimento da libertação humanitária do jugo do capital, o alemão continuaria sua jornada militante e intelectual alerta à dinâmica das lutas de classes e ao cambiante desenvolvimento do sistema, buscando articular suas descobertas e análises à prática revolucionária do proletariado. No curso da segunda metade do XIX, o auge da manifestação organizativa do proletariado até então forneceria componentes de análise absolutamente enriquecedores.

A queda de Napoleão III¹⁹ em meio à Guerra Franco-prussiana (1870-1871) e o avigoramento da crise política e social francesa com o cerco das tropas prussianas à Paris incandesceriam a flama da revolução num proletariado já bastante diferenciado organizativamente em relação aos processos de 1848. Conclamando a resistência contra o sitiamento e denunciando a traição burguesa, cujas articulações para a capitulação da capital se tornavam cada vez mais evidentes, o proletariado estenderia sua influência política ante as massas, comandaria um decisivo processo de reorganização e fortalecimento da Guarda Nacional²⁰ e se alçaria à força social dirigente. Com a assinatura dos termos de rendição em janeiro de 1871, que pactuava o desarme da Guarda Nacional, o pagamento de indenizações de guerra e a perda de territórios, o proletariado detonaria uma guerra civil que culminaria na

¹⁸ É em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, escrito entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852 e publicado pela revista *A Revolução*, editada em Nova Iorque, que Marx realiza este exame.

¹⁹ Com o golpe de Estado que estingue a II República Francesa (1848-1851), Luís Napoleão Bonaparte se torna Napoleão III e inaugura o II Império Francês (1852-1870).

²⁰ A Guarda Nacional era uma milícia formada majoritariamente por trabalhadores responsável pela preservação da ordem pública, cujas origens remetiam a Revolução Francesa de 1789. Com o ascenso das lutas e a iminência da invasão prussiana, o organismo amplia abruptamente seus batalhões e, por meio de seu Comitê Central, passa a exercer a função de direção política, rivalizando com o poder político organizado em torno do Estado (MARX, 2011a).

fuga da dirigência política e dos industriais franceses para Versalhes. Originar-se-ia, então, a primeira experiência de “autogoverno” (MARX, 2011a, p.172) revolucionário dos trabalhadores na história, a grandiosa Comuna de Paris, que perduraria por 72 dias²¹ e, segundo Marx²², se constituiria como a “forma positiva da Revolução contra o Império e suas condições de existência” (MARX, 2011a, p.123). Exercitando o rigor e a plenitude de seu método, Marx colocaria em exame esse processo preocupado em apanhar dele os seus traços e torná-los conscientes às lutas.

Para o alemão, a despeito da histórica luta da classe contra o capital *com* o Estado, a Comuna havia se dividido na original ação dos trabalhadores “para si mesmos, por si mesmos” (MARX, 2011a). Com armas em punho, haviam tomado violentamente a maquinaria político-institucional burguesa e reabsorvido dela as “suas próprias forças vitais” (MARX, 2011a, p.129), reestruturando o exercício do “trabalho de administração” (MARX, 2011a, p.131) e das “funções públicas” (MARX, 2011a, p.57) a partir de seus interesses emancipatórios e, desta feita, dando forma à sua própria estruturalidade política. Constituindo-se como a “verdadeira antítese do *próprio Império*” (MARX, 2011a, p.127, grifos do autor), os trabalhadores principiavam o arruinamento do Estado burguês e criavam as condições necessárias – os “meios organizados de ação” (MARX, 2011a, p.131) – para o empreendimento do objetivo fundamental de libertação dos homens do jugo do capital e de todos os entraves para sua efetivação verdadeiramente humana. Inauguravam, segundo o autor, a emancipação do trabalho como atividade autoconstitutiva e automediada; davam início à caminhada para a eliminação das classes sociais e da dominação do homem pelo homem. Para Marx, ademais o completo esfacelamento que ocorreria em 28 de maio de 1871 após austero conflito, a Comuna, “*forma política da emancipação social*” (MARX, 2011a, p.131, grifos do autor), havia aturdido como nunca o “espírito burguês” (MARX, 2011a, p.54) e impregnado a república com “um novo mundo” (MARX, 2011a, p.123). Concretizando uma condicionalidade emergente às determinações de um contexto transicional, havia mostrado os caminhos para o desenvolvimento das lutas futuras, ao mesmo tempo, explicitado as exigências e os imperativos para o seu avanço concreto.

Os desdobramentos históricos do capital e as lutas de classes proporcionariam ainda muitos elementos de análise para Marx que, mesmo com a saúde bastante deteriorada, seguiria reflexionando a serviço da revolução até o final de sua vida. Para o autor, que erigiu

²¹ Para a elaboração deste parágrafo, analisamos os escritos de Rago Filho (2011), Secco (2011) e Marx (2011a).

²² Marx examina o processo em tela em “A Guerra civil na França”, escrita em abril e maio de 1871 como Mensagem do Conselho Geral da I Internacional aos comunardos, do qual fazia parte como secretário.

uma ontologia materialista do ser social tendo o capital como força reguladora e matrizante, o Estado se entremeava na teia categorial do sistema de forma qualitativamente distinta em relação às formações societárias passadas, imbricando-se indissociavelmente às dimensões reprodutivas fundamentais e, deste modo, tornando imperativa a sua completa destruição na passagem revolucionária ao modo de sociabilidade humanamente superior do comunismo.

Constituindo uma teoria expressiva do capital como um “sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (NETTO, 2006, p.30), vinculando nela os anseios emancipatórios do proletariado, edificou uma teoria do Estado a partir de sua objetivação historicamente diferenciada e complexificada, “saturada de determinações” (NETTO, 2016a), e dela pôde rastrear a qualidade de suas transformações ao passo da processualidade histórica, a partir da qual perspectivou os ditames de sua extenuação estrutural. Não podendo dar cabo ao aprofundamento das determinações de sua existência como planejado, legou os fundamentos para tal consecução, consciente de que a plenitude compreensiva não só do Estado, mas da sociedade burguesa como totalidade só seria alcançada *post festum*. Ao longo de toda a sua trajetória, foi se convencendo do caráter essencialmente coletivo do empreendimento o qual havia principiado junto a Engels e da necessidade do proletariado interpretar a continuidade de sua pesquisa enquanto perdurasse a dominância e a nucleação do capital no desenvolvimento societal. Lúcido da grandeza de sua obra e de sua intrínseca natureza transformadora, o alemão morre em 1883 confiando a Engels a organização e publicação de seus escritos, completamente consciente que seu pensamento forneceria as bases para a sequência de pesquisas da classe, mas, também, das tortuosidades do percurso por que trilharia.

3.2 REVISIONISMO E O PRINCÍPIO DA TEORIA: ENTRE A HISTORICIDADE REVOLUCIONÁRIA E A CONTRAFAÇÃO

Conformando-se como os principais firmamentos da concepção teórico-metodológica inaugurada por Marx, a anteferência aos elementos constitutivos da realidade social e a tomada da sociedade burguesa como totalidade contraditória e em constante mutação, alçaram a revisão como um princípio fundamental da formulação teórica revolucionária. Preconizando sobre a relatividade do conhecimento e a necessidade de historicizar as formas de ser do capital em sua existência efetiva, o autor erigiu sua extensa obra vigilante às cambiantes condições de desenvolvimento de sistema e constantemente revisionando suas posições à luz da processualidade histórica em curso (NETTO, 2015b). Ao fim de sua trajetória, legou um grandioso “projeto teórico-intelectual” (NETTO, 2016b, s/p) a ser executado como uma tarefa central do proletariado em sua incumbência histórica.

Na virada do século XIX, as tendências do capital tangencialmente apanhadas por Marx haviam se tornado eloquentes e a sua configuração sistêmica como totalidade global já estava bastante nítida. Os revolucionários, então, preocupados com a direção das lutas e com o enrilhamento internacionalista, detiveram-se à atualização da malha categorial do capital a partir de suas sínteses concretas e tendo em vista os fundamentos marxianos. Lenin (1870-1924), um dos mais importantes dirigentes da classe operária no período, se elevaria também a um dos seus mais destacados teóricos, principalmente com os escritos que elaboraria no decurso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Caracterizando os processos sociopolíticos que haviam conduzido à prevalência do capital financeiro e à formação dos gigantescos monopólios empresariais que passavam a dominar o mercado internacional e acirrar a concorrência entre as Nações, Lenin desvelaria como o patamar superior de acumulação do capital alcançado naquela época histórica tinha como sustentáculo cardeal o engrenamento desigual e entrelaçado da totalidade do sistema sob o esteio da dominação colonial. Anunciando a entrada do capitalismo em uma nova fase de desenvolvimento histórico – o “Imperialismo” (LENIN, 1984, s/p) – e atestando a efetuação das lutas de classes com novos ingredientes, o autor perceberia a reciprocidade estrutural entre as dimensões econômica e política operando de formas distintas ao longo desta cadeia, mas absolutamente reforçadas em sua conectividade fundamental, com o Estado se multideterminando enquanto totalidade estrutural e ampliando suas funções econômicas diretas e indiretas. Intervindo decisivamente no processo de expansão global do capital,

financiando a formação dos monopólios empresariais e protegendo militarmente a sua propagação, o Estado ao mesmo tempo constituía seus próprios e lucrativos monopólios, com cujos fundos exercia sua função creditícia e assegurava a sobrevivência dos capitais nos ramos menos dinâmicos do sistema. Na síntese leniniana, consolidava-se no curso do século XX um “capitalismo monopolizador de Estado” (LENIN, 1984, s/p).

Situado numa contextualidade histórica bastante diferenciada, ocupado com a atualização das concepções teórico-metodológicas marxianas em sua totalidade, Lenin foi capaz de densificar com suas pesquisas os esboços políticos do velho filósofo e dedicar ao Estado escritos e reflexões exclusivas, evidentemente, a partir de suas sínteses na realidade social concreta. Recompondo a necessidade de pôr abaixo o capital em todos os seus aspectos e, ao mesmo tempo, debruçando-se sobre as experiências de luta da classe proletária nos sobressaltos revolucionários mais importantes, Lenin também reconheceu a necessidade da dimensão política no curso da transição socialista e teorizou a respeito da constituição de um novo “aparelho” (LENIN, 1977a, s/p) político, que exprimisse a efetivação do “proletariado organizado como classe dominante” (LENIN, 2009, s/p). Tendo participado da longa processualidade que conduziria à Revolução Russa em 1917, difundiria a defesa dos soviets como a forma precisa de organização política do proletariado na consecução de seus objetivos emancipatórios e de recuperação de seu poder de decisão.

Promovendo o “primeiro grande debate revisionista revolucionário do século XX” (NETTO, 2015b, s/p), Lenin enriqueceu a teoria social marxiana contextualizando-a aos novos tempos e reforçando seus núdulos decisivos. Contribuiu para a concreção da sociedade burguesa em uma nova historicidade e avançou substancialmente na tarefa científico-revolucionária do proletariado, desenvolvendo seu exame a partir da metodologia de pesquisa e dos fundamentos lançados por Marx. Como um mestre na elevação da teoria do “nível de ciência para o nível de uma arte” (CLIFF, 2016) e a exímia capacidade de “conduzir” e “saber seguir” (HOBSBAWM, 2010, p.68), sublimou a *práxis* revolucionária ao esplendor como nenhum outro em seu tempo.

Mas o revisionismo revolucionário como o levado a cabo por Lenin seria apenas uma das manifestações da atividade intelectual no interior do campo do trabalho e o processo revisionista se ramificaria em vertentes bastante variadas. Atingindo em determinados contextos e cenários mais ou menos amplos a sua predominância histórica, tratando por influenciar a organização e ação dos trabalhadores em suas lutas e, certamente, refletindo possibilidades e condições históricas específicas, tais vertentes essencialmente se marcariam

pela subtração do pensamento marxiano de seus mais elevados constituintes e se tornariam instrumentos de combate ao seu próprio caráter revolucionário ou reivindicariam apenas verbalisticamente a sua validade (NETTO, 2015b). De uma forma ou de outra, atestando a desfiguração dos princípios teórico-metodológicos marxianos em prol de interesses escusos à liberdade humana, colocariam em cena o Estado associado a novas funções e possibilidades e o apresentariam como instrumentalidade adequada e favorável à equilibração de forças diante o capital ou à própria revolução.

No final do século XIX, as demonstrações mais bem delineadas desse revisionismo “hostil” (LENIN, 1977c, s/p) ganharam vulto e uma de suas figuras proeminentes fora Eduard Bernstein (1850-1932), então dirigente do Partido Social-democrata Alemão (PSD) e considerado o principal herdeiro intelectual de Engels, com o qual havia nutrido próspera amizade.

Bernstein defendia que o capitalismo havia passado por profundas transformações ao longo da processualidade histórica e as suas regularidades já não se explicitavam como Marx propugnava. A alta capacidade de regeneração e adaptação do sistema em face de suas crises havia dado abertura a um processo de inclusão dos trabalhadores à ordem social burguesa de forma qualitativamente diferenciada em relação às épocas anteriores e a incrementação democrática via legalização do partido e participação eleitoral era a prova precisa de que as suas contradições fundamentais tendencialmente se amainavam e seus constituintes transmutavam a natureza. Sob o ponto de vista estratégico, os trabalhadores deveriam, então, privilegiar a atuação no interior dos aparelhos sindicais e do parlamento e ali progressivamente acumular forças até a consumação do socialismo. Para o autor, a fenomicidade da sociedade burguesa nos novos tempos anacronizava a necessidade da revolução violenta e içava a realização gradual de reformas como a principal via para enfrentar o capital e ao desencadeamento das transformações necessárias da realidade no rumo da emancipação social²³. Presentificando-se no interior da esfera estatal, direcionando-a em toda sua extensão aos interesses de classe, os trabalhadores a autonomizariam de sua vinculação burguesa dominante e opressiva e a colocariam em movimento absolutamente a seu favor, expandindo o desenvolvimento nas áreas sociais e colocado sob controle a

²³ Segundo Netto (1981, p.20), a aceitação da “factualidade imediata do social como um dado” se tratou de um importante traço geral do revisionismo subtrativo e empobrecedor de Marx e uma nítida influência do positivismo como expressão filosófica da “cultura” (NETTO, 2006b, p.37) conservacionista burguesa. Na esteira positivista e a ideia da “lógica irrecorrível” (NETTO, 1981, p.20) do social é que se conformaria o segundo traço geral desse revisionismo: a abnegação à revolução radical e violenta do proletariado e o favorecimento do evolucionismo social e político.

produção e a distribuição de riquezas. Destituído como órgão de dominação da classe burguesa, o Estado passava, então, à instrumentalidade neutra *com* o qual os trabalhadores travariam suas lutas e imporiam limites ao capital²⁴.

O revisionismo bernsteniano não passaria incólume à crítica revolucionária e militantes como Rosa Luxemburgo (1871-1919), Plekhanov (1856-1918) e Lenin, ao calor da hora, lhe dedicariam análises rigorosas, combatendo e inflamando no interior do movimento socialista internacional a obliteração de suas ideias. O isolamento real de Bernstein e seus seguidores na entrada do século XX não implicaria, no entanto, na infrutificação de seu pensamento, e as vitórias eleitorais e sindicais da social-democracia promoveriam a sua gradativa retomada e evidenciação (FERNANDES, 1991), dando base ao surgimento de outras correntes de mesma natureza. O reformismo ganharia terreno e se radicaria nos principais organismos de luta do proletariado, inclusive, no mais importante e influente deles no período: a Segunda Internacional.

Fundada em 1889 como sucessora da Associação Internacional dos Trabalhadores (extinta em 1876), a Segunda Internacional funcionaria até a Primeira Guerra Mundial como um efetivo centro irradiador na orientação das lutas e na organização de conjunto do movimento operário e revolucionário. Tendo como eixo o PSD alemão, o organismo estruturaria como importantes frentes de atuação a ampla e massiva divulgação das ideias de Marx e o fomento ao seu legado, constituindo centros de formação e pesquisa, além de um vigoroso aparato de imprensa (NETTO, 2006). Com um verdadeiro “exército de publicistas” (NETTO, 2006, p.36), contribuiria para alastrar ao conhecimento de milhões de trabalhadores aspectos da vida e obra marxianas e os resultados das apreensões marxistas sobre a contemporaneidade e as lutas de classes, incidindo decisivamente sobre sua prática política e organizativa.

Sem embargo aos procedimentos de esquematização que decorreram da premente necessidade de tornar acessível às massas a complexa e grandiosa teoria social marxiana, e que acabaram por incorrer em sua simplificação e desfiguração essencial²⁵, a tônica programática da Segunda Internacional refletiria fortemente as condições específicas de desenvolvimento do sistema capitalista à época e as pressões exercidas pela profunda difusão das ideias revisionistas de base subtrativa e seu assentamento positivista. Duas vertentes

²⁴ O parágrafo em tela foi escrito com base em Lenin (1977c), Casanova (2015), Netto (2006b), Tonet e Nascimento (s/d), Fernandes (1991) e Andrade (2006).

²⁵ Para saber mais sobre esse processo, conferir Netto (1981, 2006, 2011).

ganhariam proeminência na disputa interna da organização e sintetizariam essa articulação (OLIVEIRA, 2017), com diferenças entre si, mas completamente arvoradas sobre uma mesma fundação.

Numa delas, apregoava-se que o amadurecimento das contradições intrínsecas e insolúveis do capitalismo necessariamente o conduziria ao seu colapsamento final e que, deste modo, a transição socialista se tratava de um processo inevitável. Postos em marcha ao rumo inexorável da vitória, os trabalhadores envidariam esforços para organizar-se pacificamente através do aparato político-institucional burguês e a partir dele promover um paulatino aprimoramento social até o desfalecimento natural do capitalismo (OLIVEIRA, 2017).

Na outra vertente, marcadamente de extração bernsteniana, se caracterizava que o fatalismo previsto e anunciado pela primeira se tratava de um determinismo que a dinâmica e estruturação do capitalismo naquela contextualidade histórica não comportava. Para seus idealizadores, as transformações sociais e políticas necessárias à superação da sociedade capitalista se edificariam a partir da ação concreta dos trabalhadores e as condições de desenvolvimento do sistema e o rumo das lutas de classes haviam aberto a possibilidade histórica para que ela transcorresse por dentro da esfera estatal, alçando a luta parlamentar e as reformas como a via estratégica privilegiada ao alcance do socialismo (OLIVEIRA, 2017).

Em ambas, o processo transicional debatido por Marx era, então, comutado por uma concepção de “transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução” (LENIN, 2009, s/p) e a necessidade da organização política do proletariado deturpada em necessidade proletária do Estado burguês. Para Karl Kautsky (1854-1934), o “chefe mais conhecido” (LENIN, 2009, s/p) da Segunda Internacional e um dos principais entusiastas da social-democracia alemã, essa organização ganhava naquele contexto a forma do “Estado democrático moderno” (KAUTSKY apud LECRERQ, 1981, p.115) e o seu inédito elemento conteudístico notadamente pró-proletariado, por meio do qual a classe se faria dominante, educaria as massas através do exercício político democrático e dirigiria os processos de regulação econômica necessários à equalização social (TONET, I.; NASCIMENTO, A., s/d).

A Revolução de Outubro na Rússia daria início à expansão de uma “onda revolucionária” (NETTO, 1981, p.22) sem precedentes na história, que se alastraria aos pontos mais distantes do globo até o início da década de 1920 e assinalaria uma efetiva reorientação nos processos de luta dos trabalhadores, especialmente sob a dimensão política. Atingindo o zênite em 1919, este processo se marcaria por eclosões revolucionárias de cunho

socialista no continente europeu – algumas das quais sairiam vitoriosas e se manteriam com seu “novo” regime – e insurreições anti-imperialistas e contra a guerra desdobrando-se em diversos países, das Américas à Ásia meridional e oriental (HOBSBAWM, 2010). Neste interim, como expressão da substantiva mudança no eixo das lutas, a Segunda Internacional seria levada à bancarrota²⁶ e, por esforço dos marxistas revolucionários, se criaria um novo organismo internacionalista – a Terceira Internacional – funcionante até 1943. Momentaneamente, sustentando-se pelo cenário conjuntural favorável, o organismo encetaria ao movimento proletário uma “nova centralização” (NETTO, 1981, p.23), pautada em alternativas políticas ao reformismo e deprenderia um incisivo processo de crítica ao “marxismo da II Internacional” (NETTO, 1981, p.22), resgatando aspectos essenciais do pensamento marxiano e o revisionando a partir de seus fundamentos teórico-metodológicos. Mas, como demonstraremos a seguir, os desenvolvimentos sociais e políticos seguintes logo forçariam um desaprumo, e o revisionismo subtrativo se desdobraria em uma nova e enraizada forma, alcançando um posto matrizador e dominante na globalidade do movimento socialista e tendo a Terceira Internacional o mais importante centro irradiador.

Os anos 1920 entrariam colocando reticências no processo laureado em fins da década anterior. Com o fracasso das precipitações revolucionárias na Europa central e o recuo do movimento em face de uma brutal e generalizada repressão, a Rússia viu-se confinada à sua contextualidade industrialmente parca e predominantemente agrária. Entre 1918 e 1921, não obstante ao desgaste militar e social gerado com o cerco e as invasões imperialistas, que ocuparam regiões estratégicas e obstruíram as ligações marítimas e terrestres (HOBSBAWM, 2010), o país enfrentaria a deflagração de uma Guerra Civil²⁷ contrarrevolucionária que contribuiria decisivamente à paralisação da produção industrial e à queda da capacidade produtiva no campo, gerando desabastecimento e agravando a crise social interna.

Isolada, convulsionada socialmente e pressionada em suas fronteiras, com condições técnicas e materiais adversas e o desenvolvimento das forças produtivas atravancadas, a Rússia revolucionária não foi capaz de promover a reestruturação social e política necessária ao absoluto rompimento com o capital na totalidade de suas dimensões fundamentais e à sua progressiva destruição²⁸. Restabelecendo-se como força reguladora global da sociedade em

²⁶ Uma caracterização bem fundamentada a respeito deste processo encontramos em Oliveira (2017).

²⁷ Para saber mais a respeito dessa fase do processo revolucionário na Rússia, consultar Tonet e Lessa (2018).

²⁸ O dimensionamento crítico acerca da Revolução Russa e da experiência soviética brevemente realizado no presente parágrafo tem por base o exame de Mészáros (2011). Essa discussão será tratada com maior detalhamento na seção última do terceiro capítulo.

uma contextualidade bastante específica, o capital engendrou uma totalidade social fundamentalmente estruturada a partir de suas determinações básicas, mas bastante diferenciada na efetivação de alguns de seus liames categoriais, que refletiram as condicionalidades e exigências históricas daquela intrincada realidade. Na recomposição do revestimento político necessário ao alcance dos objetivos essenciais da nova ordem numa situação interna e externa de desvantagem, o Estado foi se constituindo de forma estruturalmente rígida e centralizadora, e passou não só a preterir as instâncias decisórias e de controle criadas pelos trabalhadores nos princípios revolucionários (TONET, I.; LESSA, S., 2018) – tais quais os comitês de fábrica e os soviets – como a exercer coercitivamente a central função de controle sobre todo o processo produtivo e distributivo da sociedade, ainda radicado sobre a apropriação do trabalho excedente, a exploração do homem pelo homem e a autorreprodução ampliada do capital.

Mas a distinção em relação à organização e à operacionalidade produtiva tipicamente burguesa engendrada a partir de um processo revolucionário que deslocou das estruturas materiais vitais a classe até então dominante e resistiu bravamente às condições de grande adversidade, creditaria a Revolução Russa e seus processos ulteriores como a experiência de maior credibilidade e autoridade do proletariado revolucionário em toda a sua história (NETTO, 1981) e a contornearia como a principal referência de luta no período (HOBSBAWM, 2010). Consolidada em circunstâncias e com qualidades peculiares, fruto da mais expressiva das revoluções e, ao mesmo tempo, suspensa a alvo e antimodelo mundial, a formação societária soviética, fundamentalmente organizada com base no “reforçado e, mais do que nunca, centralizado [...] Partido-Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p.81), passaria a ser defendida pelo movimento socialista como a sua mais preciosa obra e difundida como a forma possível do socialismo, modo pelo qual a revolução mundial se consagraria. A reestruturação da Terceira Internacional a partir deste eixo marcaria, então, uma importante inflexão no marxismo por ela difundido e uma substantiva ruptura com os princípios teórico-metodológicos adotados até aquele momento.

Investindo-se da “função adicional de legitimar ideologicamente” (NETTO, 2006, p.48) aquela ordem social independente e em detrimento da compreensão das propriedades de sua efetivação real, do deslinde de suas determinações e da qualidade de suas conexões com a totalidade social global, os teóricos da Terceira Internacional, prendendo-se à urgência das circunstancialidades e à manifestação fenomênica da realidade, não se pouparam de “contorcionismos dialéticos” (TONET, 2014, p.1) para justificar e articular a existência,

necessidade, fortalecimento e complexificação do “Estado revolucionário” e o seu papel de guia incontestado na luta pelo socialismo, diferente e de encontro ao que havia apregoado Marx em seus exames. Convertendo o “necessário” em “virtude” (LESSA, 2013, p.202/203), advogaram sobre o imperativo de acumular forças ao lado desse Estado e universalizar a existência exploratória e dominativa que ele sustentava como parte do processo de libertação da humanidade, escamoteando do proletariado a compreensão daquela natureza e o dificultando na realização de seus objetivos históricos.

Desfigurando o pensamento marxiano naquilo que lhe era constitutivo mas, proclamando-se como o seu mais autêntico guardião, erigiram teoricamente um “Estado carente de fundamentos” (LESSA, 2013, p.201), arbitrariamente deslocado de sua concreticidade e desqualificado em seus determinantes, açambarcando em torno de sua defesa toda uma geração de teóricos e militantes socialistas e reengajando o movimento proletário internacional²⁹. Sob a “autocracia stalinista” (NETTO, 1983, p.54), que se constituiria a partir de 1924 com a morte de Lenin, consoante ao caráter marcadamente policial e ao “monopolitismo” (RODRIGUES, 2006, p.101) político e cultural que se faria vigente, o marxismo da Terceira Internacional se consolidaria como instrumento de legitimação do poder da burocracia partidária e estatal soviética e a intercessão a qualquer custo a seu favor, em prejuízo à verdade interessada à emancipação da classe operária, o demoveria francamente ao campo do “arbitrio e a falsificação” (NETTO, 1981, p.27), no qual o comunismo se rearticulava inteiramente para abranger as perversões daquela realidade tida como socialista.

O amadurecimento das contradições do sistema soviético e o recrudescimento das lutas de classes, assomadas à emergência de experiências progressistas aparentemente exitosas no pós-guerra, apresentadas como alternativas àquela forma preponderante³⁰, se incumbiriam de marcar a trajetória histórica do marxismo da Terceira Internacional por contundentes revezes, muito embora o seu peso se renovasse até a metade dos anos 1950, mesmo com a extinção do organismo na década anterior (1943). Com a morte de Stálin (1953) e as denúncias contra os crimes da autocracia stalinista no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética³¹ (1956), massivas rebeliões contra o regime sacudiriam todo o

²⁹ Netto (2006b, p.51) assevera como a Terceira Internacional operava como uma “correia de transmissão” dos “modelos políticos e ideológicos” do Partido-Estado para os “comunistas de todo o mundo”. Ao encontro do que infere o autor, Hobsbawm (2010) argumenta como o não alinhamento a tais ditames gerava a expulsão ou o impedimento de ingresso dos partidos das mais variadas nacionalidades aos quadros do organismo.

³⁰ Netto (2006b) apresenta uma introdutória, mas, bem fundamentada discussão a respeito das chamadas “vias nacionais” do socialismo, com destaque para a experiência iugoslava, e a sua relação com a crise do marxismo da Terceira Internacional.

³¹ Sobre o “*informe secreto* de Kruchev”, consultar Rodrigues (2006).

Leste Europeu com um forte conteúdo democratizante, culminando na abertura de um processo de reformas que, sem demora, subtrairiam as suas feições mais arbitrárias, como a coerção policial e os campos de concentração (RODRIGUES, 2006) e, a longo prazo, levariam ao colapso do stalinismo. No decurso desse processo, a crítica pelas armas seria acompanhada pela arma da crítica, ainda que de forma não predominantemente articulada. E daquele caldo político-cultural absolutamente substancioso, o marxismo revolucionário reapareceria como um dos mais importantes ingredientes.

3.3 DENTRE A VERVE DE REBELDIA E A REVOLUÇÃO: MARCHAS PARA UMA ONTOLOGIA CRÍTICA EM MÉSZÁROS

No curso dos anos 1930, acompanhando a ascensão de Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha, começam a surgir por algumas partes do território europeu organizações políticas fascistas. Longe de se apoderar de uma força que permitisse ou viabilizasse a sua generalização continental, a afirmação do fascismo se daria, com pesos diferentes, somente naqueles países cujos governos já “eram direitistas ou reacionários da velha escola” (HOBSBAWM, 2010, p.129). Na Hungria, por exemplo, ganharia notoriedade o Partido Cruz em Seta que, apoiando-se numa base social majoritariamente operária, concentraria 25% dos votos na primeira eleição secreta realizada no país (1939). Mas, se a exuberância do fascismo começava a arder entre as massas húngaras, o movimento ascensional das forças contrarrevolucionárias por toda a década anterior é que lhe haviam dado brasa.

A participação da Hungria na Primeira Guerra havia significado para o proletariado a imposição de jornadas de trabalho extenuantes, baixos salários, carestia e o rebaixamento acentuado do seu já precário padrão de vida. Mesmo com a intensificação da repressão estatal, movimentos de greve importantes começaram a estourar nos principais redutos industriais do país, sobretudo, nos arredores de Budapeste e Szeged, ganhando vulto a partir de 1915 (WOODS, 2007). Em maio de 1917, fruto da pressão do conjunto dos trabalhadores húngaros combinada ao aumento das fricções inter-burguesas na disputa pelo poder político, era derrubado o primeiro-ministro Esteban Tisza (1861-1918), representante dos bancos e símbolo da tradição nobiliárquica na Hungria.

A Revolução de Outubro na Rússia repercutiria de forma assombrosa entre os proletários húngaros e a agitação dos revolucionários pelo fim da guerra ecoaria entre as diversas frações de trabalhadores sobre as quais também recaíam o pesado fardo do conflito. Ao longo de todo o ano de 1918 as greves e manifestações se massificariam e, como expressão do caráter ascendente e revolucionário do movimento, conselhos operários seriam constituídos (WOODS, 2007).

A culminação deste processo de lutas e de protagonismo proletário, que passaria pela proclamação da república em fins de 1918, a intensa disputa entre as forças revolucionária e reformista sobre seus rumos, o fortalecimento dos conselhos e o ímpeto reorganizativo das forças de conservação internas e externas (WOODS, 2007), transcorreria com a instauração da República Soviética Húngara – a “Comuna húngara” (NETTO, 1983, p.32) - em 21 de

março de 1919. Uma experiência revolucionária que, ademais a permanente instabilidade adjacente às disputas carreadas entre o Partido Social-Democrata e o recém-fundado Partido Comunista (PC) Húngaro, além das dificuldades intrínsecas à transição³², alicerçou-se sobre uma situação revolucionária “autêntica” (HOBBSAWM, 2010, p.74) que, ainda que efêmera (133 dias), nutriria por mais tempo expectativas reais em Moscou sobre a Revolução socialista mundial.

O desmantelamento brutal da revolução com apoio das tropas estrangeiras, encadeado ao movediço cenário criado com a assinatura dos tratados de final de guerra e a consequente perda de parte significativa de sua base territorial e populacional, calçariam o convulsionado caminho que levaria o país à preservação das forças contrarrevolucionárias durante os anos 1920 e à consolidação da influência fascista na entrada dos 1930.

Dentre os inúmeros exilados que se conceberiam com “diáspora” húngara pós-Comuna, figurando entre as principais lideranças daquele processo, como o ex-comissário do Povo para Assuntos Estrangeiros Béla Kun (1886-1938), se fazia presente o antigo designado do cargo de vice comissariado do Povo para Cultura e a Educação Popular György Lukács, que passaria a viver em Viena.

Lukács, assim como outras lideranças que compuseram o quadro dirigente da Comuna, havia recém-ingressado ao PC Húngaro (dezembro de 1918) quando experimentara a abrupta entrada no campo da política prática, já nos cursos de um processo revolucionário. Durante a Comuna, como vice-comissário, coordenou a elaboração e a implementação de um programa cultural democrático e pluralista que abriu os equipamentos culturais aos trabalhadores e valorizou a representação teatral de autores clássicos da dramaturgia por grupos proletários (NETTO, 1983), contrariando os anseios uniformizantes que começavam a ganhar força no partido. Preocupado com o burocratismo e ao aparte dirigente das massas, destinou algumas de suas reflexões ao caráter da política revolucionária.

Na capital austríaca, buscando dar aprofundamento às bases teóricas que havia contatado com mais afeição desde a Revolução de Outubro, Lukács passou a se inclinar sobre os escritos de Lenin e fez descobertas determinantes, que demarcariam uma substantiva transformação em sua concepção de mundo e em sua prática política (NETTO, 1983). Reconhecendo o realce do autor ao materialismo histórico e à perspectiva da totalidade, assimilando-as como dimensões essenciais ao exame e compreensão concreta da realidade

³² Para saber mais sobre essas dificuldades, consultar Woods (2007).

com vistas a uma intervenção efetivamente transformadora, Lukács dá abertura a um progressivo movimento de abandono ao voluntarismo e “extremismo político revolucionário” (NETTO, 1983, p.36) que vinham demarcando as suas ações e reflexões até então, e que faziam parte da ambiência comunista no período. Para o completo deslocamento desta base, contribuiria resolutivamente a sua plena imersão militante a qual transcorreria até fins da década de 1920.

Na entrada dos anos 1930, já em Moscou, vinculado ao Instituto Marx-Engels³³, Lukács tem a oportunidade de arrancar em seu exame sobre a obra marxiana e marxista com um rico acervo a seu dispor. Junto ao filósofo Mikhail Lifschits (1905-1983) inclina-se sobre os até então inéditos “Manuscritos econômico-filosóficos” de 1844 e, a partir da problemática acerca da estética, compreende que o pensamento marxiano se constituía como uma totalidade que comportava uma “concepção universal de mundo” (CASTRO, 2019, p.333). Com base nessa apreensão e na necessidade de apurá-la, dá partida a um rigoroso processo de pesquisas que desenvolveria com afínco pelas próximas décadas. A partir dali, se engendraria o que Oldrini (2002) denominou de “virada ontológica” de Lukács.

No passar dos anos, o filósofo faria a descoberta de que Marx, com seu obstinado exame sobre a sociedade burguesa, havia dado forma a uma ontologia materialista do ser social. Anteferindo o “dado primário” da realidade objetiva, examinando a qualidade das conexões categoriais da reprodução na forma social do capital, perquirindo seus modos de existência históricos e o seu inter-relacionamento, Marx havia apreendido as determinações mais essenciais e gerais do processo histórico-social e alcançado a raiz desse mesmo ser, o seu ponto de partida (TONET, 2011). Com base na perscrutação dialética e histórica, fora capaz de alcançar as suas determinações mais específicas e apontar as suas regularidades e tendências. Deslindando os nexos causais acerca da superposição do capital à sociabilidade humana autome-diada produtivamente e as formas de efetivação de suas mediações complexas, o autor havia vislumbrado a possibilidade real de uma forma de sociabilidade qualitativamente superior – “humanamente superior” (TONET, 2011, p.137) – que se vislumbraria a partir da libertação dos predicados alienados que, fundamentalmente, usurpavam a efetivação autoconstitutiva do trabalho.

No curso desta sua “virada”, apanhando e retomando os fundamentos lançados por Marx e explicitando seus conteúdos emancipatórios, Lukács invariavelmente entraria em

³³ O Instituto Marx-Engels foi um centro de pesquisa e acervo documental sobre o marxismo fundado em janeiro de 1921 em Moscou e impulsionado pelo historiador russo David Riazanov (1870-1938).

permanente rota de colisão com o marxismo “oficial” da Terceira Internacional, certificando-se de que as desfigurações que se atrelavam ao organismo constituíam um “perigo mortal” (TERTULIAN, 2007, p.4) à causa revolucionária e um verdadeiro interdito à pesquisa científica marxista a serviço daquela (CASTRO, 2019). Com a morte de Stálin em 1953, o filósofo passaria a impulsionar com mais intensidade àquilo que ele próprio se referiu como o “renascimento do marxismo” (CASTRO, 2019, p.331): um rigoroso processo de historicização dos clássicos marxistas a partir dos fundamentos e princípios teórico-metodológicos lançados originariamente e, ao mesmo tempo, de severa e arraigada crítica às suas contrafações teóricas; notadamente, um processo que se direcionava à autêntica e radical transformação da sociedade com vistas à emancipação humana, contudo, que se permearia pela atmosfera intelectual e política da época e, em larga medida, se submeteria à sua órbita.

No final da Segunda Guerra, o ingresso à zona de influência da União Soviética – que marcaria o retorno de Lukács ao país – significou para a Hungria a instalação da aparelhagem partidário-estatal de tipo soviético e o consonante imperativo de reconstrução econômica acelerada. Na capital, a personalidade em destaque era Mátyás Rákosi (1892-1971), sob cujo comando a cartilha stalinista seria fervorosamente estabelecida no país.

Em 1956, com o choque da denúncia de Kruchev (1894-1971) e o rápido espraiamento da notícia, estouraram revoltas generalizadas na Hungria organizadas essencialmente em torno das pautas democratizantes e contra o stalinismo (NETTO, 1983). O movimento, tachado de contrarrevolucionário e hostil pela burocracia dirigente húngara, seria duramente reprimido e originaria uma onda de perseguições e conflitos armados internos (FRYER, 2017). O acirramento das lutas, a pressão e o avanço organizativo dos trabalhadores e estudantes forçariam alterações na cúpula do partido e a chefia do governo se alternaria, contudo, as medidas tomadas não corresponderiam aos anseios das massas (NETTO, 1983). Com a impossibilidade de controle interno e o agravamento do levante, o país é invadido no início de novembro pelas tropas do Pacto de Varsóvia³⁴ e uma brutal repressão se estabelece. Lukács, que havia desde o início apoiado a insurgência, é deportado para a Romênia, onde viveria até abril de 1957.

Sob a chefia de János Kádár (1912-1989) e um regime já politicamente “reformado” (DEL ROIO, 2017, p.4), Lukács retorna ao país e mantém a posição de não rompimento com

³⁴ O Pacto de Varsóvia foi um tratado militar de apoio mútuo assinado em 1955 entre a União Soviética e os países “socialistas” do Leste Europeu em resposta à Organização do Tratado do Atlântico Norte assinado entre os Estados Unidos e os países europeus ocidentais.

o mundo soviético. Vítima de uma intensa campanha de difamação ideológica impulsionada por seu primeiro assistente na Universidade de Budapeste e, na época, ocupante do cargo de vice-ministro da Cultura, Jozséf Szigéti³⁵, tendo perdido sua cátedra universitária, o filósofo recolhe-se aos estudos individuais e à produção intelectual que o levaria a melhor delimitação e sistematização de suas grandes descobertas e a continuidade de seu preeminente projeto.

Contudo, convencido de que o amplo quadro de reformas políticas e sociais em curso dava abertura a novos tempos e corria no sentido de extirpar os resquícios daquilo que compreendia como deformações stalinistas, Lukács seguiria até o fim de sua vida travando uma incansável luta rogando pela imprescindibilidade, urgência e aprofundamento de tais reformas que, em sua ótica, possibilitariam a reconversão do “sistema soviético em autêntico socialismo” (LESSA, 2001, p.84). Para o filósofo, que havia vivido tempos de convicção da transição socialista sob o regime soviético, o suposto “deslocamento da base histórica do Estado” (OLIVEIRA, 2017, p.103) e, ao mesmo tempo, de intensa penetração e arraigamento stalinista, a qual se evidenciava plena e visivelmente em sua dimensão político-ideológica, os descaminhos revolucionários poderiam ser apurados corrigindo as deformações neste campo. Nutrindo expectativas reais em relação ao “socialismo realmente existente”, Lukács manteve-se espiritualmente atado em laços firmes com aquela forma e a base lógica de sua historicidade, portanto, sem caracterizar o alcance de tais deformações sobre as relações de produção (LESSA, 2001) e sem poder “encarar o severo problema de que a ‘queda do Estado capitalista’ é uma condição insuficiente para fazer a fundamental transformação da ordem social do capital” (MÉSZÁROS, 2017, s/p). Apesar da radicalidade de sua crítica e de “tantos elementos de tragédia” (DEL ROIO, 2017, p.4) da experiência soviética, Lukács romperia com o regime apenas em 1968, na ocasião da invasão da Tchecoslováquia pelo Pacto de Varsóvia.

Mas os eventos húngaros teriam implicações bastante diversas em relação a ampla base social que havia lhes respaldado e aquele efervescente processo, por toda a sua extensão, seria experienciado de forma germinalmente revolucionária por alguns de seus atores e geraria cisões as quais seriam decisivas à posterior tarefa compreensiva acerca daquela realidade e de alcance pleno de suas determinações, livres das valorações de classe que a permeavam teórica e praticamente de forma predominante.

No curso da década de 1950, alguns espaços passaram a se constituir ou aflorar como importantes instâncias de debate teórico e político e dotar-se de um caráter marcadamente

³⁵ Szigéti nasceu em 1921. Não dispusemos de fontes que fizessem referência à data de sua morte.

prático-organizativo e de resistência, reunindo principalmente a intelectualidade opositora ao regime. A Associação de Escritores Húngaros, já historicamente identificada à profunda reflexão sobre as questões sociais e consolidada numa base ativa de engajamento político transformador, naquele contexto, se alçaria a entidade de maior expressão na luta pela “desestalinização” (MÉSZÁROS, 2009, p.145) e, por esse motivo, se objetaria a alvo privilegiado de um franco e organizado intervencionismo por parte da burocracia partidária-estatal húngara. Outro espaço igualmente relevante, criado em março de 1956, era o Círculo Petöfi, um fórum público de debates político-filosóficos e de crítica literária que passou a reunir centenas de pessoas em suas reuniões abertas e exerceria um papel central nas convocações das mais importantes manifestações públicas ocorridas no período.

Figurando como participante efetivo destas duas instâncias, o jovem István Mészáros (1930-2017) despontaria como um de seus proeminentes integrantes. Assistente de Lukács entre 1951 e 1956 no Instituto de Estética da Universidade de Budapeste, determinadamente influenciado por suas ideias, Mészáros cerraria firme oposição ao regime e participaria intempestivamente das rebeliões de 1956. No cenário da invasão pelo Exército Vermelho, deixaria a Hungria rumo a Itália – onde atuaria como professor universitário em Turim – convencido do completo fracasso da transição socialista naqueles países e decidido a compreender sob que fundamentos se assentavam tal malogro (DEL ROIO, 2017). Rompido absolutamente com o regime, interpreendendo o necessário distanciamento para as efetivas aproximações que intencionava, o filósofo demarcava uma notável descontinuidade em relação a Lukács, de quem fora discípulo e amigo próximo, mas, continuava o seu projeto com base na sólida tradição que resgatava, seguindo sua jornada teórico-intelectual de forma independente, original e, sobretudo, revolucionária.

Mészáros teve sua formação arrimada à condição mais elementar da vida sob a forma social do capital: oriundo de família operária, vivendo em um distrito industrial, desde os doze anos – a partir de um documento que forjava a sua idade – adentrou ao mundo fabril no chão de uma indústria de aviões de carga. Eram tempos em que a luta de classes se encontrava em plena exasperação: o país, recentemente ingressado à Segunda Guerra (1941), era chefiado há duas décadas pelo almirante Miklós Horthy (1868-1957), figura central das forças contrarrevolucionárias que haviam esfacelado a Comuna húngara em 1919.

Dividindo-se entre a rudeza das fábricas³⁶ e a determinação nos estudos primários, Mészáros vivenciaria as desigualdades³⁷ e privações intrínsecas à realidade da classe explorada e oprimida, mas, também, a fraterna solidariedade operária sendo compartilhada e nutrida nas lutas. Interessando-se muito cedo pela literatura húngara através dos escritos de seus mais notáveis expoentes, logo compreenderia a visceral relação que existia em Budapeste entre a criação literária e o comprometimento com a transformação social³⁸, o que o impactaria decisivamente, sobretudo, por meio dos versos de Attila József (1905-1937), com quem entraria em contato ainda criança e sustentaria rica admiração por toda a vida³⁹.

³⁶ Mészáros (2006; 2009), em momentos de rememoração deste período em entrevistas cita, ainda, as experiências na fábrica de tratores, no setor têxtil, tipográfico e na área de manutenção de ferrovia elétrica.

³⁷ O filósofo (2006, s/p) versando sobre a condição proletária e a relação com a sua concepção de mundo posterior, realiza um comentário bastante denso acerca das desigualdades sociais e suas formas de objetivação nas relações sociais reguladas pelo capital: “O que aprendi em minha variada experiência laboral facilitou meu comprometimento com a visão de uma ordem mundial muito diferente, que precisamos ter como alternativa à nossa presente sociedade. Não aprendi sobre as condições de vida da classe trabalhadora por meio dos livros, eu as vivi diretamente e de muitas formas. Assim como não aprendi nos livros a total insustentabilidade da desigualdade feminina – sobre a qual discuti no capítulo 5 de 'Para além do capital'. Era suficiente comparar o meu pagamento, de um trabalhador muito jovem, com o da minha mãe, que recebia menos apesar de realizar um trabalho muito mais qualificado. Esses ‘fatos da vida’ foram tão óbvios que era impossível ignorá-los ou esquecê-los. Pelo contrário, eles se tornaram orientações sobre meu modo de pensar todas as questões maiores. Percebi cedo que o mundo social, organizado com base nas desigualdades que presenciei diretamente, não poderia ser justificável nem sustentável. Naturalmente, levou muito tempo para que eu entendesse completamente porque uma ordem tão brutalmente desigual se constituiu na forma como hoje a sociedade se apresenta; mas compreendi também que existem as necessárias e socialmente sustentáveis – bem como humanamente justificáveis – alternativas correspondentes. Essa é a maneira pela qual uma experiência formadora mais ou menos difícil se torna, para melhor ou pior, uma parte orgânica do próprio modo de pensar e escrever”.

³⁸ Segundo Mészáros (2006, s/p), Budapeste possuía uma característica societal bastante específica, que tradicionalmente articulava “desenvolvimento cultural” e “pensamento social e político”, sobretudo, através de seus literatos. Diz o autor (2006, s/p): “os maiores e mais radicais poetas da nossa literatura nacional, como Sándor Petöfi, Endre Ady, Attila József, eram também os mais profundos e abrangentes pensadores húngaros de sua época”. E complementa: “Os escritores eram os articuladores da tensão, iam às fábricas, às pequenas cidades, e assim por diante” (MÉSZÁROS, 2009, p.146). Para o filósofo, dessa qualidade decorreria a assunção dos organismos literários como o *locus* da resistência e do pensamento crítico na era soviética, o qual mencionamos acima.

³⁹ Mészáros, de forma reverencialmente insistente, em muitas entrevistas, cita a influência de Attila József em sua vida e pensamento. O relato de maior profundidade, o qual reproduzimos abaixo, é emblemático no dimensionamento que autor realiza sobre essa relação: “Duas gerações depois, pouco antes do início da II Guerra Mundial, minha maior experiência intelectual e política foi o encontro com a poesia e conseqüentemente com os escritos teóricos de Attila József. Ele continuou sendo o meu mais amado professor e companheiro desde aqueles dias. Espero e acredito que ele se tornará mais conhecido no futuro, também no Brasil, porque seu trabalho nos fala vigorosamente, mesmo hoje - sessenta e nove anos após a sua morte –, sobre os desafios a enfrentar sempre que tentarmos confrontar os problemas fundamentais das nossas arriscadas condições históricas. Seus escritos provocaram em mim um profundo sentimento de concordância, porque reconheci neles muitos aspectos e episódios da minha experiência de vida, mas elevados ao nível da intensidade existencial, capazes de atenuar os seus significados e dentro dos mais amplos desafios das transformações sociais atuais. Aqueles eram os anos da catastrófica conquista do terreno histórico por Hitler e seus cúmplices, e ninguém conseguiu situar esses eventos com maior perspicácia do que József. O fato de sua poesia repercutir tão universalmente ainda hoje, com a justificável dor e esperança dos nossos tempos, deu-se graças à ‘continuidade na descontinuidade’, da qual József era e permanece sendo o maior visionário” (MÉSZÁROS, 2006, s/p).

Estudante dedicado, inspirado pela ambiência cultural peculiar de Budapeste, Mészáros, então com quinze anos de idade, ensaia seus primeiros contatos interessados com Marx e Engels, também com Kant e Hegel, e dá início a uma série de estudos que se manteria aberta pelas próximas décadas. Em 1946, contatando espiritualmente Lukács através de uma coletânea de ensaios de crítica filosófico-literária encontrada numa livraria em Budapeste, o jovem impressiona-se com a abordagem histórica e politicamente engajada realizada pelo autor e sente-se provocado a se comprometer com os estudos de forma mais organizada e sistemática. Ao cabo de três anos adquire, com o dinheiro que um operário-estudante possa obter, todas as obras do filósofo disponíveis em húngaro e, tomando decisões acerca de sua trajetória profissional e militante, se convence da necessidade de se aproximar de Lukács por meio da Universidade de Budapeste, onde lecionava no Instituto de Estética.

A obstinação do jovem operário-estudante, cujo resultado se fez valer na obtenção de notas máximas de aproveitamento no curso secundário, criou as condições para que pleiteasse e conquistasse na universidade de sua escolha uma bolsa de estudos, cujos desígnios lhe permitiriam dedicar-se de forma integral à vida acadêmica a partir de 1949. Dando início aos estudos na área de estética, finalmente conheceria em pessoa Lukács e estabeleceria a ligação que tanto almejava.

A entrada da década de 1950 marcaria já uma importante divisória na vida de Mészáros. Pela alta densidade de sua crítica político-cultural que, inclusive, lhe renderia o prêmio Attila József em 1951⁴⁰, expressando o excepcional desenvolvimento de suas concepções e a confluência intelectual entre mestre e discípulo, Lukács o designava como assistente no Instituto de Estética. E os vínculos já bastante estreitos cingiriam ao estado de um disciplinado e conjunto trabalho intelectual, além de uma íntima e afetuosa amizade, que seria alimentada por décadas a fio.

Por recomendação de Lukács, para quem o “único meio de intervir de modo eficaz e positivo era através da mediação do Partido” (MÉSZÁROS, 2009, p.147), Mészáros passaria a cerrar fileiras do PC Húngaro, onde desempenharia uma firme oposição e direto enfrentamento aos ditames hegemônicos stalinistas. Um dos espaços desta intervenção transcorreria justamente na Associação de Escritores Húngaros, em que atuaria como membro efetivo de 1951 até 1956, constituindo-se como um dos seus principais fomentadores e

⁴⁰ Segundo Jinkings (2006, s/p), em 1950, Mészáros escreveu um estudo em defesa da clássica obra da literatura húngara “Csongor és Tünde” (1830), de Mihály Vörösmarty (1800-1855), cuja encenação havia sido alvo de censura no Teatro Nacional de Budapeste. Publicado na revista literária “Csillag”, o estudo, além do prêmio que referenciamos, resultou na reincorporação da encenação no cartaz do teatro.

articuladores da oposição aos stalinistas, os quais, como mencionamos, participavam deliberadamente do espaço, inclusive, com a atuação de membros do comitê central do partido.

O acordo em relação à caracterização dos aspectos políticos, ideológicos e culturais do regime aportava-se nas ações intrapartidárias e nas frentes em que Mészáros e Lukács possuíam maior ou menor intervenção. Nos encontros entre mestre e discípulo, travavam intensos debates acerca dos rumos do socialismo na União Soviética e no Leste Europeu. Para o jovem Mészáros, o desenvolvimento histórico colocava como central a necessidade de levar a cabo uma investigação em que as dimensões da realidade social fossem abarcadas em seus amplos aspectos e em sua especificidade, deixando apontadas de forma muito nítida as suas limitações históricas e linhas de continuidade, mas, também, os percursos e o direcionamento das lutas. Noutros termos, desejava Mészáros empreitar a recriação categorial abrangente do capital sob as condições de sua nova historicidade, assim como Lenin havia realizado em seu tempo, tendo em vista os objetivos emancipatórios do proletariado. Lukács, no entanto, rebatia-o, advertindo que as condições históricas necessárias não estavam postas nem amadurecidas o suficiente para tal.

Quando as lutas ganham as massas em 1956, Mészáros, que já havia sido indicado como sucessor de Lukács na universidade e lecionava as aulas inaugurais sobre estética, sai às ruas com o eixo marxista (ANTUNES, 2018) pelo qual daria cabo aos seus planos e empreenderia sua tarefa científico-revolucionária ao longo de uma sólida carreira docente, que exerceria em diversos países⁴¹, e como teórico da classe operária, responsável por vasta e densa obra. Filiado à tradição teórico-metodológica inaugurada por Marx, redescoberta, atualizada e impulsionada por Lukács, Mészáros deixava a Hungria por pressão do aparato partidário-estatal, mas já livre da cominação que o ambiente intelectual, cultural e político do regime exercia sobre sua militância e intelectualidade e que tensionava à “racionalização” (MÉSZÁROS, 2009, p.150) das circunstancialidades históricas imediatas e das estruturas sociais e políticas que lhe davam suporte. Realizando as articulações teóricas, práticas e analíticas necessárias para o absoluto rompimento com aquela experiência, interpretando a “clivagem fundamental” (LESSA, 2001, p.84) com seu mestre, Mészáros partia convicto do

⁴¹ Após deixar a Itália, Mészáros muda-se para a Grã-Bretanha, onde leciona no Bedford College da Universidade de Londres (1959-1961), na Universidade de Saint Andrews, na Escócia (1961-1966) e, em seguida, na Universidade de Sussex, na Inglaterra (1966-1971). Tem rápida passagem pela Universidade Autônoma do México em 1971 e, no ano seguinte, é nomeado professor de Filosofia e Ciências Sociais na Universidade de York, em Toronto, no Canadá. No início de 1977, retorna à Brighton, Universidade de Sussex, onde permanece até 1995, quando encerra suas atividades docentes (JINKINGS, 2006, s/p).

imperativo de recuperar, pelas mãos de Marx, o projeto socialista revolucionário do proletariado (PANIAGO, 2002) e com a gana de compreender os determinantes daquela experiência que aparentemente se dinamizava a partir de uma lógica que não àquela inata ao capital.

Assim como com todos autores seminais que, a partir da valoração social da classe proletária, lançam os fundamentos teórico-metodológicos para a compreensão da realidade social em uma historicidade determinada e em seu “ser-precisamente-assim”, a trajetória intelectual e teórica de Mészáros se marcaria pelo respeito a uma rigorosa lógica de desenvolvimento, o que não significa uma evolução em linha reta ou a feitura de descobertas do dia para a noite, mas, um processo contraditório, perpassado por decisivas mediações e encadeado cientificamente a partir de deslindamentos que correriam *pari passu* à maior explicitação ou compreensão acerca de todas as suas fontes de análise, sejam elas teóricas ou as dimensões da própria realidade objetiva e dinâmica.

Até o final daquela década e ao longo dos anos 1960, Mészáros se dedicaria com voracidade ao exame da obra marxiana. Num primeiro momento, detendo-se com apuro aos escritos de juventude, sobretudo, aos “Manuscritos econômico-filosóficos” de 1844, o filósofo se centraria analiticamente na problemática acerca da alienação, a qual apreenderia como categoria essencial e estruturante à organicidade daquele pensamento e se oporia a interpretação de velhas e novas gerações de teóricos⁴². Em “A Teoria da Alienação em Marx” (1970), obra na qual sintetiza os resultados de seu exame, discorreria sobre a multidimensionalidade daqueles escritos e sobre o seu enorme potencial no desdobramento de pesquisas interessadas à emancipação proletária.

Neste curso investigativo e elaborativo, ao passo das cambiadas e cambiantes circunstâncias histórico-sociais e seus fenômenos globais, curvando-se à análise ostensiva dos “Grundrisse” e de “O Capital” (PINASSI, 2006), desenvolvendo as bases teórico-metodológicas que carregaria por toda a vida, o filósofo reuniria as condições para um acerto de contas rigoroso com seu mestre⁴³ e se certificaria da necessidade de constituição da “obra de síntese” (MÉSZÁROS, 2009, p.150) da qual Lukács havia anteriormente divergido. Em sua ótica, se tratava da construção de um trabalho poligráfico⁴⁴, pautado numa investigação de

⁴² Netto (1981) apresenta um importante panorama crítico a respeito dessa oposição.

⁴³ Para saber mais sobre esse processo, consultar Cherobini (2015).

⁴⁴ Mészáros (2009, p.150), discorrendo sobre seu desacordo com Lukács sobre a necessidade de uma “obra de síntese”, comenta como a contestação de seu mestre apresenta a única possibilidade, dado que “as condições não haviam amadurecido”, de “trabalhos monográficos voltados a aspectos mais restritos”, caminho que efetivamente percorreria, na caracterização de Mészáros, com sínteses que “certas dimensões da totalidade são

fôlego, abrangente, histórica, totalizadora, voltada aos aspectos mais amplos e, também, específicos da realidade social e que, certamente, se vinculasse ao projeto autenticamente emancipador e revolucionário da classe operária. Naquele momento, testificava-se do imperativo de atualizar os nexos categoriais da sociedade burguesa em sua nova historicidade, voltar-se à compreensão efetiva de suas determinações e tendências, e incluir nessa busca as causas do malogro soviético. Em meados da década de 1960 dava início, então, a um longo e exaustivo estudo genético-ontológico das categorias determinantes do ser social, se movendo pelo objetivo de identificação e elucidação estrutural e dinâmica de suas conexões universais e históricas e das sínteses concretas da totalidade determinada socio-historicamente pelo domínio do capital em sua própria temporalidade (PANIAGO, 2001).

Por quase quatro décadas, Mészáros se dedicaria com afinco a esta pesquisa e sistematizaria os resultados em sua *opus magna* “Para Além do capital – Rumo a uma teoria da transição”, publicada em 1995. Constituindo-se como a obra em que a objetivação crítico-reflexiva do autor encerrava o ápice na reprodução das determinações da existência do objeto o qual se ateve, “Para Além do capital” equacionava ainda, com densidade e substancialidade, as antigas indeterminações de juventude que se delineararam em torno da incompreensão da natureza daquelas experiências as quais havia combatido com veemência e em que a sua “verve de rebeldia” (ANTUNES, 2018, s/p) decisivamente se aflorara. Apanhando os traços constitutivos daquela realidade tida como socialista, pondo em exame as formas de luta e organização da classe ao longo de toda a sua longa processualidade, perquirindo-as ao sabor dos novos tempos, o filósofo húngaro não só lançava as bases de uma teoria de transição socialista para a virada do século XX como deixava apontados os caminhos para a sua necessária continuidade e incrementação.

Neste processo, nas veredas de edificação de sua imensa teoria social, Mészáros abastaria a teoria política marxista, confiando ao Estado do capital uma profunda e rigorosa análise. Apurando os complexos determinantes do capital em sua efetivação real, abstraindo categorialmente o Estado a partir de seus enlances concretos e em sua existência multideterminada, o autor pôde deslindar, com rigor e originalidade, a qualidade e os limites de seu entremeamento em uma historicidade determinada, assim como lastrear o curso das transformações carreadas, apanhando-o até a raiz. Neste curso, ao restitui-lo de sua dimensão crítica e o remitir como uma das principais categoriais do ser social do capital, demarcou com

cortadas”. Inferindo que, em meados de 1960, Mészáros faz uma retomada do projeto que defendeu no início da década passada, é que utilizamos a presente expressão.

contornos expressivos a ruptura com uma tradição teórica hegemônica e quase secular, fornecendo uma substancial contribuição às lutas travadas pela classe em uma nova época histórica.

Nos capítulos que se seguem, nos ateremos a expor criticamente certos aspectos desta central totalidade teórica, situando-a no conjunto do pensamento meszariano e deslindando suas articulações, buscando apontar não só os percursos de sua constituição como dispor sobre as propriedades de seu processo de atualização.

4. SUTURAÇÃO MESZARIANA DO ESTADO NA MALHA CATEGORIAL DO CAPITAL: TEXTURAS DE UMA NOVA HISTORICIDADE

4.1 AS DETERMINAÇÕES ONTO-GENÉTICAS DO CAPITAL E A PERFEIÇÃO DO ESTADO

Quando Mészáros, em meados dos anos 1960, arranca em sua empreitada teórico-intelectual a partir dos estudos de aprofundamento em Marx, já se estabelecia com bastante solidez que a pesquisa teria como princípio teórico-metodológico o exame sobre a totalidade concreta, dinâmica e articulada do capital e como ponto de partida a análise sobre a produção das condições materiais que propiciavam a vida social em sua nova historicidade. Entreprenendo uma ruptura teórica e ideo-política que, de forma simultânea, preservava, negava e superava⁴⁵, o filósofo dava início ao seu projeto consciente que para a compreensão de qualquer um dos níveis sociais constitutivos daquela complexa e diferenciada realidade, indispensável era a compreensão do nível que condicionava a existência de todos eles.

O andamento analítico levado a cabo pelo autor nesta longa e demorada jornada teve como fundamento a dialética histórica, ou seja, o movimento contínuo de perscrutação do passado à luz do presente e do presente à luz do passado com vistas ao futuro, um incessante exame comparativo da “ordem estabelecida do controle sociometabólico⁴⁶ com seus

⁴⁵ Esta inferência tem por base as reflexões de Netto (1983) sobre a categoria hegeliana da “*Aufhebung*” e a relação que o autor estabelece com o processo teórico-intelectual e prático de Lukács a partir de 1918, quando ele adere ao comunismo pelas mãos de Béla Kun e se insere nas lutas pela perspectiva do proletariado. Diz o autor: “Ao longo de toda a sua vida, esta foi a ruptura mais decisiva sofrida por Lukács – concretizou a opção que determinaria todo o perfil de sua obra madura. Foi o salto qualitativo que o conduziu para as trincheiras do movimento operário revolucionário e lhe permitiu elaborar uma concepção dialética da história, da sociedade e da cultura. Mas que não significou o abandono das duas preocupações juvenis – estas reaparecerão intermitentemente no desenvolvimento da sua reflexão, resgatadas e tratadas sob novas luzes. A ruptura de 1918, portanto, é feita de corte e continuidade, rompimento e conservação. Ela só se compreende mediante a categoria hegeliana da *Aufhebung*: simultaneamente preserva, nega e supera” (NETTO, 1983, p.27-28).

⁴⁶ Segundo Mészáros (2011, p.97), todas as formas de organização societárias se constituem como um “modo de controle sociometabólico”, quer dizer, como uma determinada forma de “intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si” (2011, p.96) vinculada à vigência de uma ordem reprodutiva sócio-histórica. No “sistema de controle” (2011, p.58) que se estabelece, sendo essa uma forma fundamentada na exploração do homem pelo homem, cada “prática metabólica” (2011, p.122) é atribuída conforme as “relações existentes de dominação estrutural” (2011, 68). Tais práticas, por sua vez, objetivam-se no âmbito das “unidades socioeconômicas reprodutivas” (2011, p.102) que constituem a estrutura produtiva da forma social, também tratadas pelo autor como “microcosmos reprodutivos socioeconômicos” (2011, p.102), “estruturas metabólicas socioeconômicas básicas” (2011, p.122), “constituintes reprodutivos econômicos” (2011, p.120) ou “estruturas reprodutivas materiais diretas” (2011, p.119). Ali é que se instituem, portanto, as “conexões metabólicas/reprodutivas” (2011, p.101) da ordem vigente e atuam as “forças socioeconômicas” (2011, p.89). Uma importante advertência deve ser realizada quanto aos “usos” de “microcosmos” por Mészáros. Por vezes, o autor a utiliza, para além da caracterização acima descrita (como sinônimo de unidade de produção), para se remeter às totalidades que constituem a totalidade mais abrangente do capital. Neste sentido, num determinado “microcosmo” produtivo e reprodutivo, operariam de forma mais ou menos entrelaçada, “unidades” de maior ou menor tamanho.

antecedentes históricos” (MÉSZÁROS, 2011, p.96), buscando alcançar dela as raízes mais profundas e evidenciar o lastro das transformações carreadas. Apurando as “*continuidades na descontinuidade*” (MÉSZÁROS, 2011, p.56, grifos do autor), assim como as “*descontinuidades na continuidade*” (MÉSZÁROS, 2011, p.56, grifos do autor), perquirindo as formas categoriais do capital⁴⁷ e as conexões entre elas ao longo do tempo, atentando-se aos modos de efetivação de suas regularidades e a operação de suas tendências, o autor pôde especificar as determinações de sua efetivação concreta na processualidade em curso. Ao mesmo tempo, caracterizar as bases para sua absoluta superação revolucionária pelo proletariado em novas circunstâncias históricas. Pelo que se propunha originalmente em seu projeto, isso se tratava de uma questão absolutamente indispensável: Mézáros estava certo que a constituição de uma nova síntese acerca do sistema do capital não poderia prescindir da compreensão de sua gênese ontológica e de seu desenvolvimento, de modo a constituir teoricamente um “sistema abrangente”⁴⁸ acerca dele, ou seja, que intercedesse sobre a totalidade e a qualidade de sua constituição fundamental e histórica.

Operando a análise a partir da dimensão mais elementar do sociometabolismo, isto é, no plano operativo dos “microcosmos reprodutivos socioeconômicos” (MÉSZÁROS, 2011, p.102) de “novo tipo” do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.107) em sua multidimensionalidade e encadeamento histórico, Mézáros depreende que o seu desenvolvimento usual ao alcance dos objetivos metabólicos gerais, não podia prescindir de um intercurso mediativo *exterior* de

⁴⁷ Mézáros realiza uma importante distinção entre capital e capitalismo, a qual é cabalmente central em sua teoria e que segundo o próprio, é extraída de Marx. Para os fins deste trabalho, registre-se que, para o autor, “capital” é um conceito “muito mais fundamental” (MÉSZÁROS, 2011, p.1029) que capitalismo e foi sobre suas “formas e modalidades” (MÉSZÁROS, 2011, p.1029) que o alemão se debruçou no projeto teórico-intelectual de sua vida. Do exame marxiano, Mézáros apreende que o “capital” é um “*processo*, em cujos vários momentos sempre é capital” (MARX, s/d, p.258-9, grifos do autor apud MÉSZÁROS, 2011, p.711), compreendendo-o como um sistema de sociometabolismo reprodutivo historicamente específico, singularmente fundado na divisão funcional-hierárquica do trabalho e processualizado em sua autorreprodução, o que significa, orientado por sua expansão e guiado por sua acumulação. Esse sistema é nucleado constitutivamente com base no tripé inextrincável capital – trabalho – Estado. “Capitalismo”, por seu turno, diz respeito apenas a uma das variedades em que se realiza o capital e seu sistema de sociometabolismo, nos termos do húngaro, uma “particular fase da produção de capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.1029). Para o autor, portanto, o capital veio muito antes de sua forma capitalista e será a ele posterior. Essa caracterização, a qual se alicerça sobre as “condições objetivas do desenvolvimento” do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.1029), lançou as bases para que Mézáros pudesse penetrar na “natureza real” (MÉSZÁROS, 2011, p.1029) da experiência revolucionária soviética e, assim, identificá-la como uma variedade pós-capitalista do capital e seu sistema de sociometabolismo. Isso será tratado mais adiante.

⁴⁸ Mézáros (2006, p.21) versando sobre a estrutura dos “Manuscritos econômico-filosóficos” de Marx, os caracteriza como um “grande trabalho de síntese”, em realidade, o seu “primeiro sistema abrangente” elaborado. Ainda uma “*síntese in statu nascendi*”, nestes escritos, afirma o autor que “cada ponto particular é ‘multidimensional’: liga-se a todos os outros pontos do sistema marxiano de ideias, está implicado por eles assim como os implica” (MÉSZÁROS, 2006, p.21). Ressalvadas as particularidades acerca do *status* de sua abrangência, cremos que a empreitada de Mézáros em torno do “Para além do capital” ancora-se sobre a mesma matriz sobre a qual Marx escreveu os “Manuscritos” e o húngaro tão bem apreendeu e anunciou no início dos anos 1970. Aliás, isso se trata de uma autocaracterização.

controle que complementasse os seus próprios mecanismos⁴⁹ e articulasse com eles uma “combinação de competência” (MÉSZÁROS, 2011, p.127), de modo a tornar “completo” (MÉSZÁROS, 2011, p.127) o controle sobre o sociometabolismo. Constatava o autor ser esta completude o único modo possível para que pudessem “preencher suas funções sociometabólicas” (MÉSZÁROS, 2011, p.99) com todas as suas potencialidades ativas, inclusive, para o atingimento de sua plena e mais avançada forma que, ao fim e ao cabo, se tratava de uma forma necessária: um sistema globalmente articulado. Segundo o húngaro, a necessidade de um complemento ocorria em face dos intrínsecos e tendencialmente agudizantes “defeitos *estruturais* de controle” (MÉSZÁROS, 2011, p.105, grifos do autor), cuja gênese remetia a firmemente enraizada “ausência de unidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.105, grifos do autor) existente dentre e entre as unidades microcósmicas e que, contraditoriamente, possibilitava a existência histórica do sociometabolismo.

O primeiro aspecto desta ausência/defeito, demonstra Mézszáros, radicava-se à originária, específica e determinante “*divisão social hierárquica do trabalho*” (MÉSZÁROS, 2011, p.99, grifos do autor) em que se fundamentava o sistema e com base na qual ele se dinamizava. Segundo o autor, esta divisão se operava mediante uma disjunção autocontraditória: ao separar *radicalmente* (alienar), sob bases privatistas, os meios sociais de produção do corpo social e, assim, as funções metabólicas de produção e controle⁵⁰, as diferentes classes de indivíduos eram opostas antagonicamente em bases objetivas e “interesses irreconciliáveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.115) – “centrifugamente” (MÉSZÁROS, 2011) dispostas e relacionadas – com base num original modo de funcionamento, pautado na extração do trabalho excedente em seu “mais alto grau” (MÉSZÁROS, 2011, p.103) e realizado de “maneira mais favorável à produção” (MARX, s/d, p.122 apud MÉSZÁROS, 2011, p.203) e menos aos interesses e necessidades sociais. Isso tornava o funcionamento normal do sociometabolismo, o que inclui, a produção dos meios sociais vitais de sobrevivência e produção, invariavelmente “instável por natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p.241), “pouco” seguro (MÉSZÁROS, 2011, p.99) e conflituoso. A separação metabólica dos meios e do controle produtivos, através dos quais o capital passava a dominar, explorar e

⁴⁹ As sinuosidades deste processo serão tratadas na quarta seção deste capítulo, quando abordarmos a discussão que Mézszáros realiza sobre as “*mediações de segunda ordem do capital*” (MÉSZÁROS, 2011, p.71, grifos do autor).

⁵⁰ Afirma Mézszáros (2011, p.115): “A contradição absolutamente insolúvel entre produção e controle tende a se afirmar em todas as esferas e em todos os níveis do intercâmbio reprodutivo social, e inclui, naturalmente, sua metamorfose na contradição entre produção e consumo bem como entre produção e circulação”. Alguns aspectos desse processo de transmutação serão desdobrados ao longo de nossa arguição e destacados nos momentos oportunos.

controlar o trabalho, contraditoriamente acabava por ensejar um irreparável defeito de controle, instabilizante de sua própria autorreprodução e tendencialmente crescente, dada a própria dinâmica de seu desenvolvimento, cotejada por níveis cada vez mais elevados de exploração e pela subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização.

Assim, ademais a “força cimentadora” (MÉSZÁROS, 2011, p.99) que imanizava capital e trabalho para a realização dos objetivos essenciais do sistema, essa fragmentação interna radical dos microcosmos dava base à contínua reposição das condições geradoras da “relação de rebeldia” do trabalho (MARX, s/d, p.398-399 apud MÉSZÁROS, 2011, p.202) e ao engendramento de uma *tendência* estrutural autodestrutiva, denotante do caráter “essencialmente explosivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.115) entre as forças em jogo. Consubstanciada numa precisa, específica e necessária relação de “imposição/aceitação” (MÉSZÁROS, 2011, p.114) de condições (re)produtivas, essa tendência, enraizada estruturalmente em bases profundas, subjazia toda a malha produtiva existente, “das menores às mais abrangentes” (MÉSZÁROS, 2011, p.114) unidades, situadas nas mais distintas espacialidades globais.

O capital constituiu-se como modo de controle sociometabólico e interpôs prevalecentemente as suas regularidades mediante a interveniência estrutural de um *reforço mediato* da cimentação interclasses. Um incremento por meio do qual pudesse opor ao trabalho um “poder efetivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.814), multidimensional, abrangente, que tornasse a subserviência e o “cumprimento de funções rigorosamente econômicas” (MÉSZÁROS, 2011, p.122) incontestáveis e, assim, mais seguro e sustentável o seu andamento reprodutivo. Como afirmou Engels (1964, s/p), um poder que emergisse “para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril”, e se rebatesse sobre a incapacidade de autorregulação das próprias estruturas produtivas do capital.

Mas, a radical separação das “funções controladoras vitais do sociometabolismo” (MÉSZÁROS, 2011, p.601) fragmentou os microcosmos reprodutivos sob outro aspecto e, com seus necessários corolários regulatórios, dimensionou o intrínseco caráter explosivo em outro âmbito de relações.

Como argumentou Marx (2013, p.166), a divisão social do trabalho na particularidade do capital, tendo-se discernido por seus critérios fetichistas, converteu a efetivação socialmente interessada dos “trabalho úteis” em sua realização como “negócios privados de produtores independentes” de mercadorias, mutuamente vinculados por meio do

mercado com vistas à produção e acumulação de capital. Contraditoriamente, a originária dilaceração dos microcosmos em unidades parcelares voltadas a si mesmas, relativamente compartimentadas do corpo social e autonomizadas quanto à sua própria determinação qualitativa, tendo o capital como matriz e objetivo fundamental, permeou-se pela necessidade de interatuação sustentável das unidades ou a sua combinação num “quadro produtivo e distributivo abrangente” (MÉSZÁROS, 2011, p.109), tornando-as mutuamente dependentes uma das outras.

O processo de valorização do valor, cindindo a “identidade imediata” (MARX, 2013, p.253) que se estabelecia na troca de valores de uso, transformou a circulação num “domínio” (MÉSZÁROS, 2011, p.102) metabólico vital, de modo que as mercadorias e seus ciclos metamórficos pudessem se entrelaçar “inextrincavelmente” (MARX, 2013, p.251) até o alcance dos objetivos metabólicos gerais do sistema, os quais já não possíveis de serem realizados nos limites circunscritos de outrora⁵¹. Logo, tornou imperativa uma congruência coordenada e integrada entre as unidades independentes, demarcadamente inclusiva e assentada sobre a “mais alta extração possível e viável do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2011, p.123), que se consolidasse na forma de um “*sistema coerente*” (MÉSZÁROS, 2011, p.123, grifos do autor) acerca do conjunto de unidades, assim, muito além de um mero e simples “agregado mais ou menos acidental” (MÉSZÁROS, 2011, p.123) acerca delas.

A produção e acumulação ampliada de capital como determinação mais íntima do sistema de sociometabolismo, pautada no valor como forma social da riqueza, estabeleceu uma “contraparte” existencial que exigiu, além do demarcado caráter inclusivo-sistêmico acerca das unidades produtivas, a contínua extensão das fronteiras imediatamente interpostas. Como inferiu Marx, instaurou uma “caça apaixonada ao valor” (MARX, 2013, p.296) cujas trilhas deveriam ser incessantemente abertas e seus eventuais obstáculos obrigatoriamente ultrapassados⁵². O voltar-se a si do sistema condicionou uma orientação expansiva – ou um

⁵¹ Deixemos frisado que, segundo o húngaro, nos modos de controle sociometabólico existentes antes do capital, as conexões metabólicas primordialmente se voltavam à “produção e consumo direto do valor de uso” (MÉSZÁROS, 2011, p.102) e, assim, os microcosmos se assinalavam por um “grau elevado de *autossuficiência*” (MÉSZÁROS, 2011, p.101, grifos do autor). Estas formas de “economia doméstica” (MÉSZÁROS, 2011, p.102), pois, balizavam-se essencialmente pela troca direta de produtos do trabalho, cujo expediente se extinguiu com a sua “passagem de mãos”. Tratavam-se, assim, de modos de controle de reconheciam fronteiras e podiam confinar-se predominantemente em seu interior.

⁵² Mészáros cita Marx e os “Grundrisse”: “O capital é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limita. Qualquer limite (*Grenze*) é e tem que ser uma barreira (*Schranke*) para ele. Caso contrário, ele deixaria de ser capital – dinheiro que se autorreproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria *renunciado ao valor de troca pelo valor de uso*, passando da forma geral de riqueza para um modo *tangível e específico* desta. O capital em si cria uma mais-valia específica porque não tem como criar uma infinita; ele é o *movimento constante para criar mais da mesma*

caráter expansivo-sistêmico – que engendrou a “totalização” (MÉSZÁROS, 2011, p.123) como função metabólica vital. Tornou imprescindível o empreendimento da sujeição completa, “irrecusável e irresistível” (MÉSZÁROS, 2011, p.97) da “força de trabalho total da humanidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.105) e de todas as formas de objetivação do ser social aos ditames reprodutivos do capital. Um processo, portanto, que se espraiasse para além dos limites territoriais nacionais e atingisse os “mais remotos cantos do planeta” (MÉSZÁROS, 2011, p.235), necessariamente consolidando um “sistema global plenamente estendido” (MÉSZÁROS, 2011, p.101). Na síntese de Mézáros (2011, p.98), o capital transformou o sociometabolismo em um sistema que “a tudo engole”.

Se, no que lhes concernia, as unidades independentes tinham que combinar-se entre si para movimentar as suas “coisas” e consumir o capital, por outro lado, alicerçadas sobre os mesmos imperativos, passaram ainda a se friccionar concorrencialmente, opor-se umas às outras ou, nos dizeres do húngaro, a lutar “inexoravelmente e, por sua própria natureza, descontroladamente – para a dominação total” (MÉSZÁROS, 2011, p.244). Arranjando-se de forma centrífuga, conformando relações de hierarquia, essas unidades e seus “choques” passaram a colocar novos ingredientes ao imperativo de constituição sistêmica e expansiva do capital.

O isolamento das unidades reprodutivas do corpo social e a sua independência formal, as quais conformavam essencialmente aquilo que o sistema era, contraditoriamente trouxeram consigo a incapacidade de sua autorregulação sustentável relacional. Somatizadas pela concorrência, perpetraram ao sociometabolismo um “rumo disruptivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.123), um defeito estrutural igualmente vindicador de um adequado e necessário intercurso mediativo exterior, sem o qual ele não poderia se sustentar. Evidentemente, que realizasse efetivações que não poderiam surgir da própria espontaneidade microcós mica.

Para Mézáros, tal conformação opôs “*diametralmente*” (MÉSZÁROS, 2011, p.123, grifos do autor) as unidades de um lado e a sua capacidade de “coordenação e totalização espontâneas” (MÉSZÁROS, 2011 p.123) do outro. Desconstituiu-as de sua “determinação *coesiva*” (MÉSZÁROS, 2011, p.120, grifos do autor), densificadora do entrelaçamento microcós mico enquanto totalidade e motora de sua complexificação e pulsão a patamares mais elevados de produtividade. Portanto, uma determinação imprescindível para o andamento de todo sociometabolismo que se pretenda sustentável. Muito pelo oposto, tornou-

coisa. Para ele, a *fronteira quantitativa* da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. *A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado*” (MARX, 1979, p.334-335 apud MÉSZÁROS, 2011, p.251, grifos do autor).

as estruturalmente iníquas, “contaminadas pela contingência” (MÉSZÁROS, 2011, p.241), assim, dotadas de um particularizado “impulso interno” (MÉSZÁROS, 2011, p.122), acaçapante intransigente do trabalho excedente e tendencialmente (e contraditoriamente) nocivo à criação das condições necessárias para seu próprio funcionamento. Neste sentido, tornaram-se ensejantes de um “desenvolvimento deformado” (MÉSZÁROS, 2011, p.123), assinalado pela aberta imposição hierárquica das unidades de maior envergadura em prejuízo das menores e, no limite, suscitantes de um “impacto *desintegrador*” (MÉSZÁROS, 2011, p.839, grifos do autor) do próprio sociometabolismo.

A articulação das unidades isoladas como sistema ou a sua integração sustentável como “produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2011, p.123), não pôde dispensar a intercessão de um “comando” (MÉSZÁROS, 2011, p.123) estrutural adequado o qual estivesse permanentemente aplicado à maximização das “potencialidades dinâmicas dos próprios microcosmos reprodutivos materiais” (MÉSZÁROS, 2011, p.123) como conjunto, constituindo e lançando mão de dispositivos os mais variados e provendo os meios necessários para o funcionamento ininterrupto e “*capitalisticamente*” (MÉSZÁROS, 2011, p.665, grifos do autor) útil de todos os constituintes existentes, ou seja, margeando-se por padrões de acumulação e lucro viáveis. Uma interveniência estrutural que, ao criar as condições para o engendramento de um relativo “*equilíbrio de poder*” (MÉSZÁROS, 2011, p.839, grifos do autor) entre eles, abrangentemente condicionasse ao controle o seu modo espasmódico, exclusivista e centrífugo, permitindo a constituição e sustentação sistêmica do capital.

Quer pela “pouco segura” cimentação entre as forças de metabolização, quer pela inexistência de um princípio intrinsecamente “ordenador” (MÉSZÁROS, 2011, p.120) entre as unidades reprodutivas isoladas, o sistema de sociometabolismo do capital requisitou que se “erguesse” sobre a base produtiva material uma estrutura que, “ao lado e fora” dela (MARX; ENGELS, 2007, p.75) – adequadamente constituída e articulada – reproduzisse as determinações estruturais do sistema e a complementasse no que concerne às suas exigências internas não passíveis de autoexercício e em relação às suas tendências universais, operando a seu favor ou contrariamente, a depender das circunstâncias históricas estabelecidas. Como tangenciamos no preâmbulo da seção, uma estrutura que garantisse as condições para que o capital pudesse instaurar sobre todo o sociometabolismo um “*controle abrangente*” (MÉSZÁROS, 2011, p.107, grifos do autor), “*completo*” (MÉSZÁROS, 2011, p.838, grifos

do autor), e opusesse às “forças centrífugas” (MÉSZÁROS, 2011, p.107) operantes um “poder efetivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.814).

Seria o Estado, destarte, que historicamente emergiria como o “complemento perfeito” (MÉSZÁROS, 2011, p.122) ao modo de controle próprio e “defeituoso” do capital. Instaurando as condições para o exercício de um “*controle político total*” (MÉSZÁROS, 2011, p.99, grifos do autor) sobre as aclamadas e “insubmissas” forças (MÉSZÁROS, 2011, p.107), o Estado articular-se-ia ao capital para a constituição de um verdadeiro “sistema de comando” (MÉSZÁROS, 2011, p.124); uma totalidade estrutural através da qual o capital pudesse, de um lado, manter “firmemente” (MÉSZÁROS, 2011, p.849) sob controle o trabalho e regular os iminentes conflitos e, do outro, agenciar a integração sistêmica de sua “*pluralidade de capitais*” (MÉSZÁROS, 2011, p.839, grifos do autor), assim, afirmando-se como “força controladora do modo estabelecido de reprodução sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011, p.839).

De forma inteiramente específica e original ou, como afirmou Mandel (1978, p.43), “remodelado” aos novos ditames reprodutivos, o Estado moderno e seu “maquinário” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) se constituiria, então, como a “única” (MÉSZÁROS, 2011, p.107/117) estrutura reunificadora das condições e propriedades compatíveis e viáveis para a efetivação das exigências emergentes ao funcionamento do sistema e ao exercício de suas funções primárias, mediante a corporificação da carente, mas “necessária dimensão coesiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.121) ante aos elementos centrífugos. Emergiria, assim, sob formas superestruturais variantes ao longo da história, como o “Estado do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.128).

A perfeição complementar do Estado recaía sobre o seu poder exclusivista de, “acima de tudo” (MÉSZÁROS, 2011, p.107), consumir uma completude que, por seu turno, era condição; corrigir uma insuficiência em última instância imobilizadora. E essa unicidade, argumenta Mészáros, não poderia ser desvinculada de sua própria particularidade histórica formal e, neste quesito, invariável: a de se constituir como “estrutura *separada* de comando político totalizador” (MÉSZÁROS, 2011, p.121, grifos do autor) “de grande alcance do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.119).

Pela primeira vez na história da humanidade, o Estado aparecia como “*estrutura de alienação por excelência*” (MÉSZÁROS, 2011, p.131, grifos do autor). Passava a centralizar sobre si o exercício, a *legitimidade* formal e o “contraditório” acerca das “funções legais e políticas” (MÉSZÁROS, 2011, p.29) da totalidade social em sua dinamicidade e envoltas às

suas exigências vitais, então, *radicalmente* isoladas da circunscrição cósmico-funcional das estruturas reprodutivas materiais diretas.

Como inferiram Marx e Engels (2007, p.75), o Estado se tornava uma “existência particular ao lado e fora da sociedade civil”, tão voltado e preocupado em “garantir e proteger as *condições gerais* da extração da mais-valia do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2011, p.121, grifos nossos) quanto as próprias estruturas e, ao mesmo tempo, como “esfera de legitimação política separadamente constituída” (MÉSZÁROS, 2011, p.29), compartimentava a realização daquelas funções e o poder de tomada de decisões acerca delas, revestindo-se com o manto da genuinidade política. Com isso, criava as bases para uma intervenção global, abrangente e segura, diversificada em suas formas de realização, mas sempre legitimamente alicerçada, ainda que conteste em seus efeitos. Em síntese, afirma o húngaro que emergia o Estado do capital como “estrutura reguladora global das contingentes relações *políticas*” (MÉSZÁROS, 2011, p.839, grifos do autor) das quais o sistema era dependente, seja no âmbito dos atritos que se enleavam entre capital-capital ou aqueles pertencentes à dimensão capital-trabalho⁵³.

Por um lado, a separação “ao lado” e “fora” permitia que o Estado reproduzisse as determinações estruturais fundamentais do capital em “grande alcance” e fosse *capaz* de articular ações a partir dos seus “interesses colectivos” (MANDEL, 1979, p.43), o que seria absolutamente inviável no caso da detenção descentralizada do poder político pelas próprias estruturas. Tornando-se o “capitalista colectivo ideal” (ENGELS, s/p, s/d apud MANDEL, 1979, p.43), atuando em proveito do desenvolvimento “de conjunto” das estruturas, o Estado moderno, “à sua própria maneira” (MÉSZÁROS, 2011, p.121), podia mediar com “intervenções políticas e legais diretas ou indiretas” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) os interesses conflitantes e preterir, com a devida legitimidade, umas em detrimento de outras, conforme as

⁵³ É preciso deixar salientado que, para Mézáros, o Estado, como estrutura de comando político do capital não é “idêntico” (MÉSZÁROS, 2011, p.124) à estrutura de comando do sistema do capital enquanto totalidade, e diferencia-se “substancialmente” (MÉSZÁROS, 2011, p.849) em relação a estrutura de comando propriamente “*socioeconômica*” do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.124, grifos do autor), por sua vez, fundada na “separação radical entre *produção e controle* no âmago deste sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p.126, grifos do autor). Segundo o húngaro, o Estado constitui-se como “*parte integrante*” (MÉSZÁROS, 2011, p.124, grifos do autor) de uma totalidade estrutural – um “sistema de comando” (MÉSZÁROS, 2011, p.124) – por meio da qual o capital exerce o “*controle completo do processo sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2011, p.838, grifos do autor), regulando as “insuperáveis interações *de conflito*” existentes (MÉSZÁROS, 2011, p.839, grifos do autor). Nesta trilha, segue o Estado no exercício abrangente das “funções complementares” (MÉSZÁROS, 2011, p.849) fundamentais as quais aludimos anteriormente, *reforçando* as contradições vitais operantes e, desta feita, os modos de efetivação em sua existencialidade dominada/dominante (entre capitais e na relação capital-trabalho). Segue, assim, complementando separada e abrangentemente um domínio que se exerce de forma compartimentada a ele próprio, no desenvolvimento das “funções materiais reprodutivas” (MÉSZÁROS, 2011, p.849) que correm sob controle essencialmente econômico do capital.

circunstâncias e exigências históricas em movimento e as suas possibilidades. Ao fim e ao cabo, de uma maneira ou de outra, prestigiando as maiores ou menores unidades – tendencialmente mais umas que outras – estaria sempre o Estado assegurando as condições gerais e cambiantes para a produção e acumulação de capital – salvaguardando sua vitória *unitária* – ao mesmo tempo, submetido às suas férreas leis e à sua dinâmica, as quais não podia obstaculizar, uma vez que compartimentadamente efetivado.

Como outro lado de uma mesma moeda, aquela “existência particular”, para além do aspecto da cobertura abrangencial, também engendraria condições adequadas – perfeitas – na “operação estratégica do sistema *vis-à-vis* o trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p.840), de modo similar, no quesito do reforço do controle sobre a centrifugalidade da relação capital-trabalho, o que equivale dizer, da “recalcitrância e a rebelião potenciais” (MÉSZÁROS, 2011, p.126) do trabalho em relação ao seu antagonista.

Isso porque, para além da permissividade ao desenvolvimento das ações mais francamente abertas de mitigação das “piores consequências” (MÉSZÁROS, 2011, p.126) do funcionamento normal do sistema e de constrangimento coativo das consequentes intemperanças do trabalho – irrealizáveis no âmbito das próprias estruturas reprodutivas – com a competência e a legitimidade política absolutamente formalizada sobre si, assomando-se aos próprios aspectos históricos de sua constituição⁵⁴, o Estado passava a reunir as condições para o exercício de um “poder ideológico de mistificação” (MÉSZÁROS, 2011, p.562) centralmente importante em face à inerente conflitividade estrutural do sistema e funcionalmente eficaz na “dissuasão” (MÉSZÁROS, 2011, p.126) consensual do trabalho e no combate ceifante às suas eventuais “aspirações emancipatórias” (MÉSZÁROS, 2011, p.127).

Como órgão da autenticidade política e, ao mesmo tempo, “órgão geral” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) da sociedade, com efeito, coincidindo sobre sua institucionalidade a “falsa aparência” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) de soberania, isenção e universalidade – como afirmou Engels (1964, s/d) alçando-se como um “poder colocado aparentemente por cima da sociedade” – o Estado tornou-se capaz de, a partir de um vasto campo de atuação, operar a racionalização da existencialidade histórica do sociometabolismo

⁵⁴ Diz o autor (MÉSZÁROS, 2011, p.597, grifos do autor): “Enfrentar toda a problemática do Estado envolve uma multiplicidade de determinações externas e internas em sua íntima interconectividade, nas quais o Estado é tanto o órgão geral de uma dada sociedade como representa a ligação desta com a totalidade social de sua época histórica. Consequentemente, o Estado é, em um sentido, ‘*mediação por excelência*’, já que articula ao redor de um foco político comum a totalidade das relações internas – dos intercâmbios econômicos aos laços estritamente culturais – e as integra em vários graus também à estrutura global da formação social dominante”.

do capital a partir de uma completa inversão acerca de sua qualidade constitutiva e concreta⁵⁵, conferindo-lhe atributos substantivamente irrealis ou irrealizáveis. Executando um amplo rol de funções, afirmou sobre o conjunto societário, com uma circularidade e determinação axiomáticas, as suas “severas regras” (MÉSZÁROS, 2011, p.838), camuflando as determinações históricas, transitórias, particularistas e os seus “parâmetros exploratórios” (MÉSZÁROS, 2011, p.626) intrínsecos. Fixou e impôs como legítimas e prementes as suas necessidades estruturais e exigências reprodutivas circunstanciais e as imbuíu de um necessário aspecto de inquestionabilidade acerca de sua decisão e evocação, uma vez que relativas ao “interesse geral ou universal” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) da sociedade.

Contribuindo à edificação e sustentação de uma “aparência enganadora” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) a respeito da realidade, opacizando e obstaculizando o alcance de sua “natureza real” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) no nível das relações imediatas, de forma reiterativa, o Estado pôde, no que lhe cabia e com a devida legitimidade, operacionalizar funcionalmente o capital a partir desta aparência, gerando quadros conformativos mais seguros para o alcance de seus objetivos metabólicos gerais, impondo seu “modo de reprodução insanavelmente autoritário” (MÉSZÁROS, 2011, p.122) como normalidade. Ao mesmo tempo, tendo-se engendrado uma “aparência enganadora” acerca de si mesmo, aparecendo como a base causal das emanações arbitrárias circunstancialmente exigidas, magnetizou a contestação sobre sua corporeidade, tornando-a prioritariamente externa à “esfera *substantiva* de operação reprodutiva socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2011, p.29, grifos do autor) e minimizando a possibilidade de ocorrência de descontinuidades e estresses produtivos até o seu limite inevitável.

Interpresando um “*ajuste* adequado” (MÉSZÁROS, 2011, p.122, grifos do autor) no âmbito das relações sociais fundamentais, articulando-se originariamente desde as mais internas exigências estruturais do sistema, o Estado agiu decisivamente na consolidação e perpetuação do capital como força reguladora do sociometabolismo e no atingimento de sua plenitude formal. Ao mesmo tempo, como contraparte necessária, consagrou um “*total desajuste*” (MÉSZÁROS, 2011, p.122, grifos do autor) aos ditames do trabalho como condição existencial da vida humana e força capaz de edificar uma transformação substantiva do estado de coisas.

As propriedades funcionais do Estado no âmbito das mais íntimas relações sociais expressavam que seu enlace categorial na totalidade social e histórica do capital haviam

⁵⁵ No próximo capítulo adentraremos nos meandros desse modo de operação.

alcançado um patamar já bastante diferenciado em relação as formações sociais anteriores e que ele se constituía agora como parte da “materialidade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p.121). Integrava-se completa e indissociavelmente à base fundamental em que se efetivavam “*antagonisticamente*” (MÉSZÁROS, 2011, p.334, grifos do autor) o capital e o trabalho na realização dos objetivos metabólicos essenciais, imbricado e em face às novas determinações e exigências estruturais e reprodutivas. Em síntese, dada a “correlação única” (MÉSZÁROS, 2011, p.29) e a “correspondência estreita” (MÉSZÁROS, 2011, p.125) estabelecidas historicamente entre as dimensões socioeconômica e política em meio ao “labirinto” (MÉSZÁROS, 2011, p.41) de contradições do sociometabolismo, emergia o Estado como “estrutura de comando fundamental e *sui generis*” (MÉSZÁROS, 2011, p.120), organicamente encaastado aos seus constituintes fundamentais e conformando com eles um núcleo vital.

O Estado engendrava-se, então, a partir de uma base material na qual era *completa e permanentemente* presente e operante. Consolidava-se, neste engrenamento, como um “órgão metabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p.117) de estatuto estrutural, cuja envergadura qualitativa e poder “*interno reprodutivo*” (MÉSZÁROS, 2011, p.118, grifos do autor) não permitia “em nenhum sentido” (MÉSZÁROS, 2011, p.119) qualquer grau de autonomia em relação às estruturas materiais produtivas diretas. Ao mesmo tempo, como “órgão geral” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) da sociedade, que articulava em torno de “um foco político comum a totalidade das relações internas” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) e acompanhava a dinâmica societal em suas formas mais ou menos complexas de realização, não podia ser “*reduzível*” (MÉSZÁROS, 2011, p.119, grifos do autor) às determinações emanadas daquelas estruturas.

Atingindo um patamar qualitativo superior de existência, o Estado moderno não se tratava, pois, de uma “superestrutura atuante” (MÉSZÁROS, 2011, p.121), instrumentalmente servidora ou maquinalmente disponível, posta em movimento em momentos estritamente necessários. Soerguendo-se sobre os resquícios sempiternos de suas formas pregressas e conservando seus traços constitutivos, imbricou-se materialmente às estruturas primárias da reprodução social e se dotou de sua própria “superestrutura legal e política”, (MÉSZÁROS, 2011, p.119), articulando-a e transmutando suas formas de acordo com as exigências e condições continuamente cambiantes do desenvolvimento sociometabólico.

Conformando com os constituintes socioeconômicos uma nova e inédita condição estrutural, o Estado teve seu processo de constituição histórica travado com base num desenvolvimento conjuntivo, simultâneo, mutuamente dependente e correspondente em

relação a eles, dinamizando-se na forma de uma “*reciprocidade autossustentada*” (MÉSZÁROS, 2011, p.125, grifos do autor) e em “*codeterminação*” (MÉSZÁROS, 2011, p.119, grifos do autor). Emergindo-se entranhado à “absoluta necessidade material” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) da ordem contraditória do capital, o Estado elevava-se a “pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p.109) e “precondição essencial” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) para o alcance e manutenção de sua necessária e plena forma. Na síntese meszariana, o Estado e o sistema do capital tornavam-se, no plano ontológico, “um só e inseparáveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.119) e a sua multideterminação material e produtiva em face do capital e do trabalho se manifestava na ocorrência de que, dos “intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente” (MÉSZÁROS, 2011, p.109), sua efetivação permeava e influenciava “intensamente tudo” (MÉSZÁROS, 2011, p.109).

As sinuosidades desta abrangente e original efetivação, as quais nitidamente Mézáros se atarefou, serão objetos de nossa atenção nas seções que se avizinham.

4.2 DILACERAÇÃO MICROCÓSMICA E O REFORÇO ESTATAL DAS DUALIDADES

O sociometabolismo do capital se edifica a partir de uma base fundamentalmente competitiva – a “competição fundamental ou absoluta” (MARX, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.538) – que se estabelece mediante a radical separação entre as funções de produção e controle e a sua “atribuição” a distintas classes de indivíduos, então, arranjadas estruturalmente de forma “antagônica e conflituosa” (MÉSZÁROS, 2011). Matrizado por sua própria e ampliada autorreprodução, a qual se alicerça na extração exploratória do trabalho excedente em níveis tendencialmente crescentes, o sistema tem o seu funcionamento necessário hipotecado a constante reprodução de tais antagonismos.

Como a “confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1964, s/p), o Estado moderno se constituiu operando sobre as “falhas estruturais de controle” (MÉSZÁROS, 2011, p.118) do capital uma intervenção decisiva, favorecendo-o no exercício da dominação com a “eficácia implacável” (MÉSZÁROS, 2011, p.107) requerida historicamente. Empreendendo suas “funções complementares” (MÉSZÁROS, 2011, p.849) em longo alcance, abrangendo politicamente um rol sempre crescente de aspectos da vida social e os integrando à “estrutura global da formação social dominante” (MÉSZÁROS, 2011, p.597), o Estado, dispondo-se dos recursos assegurados por sua adequação formal, reforçou as dualidades originárias do sistema e se implicou organicamente na consecução do controle sobre o trabalho.

Em uma de suas faces mais elementares, isso se processou com a própria instauração da “estrutura jurídica” (MÉSZÁROS, 2011, p.107) e “legal” (MÉSZÁROS, 2011, p.107) de ordenamento societário e tencionada ao sancionamento do capital como núcleo organizativo e estruturante da sociedade. Ao formalizar a propriedade privada em sua nova forma como direito estabelecido e perpétuo, protegendo as “posses materiais” (MÉSZÁROS, 2011, p.713) da classe dominante, cercando-a com direitos e garantias correspondentes⁵⁶, mancomunados à punições e sanções contravencionais de violabilidade, o Estado se articulou coercivamente para o consenso e consensualmente para a coerção⁵⁷. Interpondo uma rígida estrutura de

⁵⁶ Mézáros (2011, p.108) destaca, por exemplo, a importância do direito à transmissibilidade da propriedade privada entre gerações, cuja regulamentação compulsória evitava que “perturbações” viessem permanentemente a se repetir ao longo do tempo.

⁵⁷ Mézáros, ao longo de sua obra, deixa bastante evidente que o aspecto coercitivo do Estado não se efetiva de forma subordinada à dimensão consensual, tampouco pode se sustentar por si só. Mas a partir de Marx e os “Grundrisse”, aponta como desde a gênese do sistema caminharam de forma articulada a “coerção

validação do estado de coisas vigente, através das quais se posicionariam *coativamente* as forças de segurança e os tribunais executivos das leis, o Estado, cingindo os principais momentos de sua existência histórica, realizou alusões evocativas ao *acordo* que, ainda que assentadas em bases inexecutáveis e fictícias, reforçaram os pilares de sustentação da necessária e austera subserviência do trabalho. Referenciando universalmente a validade, o alcance e o usufruto essencialmente exclusivistas da propriedade privada, supondo a igualdade e a liberdade dos indivíduos sociais antagonisticamente opostos, racionalizando o ser histórico do capital sob um ponto de vista eternizante e insuflando a necessidade de seu aperfeiçoamento como um processo inclusivo, o Estado, permeando os processos de internalização individuais e coletivos, iludiu os “despossuídos” (MÉSZÁROS, 2011, p.188) acerca da qualidade das relações sociais e das possibilidades histórico-concretas de sua realização, dificultando-os da descoberta dos seus interesses emancipatórios históricos e dissuadindo-os dos caminhos organizativos que levariam a sua concretização.

Mas, seria em outra das faces deste novo entremeamento categorial do Estado, mais diretamente relacionado ao modo como se “fixava” o trabalho na estrutura legal e jurídica – mais especificamente naquilo que Mészáros nomina de sua inclusão nas “equações sociais” do “domínio da política prática” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) – que se expressaria de forma patente o consorciamento entre a sua originalidade funcional e a essencialidade do sociometabolismo do capital. Assim, que se evidenciaria a forma mais avançada do controle político sobre o trabalho em seu aspecto dissuasivo consensual no rumo do seu completo “desajuste”, como mencionamos.

Ora, com o seu despontamento “por cima” da sociedade, tal como apresentamos, o Estado teve garantidas as condições para, ao passo da completa inversão no trato funcional com o capital a respeito de suas próprias determinações, operar do mesmo modo o trabalho. Conferindo-o de atributos reforçadores de sua condição dominada e, ao mesmo tempo, operacionalizando-o a partir destes ditames, tendo como principal mediação o equacionamento social dos trabalhadores como receptáculos de “medidas práticas” (MÉSZÁROS, 2011, p.110), o Estado pôde realizar articulações objetivas e subjetivas agudamente favoráveis ao amainamento social do trabalho acerca de suas reais

econômica” (MÉSZÁROS, 2011, p.710) exercida pelo capital e a “coerção estatal” (MARX, p.736 apud MÉSZÁROS, 2011, p.710) com o seu mais intrínseco “exercício direto das formas mais extremas de violência” (MÉSZÁROS, 2011, p.710) e sua “grande força repressiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.127), colocando em relevo como por todo o desenvolvimento histórico do capital, de sua “pré-história” (MARX, p.736 apud MÉSZÁROS, 2011, p.710) até o neoimperialismo estadunidense as “forças de reserva do Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p.710) puseram-se a serviço do capital no exercício do seu comando sobre o trabalho. S, 2011, p.710) puseram-se a serviço do capital no exercício do seu comando sobre o trabalho.

potencialidades em face da oposição ao capital. Articulações essas que, ao mesmo tempo, se conectavam ao atendimento necessário de certas exigências reprodutivas do sistema. Mas, antes que prossigamos com os meandros deste processo, façamos um breve e necessário intervalo expositivo a respeito desta determinação “inversiva” do Estado a qual vimos nos referindo, inclusive, para que possamos dimensionar questões tratadas anteriormente.

Segundo Mészáros, o capital, como dimensão fundamental do sociometabolismo, possui um modo de efetivação *necessariamente* condicionado à absoluta e permanente oposição antagônica (negação) e dominação estrutural em relação ao trabalho. Em sua moção “*constante para criar mais da mesma coisa*” (MARX, p.334-5 apud MÉSZÁROS, 2011, p.251, grifos do autor), opera numa base “exploratória” (MÉSZÁROS, 2011, p.648) compulsiva à extração contínua do trabalho excedente e em seu mais alto grau, assim, antagonicamente conformada e autoritariamente funcionante. Não podendo sustentar-se sem a contraposição ao trabalho “nem mesmo por um instante” (MÉSZÁROS, 2011, p.245), incapaz de se constituir como força autônoma, o capital depende absoluta e permanentemente do trabalho, o qual se estabelece como o único hospedeiro capaz de sustentar a sua existência inerentemente parasitária (MÉSZÁROS, 2011).

O modo necessário de efetivação do capital não tem fundamento outro que o “autointeresse” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) de sua autorreprodução “numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2011, p.253). Subsumindo as necessidades legítimas dos indivíduos sociais aos seus imperativos reprodutivos, primordialmente voltando o sociometabolismo à produção de “valor historicamente específico” (MÉSZÁROS, 2011, p.102), o capital diferenciou-se qualitativamente dos sistemas de sociometabolismo anteriores a ele e tornou-se único, a “*exceção*”, diz o húngaro (MÉSZÁROS, 2011, p.96, grifos do autor). Constituiu uma totalidade social prevalecentemente direcionada ao alcance dos “objetivos *parciais*” (MÉSZÁROS, 2011, p.838, grifos do autor) de uma força social dominante que se tornava pela primeira vez na história completamente “exclusivista” (MÉSZÁROS, 2011, p.248).

Matrizado por um “*particularismo estruturalmente prejudgado*” (MÉSZÁROS, 2011, p.71, grifos do autor), o capital imperiosamente objetivou-se como uma “parcialidade dominante” (MÉSZÁROS, 2011, p.566), amputada desde a raiz da “condição de ‘automediação’” (MÉSZÁROS, 2011, p.248), ou seja, uma vez desprovido de um interesse ou princípio essencial universal, não voltado apenas a si mesmo, incapacitou-se de se autoconstituir universalmente em sua condição de existência, fazendo-se único e regente. Dotado de uma “substância [...] negativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) ou uma “determinação

negativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.244) intrínseca e insuperável, o capital é impossibilitado de transformar-se numa “positividade abrangente” (MÉSZÁROS, 2011, p.248).

Deste modo, afirmando-se e se dinamizando necessariamente “contra o outro” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) e a favor de si mesmo, incapacitado de autossustentar-se e “postular-se como universal” (MÉSZÁROS, 2011, p.248), o capital restringe a sua existência como uma existência “em si” (MÉSZÁROS, 2011, p.248), estendendo-a ao outro polo da relação fundamental.

Como a dimensão oposta e antagônica ao capital, suportando materialmente a sua existência sob a “condição de subordinado” (MÉSZÁROS, 2011, p.602), o trabalho têm a sua efetivação subsumida e condicionada à efetivação do próprio capital. Na qualidade de categoria ontológica fundante do ser social, condição primordial da existência e, neste sentido, concebida como a “única e exclusiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.569) “universalidade autoconstitutiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) do mundo existente; dotada de uma essencialidade oposta a “qualquer particularismo” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) exclusivista, portanto, passível de uma efetivação autossustentada, o trabalho é submetido ao degradante “círculo vicioso do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.31).

Tendo sua “força positiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.838) usurpada em prol dos interesses fetichistas do sistema, o trabalho entremeia-se numa condição de dependência que o desprovê “*totalmente*” (MÉSZÁROS, 2011, p.838, grifos do autor) de poder e, assim, de todas as suas potencialidades imanentes, incluindo a de sua constituição “positivamente” universal (MÉSZÁROS, 2011, p.602). Efetiva-se, *pari passu* ao ser parasitário que o habita, imperiosamente como uma parcialidade dominada e negativa, degradada em sua existência, afastada da “determinação original” (MÉSZÁROS, 2011, p.611) do seu próprio ser. Na síntese de Mézáros, se constitui como uma parcialidade “única” (MÉSZÁROS, 2011, p.568), que se realiza como manifestação de uma “universalidade-ainda-não-dada, ainda-para-ser-realizada” (MÉSZÁROS, 2011, p.568) que, não estando condenada à contenção permanente àquele “círculo vicioso”, pode vir a “emergir” (MÉSZÁROS, 2011, p.71), uma vez engendradas e mantidas determinadas condições⁵⁸. Portanto, como assinala o autor, uma efetivação categorial “*relativa, historicamente criada e historicamente superável*” (MÉSZÁROS, 2011, p.30, grifos do autor).

⁵⁸ Teremos a oportunidade de versar sobre estas condições na seção derradeira deste capítulo.

Particularmente constituído, avantajando-se em suas funções, o Estado reuniu as condições necessárias para reproduzir as determinações dimensionais da oposição entre capital e trabalho “à sua própria maneira”, diz Mészáros (2011, p.245). No caso, articulando-as “numa forma hierárquica invertida, correspondente à hierarquia estrutural do processo da reprodução material” (MÉSZÁROS, 2011, p.245).

Isso significa que, num rol amplamente extenso de ações, a “defesa e imposição políticas” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) diante o capital correm a partir de sua aparente base “positiva e de autossustentação” (MÉSZÁROS, 2011, p.248), em que figura como o “criador de riquezas” (MÉSZÁROS, 2011, p.248) ou o “universalmente benéfico e universalmente realizável” (MÉSZÁROS, 2011, p.248). Portanto, transcorre-se completamente à revelia de suas determinações e do seu modo de efetivação na totalidade concreta da realidade. Linhas acima, pudemos perceber como isso se desdobra em relação a institucionalização legal e jurídica do capital.

O trabalho, por seu turno, como o “agente social da produção” (MÉSZÁROS, 2011, p.105) e “verdadeiro produtor da riqueza” (MÉSZÁROS, 2011, p.110), ademais as determinações reais e tendenciais que o conjugam “precisamente” como a “única *alternativa estrutural* viável para o capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.96, grifos do autor), na condição de oposto antagônico e subordinado, também passa a ser defendido e operado politicamente a partir de sua base aparente. Noutros termos, isso diz respeito ao seu processamento político a partir de uma pretensa e insuperável dependência reprodutiva unilateral em relação ao capital e ao próprio Estado, que se conjuga à sua precisa constituição e reprodução como “fator material de produção” (MÉSZÁROS, 2011, p.126) e à condição historicamente alcançada pelos trabalhadores como “trabalhador-cliente-consumidor” (MÉSZÁROS, 2011, p.110).

De acordo com Mészáros, esse processamento político se desenrola principalmente com base no provimento/subsidiamento estatal de serviços de larga escala em áreas essenciais para a reprodução da força de trabalho, como saúde, educação, moradia, saneamento, seguridade social, entre outros, assim como na “aplicação de medidas práticas apropriadas” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) para a constituição e incremento dos trabalhadores como consumidores, sempre “em sintonia” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) com as condições cambiantes de desenvolvimento do sistema e da correlação de forças estabelecida. Em maior ou menor grau, vinculado à incorporação das “reivindicações dos trabalhadores” (MÉSZÁROS, 2011, p.537) em face de suas necessidades reprodutivas sob égide do capital.

Fundamentado na criação dos meios para a garantia da reprodução ou à manutenção contínua da força de trabalho, como afirma Marx (2013, p.183), para que a “peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado”, esse processo inclusivo, ao articular a minoração, “como paliativo” (MÉSZÁROS, 2011, p.126), dos piores efeitos do modo necessário de funcionamento do sistema, “amortecendo” (ENGELS, 1964, s/p) os choques entre as forças sociais e contrantendenciando sua explosividade; e encobrir, pelo consumo de massas e a amplificação dos serviços públicos, os “males” que o desenvolvimento “traz necessariamente consigo” (ENGELS, 1964, s/p), concatena um processo “indubitável” de “mistificação ideológica” (MÉSZÁROS, 2011, p.838) que se manifesta no modo como se internalizam as próprias dimensões fundamentais do sistema e as relações que obrigatoriamente estabelecem entre si, enfim, na maneira como opera o sistema como totalidade. Combinam-se, pois, na efetivação daquilo que Mézszáros denomina de “garantia dissuasória do Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p.127), intrinsecamente removedora da “recalcitrância” (MÉSZÁROS, 2011, p.969) potencial ou real do trabalho que, como complexo ativado para a determinação de suas “potencialidades criativas” (MÉSZÁROS, 2011, p.969), podem apontar para o afloramento das condições para a superação revolucionária daquela sociedade.

Mas a qualificação de Mézszáros de tais medidas como “apropriadas” (MÉSZÁROS, 2011, p.110), para além do aspecto da “garantia fundamental” (MÉSZÁROS, 2011, p.126) do controle sobre o trabalho, está relacionada à sua articulação para o engendramento de uma condição absolutamente necessária para a preservação do sistema de sociometabolismo do capital em face de suas próprias contradições: a ampliação da extração da mais-valia. Antes de adentrarmos mais afundo nesse processo, valemo-nos de mais um intervalo expositivo, para que possamos prosseguir com o mínimo de arestas.

O sistema de sociometabolismo do capital, como vimos, se estrutura a partir do “valor que se autovaloriza” expansivamente (MARX, 2011, p.429) através da apropriação privada do trabalho excedente extraído da classe trabalhadora pela classe dominante. Sua “característica distintiva” (RUBIN, 1987, p.21) reside sobre o fato de constituírem os proprietários dos meios de produção “produtores privados independentes” de mercadorias (MARX, 2013, p.246) – capitais diferenciadamente individualizados – sendo a fricção concorrencial entre eles uma face invariável do campo de relações estabelecido. Nos termos de Mézszáros (2011, p.724), a concorrência se torna uma “determinação interna” da “própria natureza” do capital.

Este cenário estrutural, ainda permeado pela eclosão das crises cíclicas, a consoante busca pelos capitais em protelar a sua ocorrência ou absorver melhor os seus impactos, pelo tendencial enrijecimento dos antagonismos e conflitos sociais, assim como por outras regularidades congênicas ao ser contraditório global do capital, instaurou como um imperativo reprodutivo fundamental entre as unidades reprodutivas materiais a contínua ampliação da produção de mais-valia.

O “ponto de partida” (MÉSZÁROS, 2011, p.681) deste processo se deu com o “prolongamento absoluto da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário” (MARX, 2011b, p.1060) ou mediante a redução salarial preservando-se a mesma jornada, a qual Marx denominou de “mais-valia absoluta” ou “mais-valor absoluto”. Tanto por um lado, quanto pelo outro, esbarrando-se nos limites objetivos do atrofamento precoce ou da exaustão completa da força de trabalho, por isso, caracterizada pelo húngaro como uma forma “perdulariamente ineficiente” (MÉSZÁROS, 2011, p.681), a ampliação absoluta não pôde prescindir da transformação crescente e contínua da “maior parte da população em trabalhadores assalariados” (MARX, 2011b, p.1062), historicamente desencadeada por meios territorialmente invasivos e violentos.

A intensa propagação industrial e a consolidação sistêmica do capital forneceriam o “fundamento material necessário” (MÉSZÁROS, 2011, p.681) para o surgimento de uma “variante mais refinada” (MÉSZÁROS, 2011, p.681) de ampliação da produção de mais-valia, a “mais-valia relativa” ou “mais-valor relativo”. Esta forma é fundada, segundo Marx (2011b, p.540) no “aumento e no desenvolvimento de forças produtivas” nos ramos produtivos cujas mercadorias determinam o valor da força de trabalho, ou seja, os “meios de subsistência fisicamente indispensáveis” para que o “portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida” (MARX, 2013, p.320), o que inclui as “próprias necessidades naturais” (MARX, 2013, p.317) como roupas, alimentos, remédios, habitação, assim como necessidades sociais e culturais determinadas historicamente⁵⁹.

⁵⁹ Diz Marx (2013, p.317): “As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, dependente em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral”.

A cada mudança ampliada operada nas forças produtivas do trabalho⁶⁰, proporcionalmente diminui-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria ou conjunto delas, reduzindo o seu valor. Sendo este o conjunto das mercadorias “fisicamente indispensáveis”, uma parcela menor da jornada de trabalho passa a ser destinada à reprodução da mercadoria força de trabalho e uma porção maior à produção de mais-valia. Com um quadro de possibilidades muito mais amplo e a vantagem adicional de se efetivar através de mecanismos de exploração menos transparentes em comparação à mais-valia absoluta e, assim, configurar-se “ideologicamente” de forma mais “desconcertante” (MÉSZÁROS, 2011, p.681), a mais-valia relativa foi se tornando predominante historicamente, mas de maneira vinculada à forma fundante. E uma das formas privilegiadas de sua efetuação se deu com a articulação ao consumo, tendo o Estado como um dos principais agentes.

Segundo Mézáros, por toda a processualidade histórica do capital, o “funcionamento saudável” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) do sistema esteve vinculado à ampliação da esfera do consumo aos trabalhadores. Dotado de um caráter intimamente amortizador como reivindicação integrada, portanto, cumprindo uma importante função de regulação, o consumo foi historicamente “adquirindo um significado cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2011, p.539) e tendencialmente impactando de forma mais profunda a reprodução social. Complexificando-se para além de sua vitalidade para a realização da mais-valia, o consumo associou-se decisivamente às mais íntimas exigências do capital em seu processo de “autorrenovação” (MÉSZÁROS, 2011, p.536), seja em face de suas elimináveis crises, seja na busca pelo asseguramento da “*vantagem competitiva*” (MÉSZÁROS, 2011, p.619, grifos do autor) dos capitais entre si. Passou a se constituir como um fundamental componente exploratório, consorciando em relação aos trabalhadores uma “dupla exploração” (MÉSZÁROS, 2011, p.539), ou seja, realizada sobre suas principais dimensões funcionais sob a égide controladora do capital: “como produtores e como consumidores” (MÉSZÁROS, 2011, p.539).

Essa qualidade exploratória teve como uma das bases históricas prioritárias a articulação dialética entre a ampliação qualitativa e quantitativa do consumo dos gêneros de primeira necessidade – resolutivamente intercedida pelo Estado por meio de suas políticas práticas de incremento e de oferta de serviços em massa – e o aumento e desenvolvimento das

⁶⁰ “Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2013, p.163).

forças produtivas do trabalho nos ramos industriais respectivos que, como vimos, fundamentalmente se relaciona à redução do valor das mercadorias produzidas e à maior apropriação do trabalho excedente pelo capital. Articulando os meios políticos necessários para a transformação dos “ganhos do trabalho em sua própria autoexpansão lucrativa e dinâmica” (MÉSZÁROS, 2011b, p.667), favorecendo-se duplamente, o capital criou as condições para contornar as barreiras postas e respostas na dinâmica contraditória de desenvolvimento e engendrar a sua “maior autovalorização possível” (MARX, 1998, p.263-4 apud MÉSZÁROS, 2011b, p.616), sintonizando o exercício das funções controladoras fundamentais às suas exigências reprodutivas estruturais.

Com efeito, o “poder de decisão global” (MÉSZÁROS, 2015, s/p) do Estado e a possibilidade de atuar em longo alcance dentro de uma determinada circunscrição nacional, combinadas à sua complexificação funcional como órgão que articula politicamente a “totalidade social de sua própria época histórica” (MÉSZÁROS, 2011, p.597), facultaram-lhe a capacidade de operar em múltiplas dimensões em relação à ineliminável contradição do capital entre produção e consumo e de forma conectada à sua “dinâmica variável” (MÉSZÁROS, 2011, p.110). Neste sentido, historicamente foi se realçando a própria atuação estatal como “comprador/consumidor direto” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) de mercadorias.

Em uma de suas faces, essa atribuição se processou de forma integrada à “oferta” dos serviços essenciais em larga escala sobre a qual discorreremos. Arrogando sobre si o provimento de algumas “necessidades reais do conjunto social” (MÉSZÁROS, 2011, p.110), o Estado diretamente constituiu as bases para a abertura de um avantajado flanco de consumo em grandes proporções que, além de favorecer e ativar toda uma cadeia produtiva já existente – cada vez mais atrativa a crescentes investimentos – arrojou a criação de novas fontes de mais-valia, com a vantagem adicional de sinalização segura ao mercado acerca de suas necessidades. Ao mesmo tempo, agigantando-se em seus quefazeres e em sua dimensão como “órgão geral” da sociedade, o Estado amplificou seu próprio consumo dispondo sobre o abrandamento das necessidades “artificiais” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) que se configuraram a partir das demandas de preservação e manutenção operativa de toda a sua imensa institucionalidade burocrática⁶¹.

⁶¹ Era nosso anseio de pesquisa avançarmos até a discussão de Mézáros a respeito da perduliedade do “complexo industrial-militar” (MÉSZÁROS, 2011, p.679) e as mediações travadas a partir do Estado do capital. Contudo, dados os limites de tempo, não poderemos avançar sobre a problemática.

Aderindo-se aos aspectos abertamente coercitivos e aos consensuais dissuasivos os quais viemos tratando, a remoção do potencial insurrecional do trabalho também é destacada por Mészáros pela perspectiva, por assim dizer, do dissenso-dissuasivo. Essa operação política *vis-à-vis* o trabalho, assentando-se sobre uma base demarcadamente “antitrabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p.778), historicamente se carrou – “sintonizando-se” conjunturalmente às necessidades reprodutivas do capital – em torno de processos conjugados de “debilitação em larga escala da força de trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p.842), fundamentada no imperativo de diminuir os custos do capital com o trabalho vivo e elevar a sua produtividade; assim como de desorganização da classe perante seus organismos de luta e de defesa, o que, em determinados contextos, vislumbrou-se mediante atos legislativos antissindicais e de aberta criminalização das lutas. “Punindo” os trabalhadores em sua existência degradada, por vezes, ceifando-os das precondições mais elementares de sua reprodução, o capital, de forma deliberada, dissensuou politicamente com o trabalho em torno de seus imperativos candentes, evidentemente, alicerçados sobre uma base exploratória tendencialmente crescente. Contudo, conforme salientamos anteriormente, o realizou de forma adequada, desfocalizando de si a origem fundante de tais medidas e jogando luz sobre o Estado. Ao articular os meios para a maximizar a sua reprodução ampliada, o capital minimizou até onde for possível os estresses produtivos em face do trabalho.

A consumação formal específica do Estado sob o capital tornou possível a alteração abrangente e diversificada de uma série de ações voltadas à complementação do controle sobre o trabalho em vista dos intrínsecos defeitos existentes e à sua potencial explosividade. Nos termos de Mészáros, possibilitou a realização do capital como modo sustentável de sociometabolismo e a ininterruptividade de suas operações fundamentais. Estruturando-se desde as bases materiais fundantes da sociedade, o Estado converteu-se em órgão metabólico o qual o andamento básico do sistema não podia mais prescindir.

Os antagonismos sociais e a reprodução da recalcitrância do trabalho se constituem, no entanto, como traços irrevogáveis da operatividade metabólica do capital. Geram-se incessantemente e, dadas as próprias exigências reprodutivas do sistema, tendencialmente se robustecem em todas as suas dimensões. Essa dinâmica, pela qual os objetivos metabólicos fundamentais são alcançados, é absolutamente escapável à interferência regulatória do “sistema de comando” do capital como totalidade.

Desta maneira, à medida que o capital capilariza sua existência no âmbito global e amplia sua “escala de operações” (MÉSZÁROS, 2011, p.216), a capacidade de manter o

controle sobre a totalidade sistêmica do trabalho tendencialmente se enfraquece e mais severamente se avigora o seu caráter intrinsecamente autodestrutivo. O Estado, como totalidade estrutural, tem a sua eficácia contentora sobre o trabalho despotencializada. Na síntese de Mészáros, a correspondência mútua entre as estruturas reprodutivas materiais e o Estado tende a perder força e revelar outra face de sua qualidade relacional constitutiva: a “*dissonância estrutural*” (MÉSZÁROS, 2011, p.125, grifos do autor).

Efetivando-se numa base contraditória, a dialética estrutural tem a “dissonância” apresentada em outras faces. Uma delas, bastante dedicada por Mészáros, relaciona-se à própria ação regulatória estatal quanto a centrifugalidade permeante à pluralidade de capitais existentes. Na próxima seção de capítulo voltaremos nossas atenções sobre como o húngaro deslinda a questão e buscaremos mostrar como as condições históricas objetivas permitiram-lhe aprofundar a concreção do Estado a partir de sua efetivação como totalidade estrutural global.

4.3 CENTRIFUGALIDADE DOS CAPITAIS E A FUNÇÃO “ORIGINAL” DO ESTADO

Se é certo que o axioma hobbesiano do *bellum omnium contra omnes* revela a autenticidade do sistema do capital sob a ótica de seus antagonismos de classe, também o é quando se refere à relação que se interpresa entre os próprios capitais.

Na primeira seção deste capítulo, buscamos demonstrar como, para Mészáros, a constituição sistêmica das estruturas reprodutivas relacionava-se à consumação de um *modus operandi* sustentável entre elas, e que isso dizia respeito à interposição de um necessário e externamente mediado “equilíbrio de poder”, por meio do qual se mantivesse sob controle a sua espasmodicidade exclusivista, igualmente produtora de nocivos conflitos. Entranhado a este processo, considerando os próprios objetivos metabólicos ancorados na produção e acumulação ampliada de capital, salientamos como aquilo não poderia de algum modo confinar-se a limites restritos, mas continuamente expandir-se até alcançar uma forma global.

A adequação formal do Estado e os seus inerentes atributos permitiram-lhe agenciar a coesão entre esses constituintes. Como afirmaram Marx e Engels (1998, p.10), tornaram-no capaz de administrar os “negócios comuns da classe burguesa como um todo”. Afiançando a melhoria do “potencial produtivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.128) e o avanço do conjunto das unidades, atuando em favor do “todo” (MÉSZÁROS, 2011, p.128), o Estado engendrou as condições de sua interação dinâmica e de sua coexistência capitalisticamente coordenada e oportuna, das menores unidades às maiores e mais relevantes. Exerceu, segundo Mészáros, a sua “crucial, original e primeira” (MÉSZÁROS, 2011, p.839) função e promoveu, como veremos, as disposições necessárias para o atingimento da forma mais avançada, plena e necessária do sistema.

Como salientamos, o sistema do capital é constituído por uma “pluralidade de capitais confrontando-se uns com os outros” (MÉSZÁROS, 1999, p.22) de forma permanente e em todos os planos possíveis, das circunscrições nacionais aos níveis mais abrangentes. No interior desta pluralidade interseccionada e contraditória, unidades reprodutivas de “maior ou menor tamanho” (MÉSZÁROS, 2011, p.120), possuidoras de maiores ou menores massas de capital, constituem uma rede interna de dominação e poder. Seus “intercâmbios conflitantes” (MÉSZÁROS, 2011, p.665) – a competição intestina pela ampliação do volume de negócios, o apoderamento da maior parcela do mercado, por força de trabalho, matérias-primas, etc. – tendencialmente levam o “grande capital”, em seu “insaciável apetite canibalesco” (MÉSZÁROS, 2011, p.665) a absorver os menores que, como contribui Mandel (1978, p.71),

“dispõem de menores meios, que não podem aproveitar das vantagens da produção em grande escala, nem introduzir a técnica mais avançada e mais dispendiosa”.

Tal absorvência de capitais já existentes (centralização do capital), objetivada, por exemplo, na formação de cartéis, *holdings* e trustes, acelerada com a detonação das crises cíclicas, faz com que as unidades reprodutivas remanescentes, já maiores e mais eficientes, tornem-se capazes de realização de investimentos produtivos mais vultuosos e, desta feita, cresçam em tamanho, em razão da nova acumulação que empreendem (concentração de capital). Como afirma Engels (1959 p.194-5 apud MÉSZÁROS, 2011, p.239), a competição, manifestação do “interesse próprio” das unidades reprodutivas dilaceradas do capital, tendencialmente “se transforma em monopólio” (ENGELS, 1959, p.194-5 apud MÉSZÁROS, 2011, p.239), então, originado da dinâmica do capital em seus processos concatenados de centralização e concentração.

A expansão do capital e a monopolização, portanto, são faces de uma mesma moeda e se calçam numa relação de complementariedade. Arrojando-se por sua autorreprodução em escala ampliada, os capitais friccionam-se concorrencialmente e geram “desdobramentos *monopolistas*” (MÉSZÁROS, 2011, p.89, grifos do autor). Consubstanciados como “forças socioeconômicas dominantes” (MÉSZÁROS, 2011, p.89), os capitais tornam-se capazes de penetrar ao domínio da circulação global, enfrentar os capitais de maior tamanho e eficiência de outros Estados nacionais e, assim, ampliar a “escala de suas operações” (MÉSZÁROS, 2011, p.252).

Por um lado, diante a volúpia destes substantivos processos, que multiplicam o poder do grande capital e criam “partes grotescamente desiguais em ‘competição’ interna’ [...] cada vez mais flagrantemente predeterminada e automaticamente decidida” (MÉSZÁROS, 2011, p.814), o Estado entra em cena com o objetivo de regular as relações desproporcionais entre as unidades e preservar a integridade daquelas menores e “menos eficientes” (MÉSZÁROS, 2011, p.113), mas que se mantém lucrativamente “viáveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.113) em seu padrão de funcionamento e, deste modo, “*capitalisticamente*” úteis (MÉSZÁROS, 2011, p.665, grifos do autor) ao desenvolvimento do sistema como totalidade. Neste sentido, em momentos conjunturais bastante específicos e excepcionais, a intervenção estatal pôde, inclusive, abranger a tomada de medidas “autenticamente *antimonopolistas*” (MÉSZÁROS, 2011, p.113, grifos do autor) e refreadoras do impulso das unidades de maior tamanho em prol de sua proteção.

Os processos “sempre maiores” (MÉSZÁROS, 2011, p.245) de concentração e centralização “monopolísticas” (MÉSZÁROS, 2011, p.22), no entanto, ao rearranjar a hierarquia de poder entre as unidades produtivas, diferenciando de forma acentuada a sua capacidade expansiva e, neste quesito, sua relevância, vão tornando patente e mais “administrável” (MÉSZÁROS, 2011, p.105) ao Estado para onde o seu “apoio privilegiado” (MÉSZÁROS, 2011, p.128) deve se dirigir.

Facilitando a “prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) e, neste curso, robustecendo o porte das unidades mais eficientes na consolidação de sua dominância interna e em sua capacitação expansiva, o Estado mobiliza os maiores meios materiais e políticos, articula e põe em movimento toda a sua institucionalidade para o provisionamento da expansão “mais monopolista possível” (MÉSZÁROS, 2011, p.113) e ilimitada dessas unidades. Para desobstruir o caminho de fatores limitantes, que podem envolver desde os conflitos com os “Estados rivais” (MÉSZÁROS, 2011, p.113), o destroncamento da resistência local nos países destinatários, até a proteção interna contra a “invasão de outros capitais nacionais” (MÉSZÁROS, 2011, p.113) e, assim, garantir as condições propícias à movimentação e sustentação de “suas” unidades no exterior, os mecanismos tradicionais de diplomacia internacional podem dar lugar, “se preciso” for (MÉSZÁROS, 2011, p.113), ao desempenho coercitivo de seus recursos e forças militares. Em determinadas contextualidades históricas do passado, foi com o uso privilegiado destes meios que o processo se consumou.

Ademais as mediações prestigiadas às tendências monopolistas do sistema e a tendencial desequilíbrio de poder a favor das unidades reprodutivas de maior envergadura e eficiência econômica, “não obstante os interesses conflitantes de uns *vis-à-vis* os outros” (MÉSZÁROS, 2011, p.839), o Estado vai, até quando as condições permitirem, buscar travar o “*modus vivendi*” (MÉSZÁROS, 2011, p.839) e a equilibração de poder entre as unidades sob sua “jurisdição” (MÉSZÁROS, 2011, p.128).

Historicamente relacionada às possibilidades de sua própria constituição e preservação sistêmica, a busca pela sustentação material abrangente das unidades reprodutivas pelo Estado, já num contexto de consolidação global e complexificação estrutural, segundo Mézáros, ganha novos e decisivos contornos. Matrizada pelo critério da viabilidade existencial “capitalística” das unidades, ou seja, a sua capacidade em operar de modo favorável à “força combinada do capital *nacional* total” (MÉSZÁROS, 2011, p.113, grifos do autor), o caráter diligente englobante do Estado se correlaciona a contextos estruturais mais

amplos de funcionamento da totalidade do sistema, com desdobramentos políticos e reprodutivos de grande monta.

Segundo Mészáros, a força combinada dos diversos capitais existentes em uma base territorial circunscrita compõe o “capital nacional total” (MÉSZÁROS, 2011, p.1007) de um determinado Estado nacional. Ainda que os interesses destes diversos capitais nacionais em suas diferentes frações “possam se distinguir” (MÉSZÁROS, 2011, p.113), a totalidade de sua força combinada – o volume, a qualidade e, com efeito, a intensidade de seu impulso expansivo – designa a posição (sempre relativa) desse conjunto de capitais na “estrutura global do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.1007) e, correspondentemente, a posição ocupada por este Estado na “ordem de poder do capital global” (MÉSZÁROS, 2011, p.111).

Para o húngaro, a hierarquização dos Estados nacionais “mais, ou menos, poderosos” (MÉSZÁROS, 2011, p.111) desvela a vigência de um determinado padrão sociorreprodutivo e político interno. No “quadro de referências do capital social total” (MÉSZÁROS, 2011, p.112), dois padrões se efetivam de forma mutuamente dependente e sustentada, estruturalmente interconectada. De um lado, trata-se de uma dinâmica social que se caracteriza por índices de exploração da força de trabalho relativamente mais favoráveis, associados a formas políticas democráticas e condições de vida dos trabalhadores acentuadamente mais elevadas, assim, um padrão marcado por uma maior distensão social e seguridade em seu desenvolvimento metabólico. Por outro, fornecendo a base material que viabiliza a manutenção do primeiro – nos termos de Mészáros (2011, p.89), a “margem de vantagem diferencial” – um padrão potencialmente mais explosivo, assinalado por uma exploração mais intensa dos trabalhadores, governos “implacavelmente” autoritários (MÉSZÁROS, 2011, p.111) e tendencialmente ditatoriais, assim, esteirado em crescentes desigualdades sociais e condições de vida agudamente difíceis à classe.

Frisa Mészáros, portanto, que a constituição do capital como um sistema global plenamente desenvolvido teve por base a acomodação a um modo de desenvolvimento desigual, mas “transnacionalmente entrelaçado” (MÉSZÁROS, 2011, p.238), que se alicerçou em “relações iníquas de poder” (MÉSZÁROS, 2011, p.111) dinamizadas pela absorção e acumulação central da mais-valia em relação e detrimento às “nações menores” (MÉSZÁROS, 2011, p.245).

Conformando um “sistema internacional de dominação e subordinação” (MÉSZÁROS, 2011, p.111) e margeando relações políticas e sociais internas diferenciadas, numa dinâmica “perversa” (MÉSZÁROS, 2011, p.246), “incorrigivelmente discriminatória”

(MÉSZÁROS, 2011, p.181), “espezinhadora” (MÉSZÁROS, 2011, p.245) e “paralisante” (MÉSZÁROS, 2011, p.553) aos países da base da hierarquia de poder, esse processo condicionou uma existência fragmentária do trabalho como totalidade estrutural, absolutamente fundamental para a sustentabilidade do capital como força de controle sociometabólico global.

Neste quadro de referências estabelecido, a manutenção ou a possibilidade de transição para uma posição determinada, permissiva a condições internas e externas mais ou menos vantajosas de desenvolvimento, depende substancialmente da combinação crescente de forças da totalidade dos componentes produtivos estruturalmente ligados numa base nacional, cuja sustentabilidade, vimos, não pode prescindir da intervenção do Estado. Evitando a “eliminação prematura” (MÉSZÁROS, 2011, p.113) das unidades menores cuja eficiência ainda seja relevante para o favorecimento de tal força combinada, ou mobilizando os meios para a expansão “transnacional” (MÉSZÁROS, 2011, p.22) das maiores, o Estado atua abrangentemente para que nenhuma ocorrência estrutural possa afetá-la “desfavoravelmente” (MÉSZÁROS, 2011, p.113) e culminar em um “enfraquecimento relativo” (MÉSZÁROS, 2011, p.112) na posição hierárquica deste conjunto em face do ordenamento internacional, rebatendo-se sobre o seu “padrão” socio-reprodutivo interno. Em realidade, uma vez constituído globalmente como um “sistema total e imbricadamente interligado” (MÉSZÁROS, 1999, p.23) – “*interdependente* do princípio ao fim”, diz o autor (MÉSZÁROS, 2011, p.1031, grifos do autor) – qualquer ocorrência desfavorável, compensando-se pelo aumento inevitável da exploração, repercute por toda a rede sistêmica global, ensejando transformações realizadas em cadeia e acirradoras de tensões.

Mas o exercício de sua mais crucial função metabólica, segundo Mézszáros, como expressão da base contraditória na qual o Estado se alicerça, revela outra face da “*dissonância estrutural*” (MÉSZÁROS, 2011, p.125, grifos do autor) a que nos referimos na seção anterior.

A constituição histórica dos capitais de forma “inextricavelmente” (MÉSZÁROS, 2011, p.128) entrelaçada aos Estados assentados em fundações territoriais mais ou menos delimitadas e constituídos em torno de uma organização nacionalmente circunscrita, “forçosamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.128) estremeou a intersustentação material reprodutiva em determinados limites. O sistema do capital conformou-se como uma totalidade orgânica com nítidos cortes nacionais e os Estados passaram a rivalizar entre si na articulação dos interesses de seus “próprios” capitais e expressando a sua determinação concorrencial e expansiva.

Com a formação dos monopólios, a capacitação dos capitais dominantes em expandir-se espacialmente para além de suas fronteiras e a configuração de um cenário cada vez mais transnacional, os Estados nacionais compeliram-se à tendencial execução de operações refradoras à determinação irrestringível e expansiva do “*capital global*” (MÉSZÁROS, 2011, p.128, grifos do autor) com vistas à proteção dos capitais internos e do asseguramento do padrão socio-reprodutivo e político vigente. Colidiram com outros Estados nas execuções propulsoras de seus capitais e ensejaram situações de conflito com potenciais destrutivos cada vez mais arrasadores. O Estado, como totalidade estrutural sistêmica, ante desenvolvimentos concernentes à “lógica fundamental” (MÉSZÁROS, 2011, p.131) do capital, se realizou de forma contenciosa e contraditória. Na síntese de Mézáros, fragmentado em particularidades nacionais, não pôde ser “verdadeiramente abrangente nem totalizador no grau de ‘deveria ser’” (MÉSZÁROS, 2011, p.131) e desvelou “incapacidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.131) no exercício de uma função originária.

Caudatária da tradição marxiana em seus aspectos teóricos e metodológicos mais avançados, a teoria social de Mézáros comporta uma totalidade política estruturante, que se interconecta e sustenta multidimensionalmente outras totalidades e lhes confere densidade. Noutros termos, comporta uma teoria política que se põe como um dos pilares da teoria social com totalidade.

Partindo da investigação do “dado primário” da realidade objetiva, perquirindo o nexos histórico do complexo de categorias do capital, Mézáros deslindou um Estado encastrado às dimensões fundamentais do sistema em suas exigências mais íntimas. Contudo, cujo caráter dissonante franqueava a abertura de janelas a uma próspera “avaliação das perspectivas futuras” (MÉSZÁROS, 2011, p.126).

A percepção de que na realidade explodiam elementos promissores ao necessário enriquecimento dos fundamentais, mas, “meros esboços” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) políticos marxianos, levou Mézáros a minuciosamente examinar o andamento analítico levado a cabo pelo autor no erigimento de sua primordial contribuição. Compreendendo que foi da crítica à longa tradição teórica que o antecedeu que Marx calçou os fundamentos de seu pensamento político, o húngaro empreende uma demorada investigação sobre esse processo, especialmente, a partir da atenção dispensada à filosofia política e da história de Hegel. A percepção crítica de Mézáros a respeito disso, será assunto da próxima seção.

4.4 HIPOSTASIAÇÃO BURGUESA E A FERTILIDADE HEGELIANA

Quando Marx começa a dar empreendimento aquilo que se tornaria o projeto teórico-intelectual de sua vida, ele tinha diante de si um acervo de conhecimentos que, desde o século XVII, vinha se constituindo no sentido de “apanhar com objetividade a dinâmica da sociedade e da história” (NETTO, 1985, p.13) como parte da estratégia de fortalecimento e consolidação do capital como forma global de desenvolvimento sociometabólico.

Tratava-se de uma “massa crítica” (NETTO, 2016b, s/p) originariamente enraizada na valorização da racionalidade e na cognoscência do real, que havia tracejado ao longo dos séculos as “linhas gerais” (NETTO, 2016b, s/p) para a compreensão da sociedade que se constituía como expressão da dominância burguesa. Contudo, cuja cientificidade refletia o peso desta mesma dominação.

Estava esse acervo, pois, magnetizado aos anseios da classe burguesa em ascensão. Como “arma” na disputa por hegemonia, valorava um sujeito social então revolucionário, expressando suas expectativas e lhe dando voz com exclusividade unidirecional. Assentado sobre a racionalização da lógica do capital, havia incorporado historicamente “sem questionamento” (MÉSZÁROS, 2011, p.115) os princípios de seu desenvolvimento e as suas determinações, fixando-as como dadas e permanentes. Reforçando as bases teóricas para sua eternização, imputou às contradições e “problemas em jogo” (MÉSZÁROS, 2011, p.115) tendencialmente crescentes um aspecto de resolutividade e suscetibilidade ao acordo e ao equilíbrio. Articulado à incipiência das regularidades estruturais que iriam apenas mais tarde se aflorar, legitimou-se sobre a contundência fenomênica dos processos históricos e tradicionalmente calçou como um de seus principais pilares o Estado, cuja imprescindibilidade para a condensação social já era visivelmente percebida. A partir dessa “substância ideológica” (MÉSZÁROS, 2011, p.69), agrupou autores de diferentes gerações, congregando-os à elaboração de teorizações a respeito do encerramento histórico do ciclo de grandes transformações necessárias.

Com efeito, esses autores unanimemente arrogavam como solução aos problemas que se vislumbravam em torno das mazelas sociais e dos conflitos intercorridos entre classes⁶², a determinação conciliatória, resolutiva e abrangente do Estado, que se efetivava

⁶² O escamoteamento das classes sociais e seus antagonismos firmemente arraigados se constituía como uma marca da “massa crítica” em questão. O que se oferecia como explicação para a ocorrência de tais fricções, de modo geral, era a “necessária” condição existente de “escassez” (MÉSZÁROS, 2011, p.577, grifos do autor) a

através de suas “instituições e sistemas legais” (MÉSZÁROS, 2011, p.234) e repressivos. Estabelecido teoricamente como “remédio” (MÉSZÁROS, 2011, p.116), esfera solucionadora de problemas por excelência, o Estado aparecia em seus escritos como meio perene ao alcance e manutenção societária em seu patamar superior e derradeiro⁶³. Sobre ele não se rebatiam as contradições geradas pela sociedade civil⁶⁴, nem se constituía como instância geradora de contradições. Emergido hierarquicamente superposto à esfera civil, fixado qualitativamente de maneira “a-histórica” (MÉSZÁROS, 2011, p.580) e “definicional” (MÉSZÁROS, 2011, p.579), o Estado era conferido de uma “eterna legitimidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.577), que o elevava a “*Deus ex machina*” (MÉSZÁROS, 2011, p.577).

Seja o “sistema de Estado universalista” de Immanuel Kant (1724-1804), ou o “*Estado comercial fechado*” de Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), até o “Estado

qual colocava os *individuos* uns contra os outros e ditava uma “natureza humana” (MÉSZÁROS, 2011, p.577) egoísta, mesquinha e concorrencial. Sobre essa questão, haverá um aprofundamento ao longo desta seção.

⁶³ Consideramos importante frisar que, para Mézáros, essa caracterização geral realizada pelos teóricos burgueses não se tratava de um mero “constructo filosófico” (MÉSZÁROS, 2011, p.578). A processualidade histórica da sociedade de classes – demarcada pela transmutação da “apropriação comunitária” do trabalho excedente em “propriedade exclusivista” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) – fora acentuadamente sublinhada pelo aparecimento de “instituições legais e políticas” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) que se solidificavam paralelamente e em proporção direta à “influência prática” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) dessa forma exclusivista. Quanto mais se estendia essa influência sobre a reprodução social, tanto maior era a exigência do exercício de um “papel totalizador” (MÉSZÁROS, 2011, p.108) por parte da estrutura política objetivada no Estado, ou seja, um papel de criação e asseguramento das condições gerais e permissivas à apropriação do trabalho excedente. Tanto mais proeminente era a sua evidenciação fenomênica. Para o húngaro, portanto, isso que ele chama de “prática da autorreprodução política da sociedade de classes” (MÉSZÁROS, 2011, p.578), isto é, o pôr e repor da propriedade exclusivista e o exercício premente da função totalizadora do Estado, trata-se de um processo “muito real” (MÉSZÁROS, 2011, p.580). Na sociedade burguesa, como vimos, essa relação ganha novos e contundentes contornos. Ao constituir-se adequadamente como parte integrante da base material do sistema e ampliar qualitativamente seu rol de funções, acompanhando a complexificação estrutural que emerge da separação radical entre controle e produção, a citada proeminência se avulta e, assim, é incorporada teoricamente por uma gama importante de autores. Na próxima seção de capítulo, veremos como Mézáros vislumbra os meandros desse processo de incorporação.

⁶⁴ A separação entre “sociedade civil” e “Estado” – a conformação de uma “realidade dual” (MÉSZÁROS, 2011, p.582) – segundo Mézáros, era um “traço característico da teoria liberal em geral” (MÉSZÁROS, 2011, p.580). Radicava-se na confluência fenomênica e ideológica a qual nos referimos anteriormente e, neste sentido, se punha historicamente como uma “circularidade ideológica” (MÉSZÁROS, 2011, p.577). A forma como Hegel, sobre o qual versaremos de forma mais profunda abaixo, apresenta a questão, é emblemática e contribui para a sua compreensão. Na ótica do filósofo, a sociedade civil se configurava como um “mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p.61) à parte, “esgarçada” por suas inerentes contradições (MÉSZÁROS, 2011, p.582), conflitos e problemas, germinados desde suas próprias entranhas, e demarcadamente assentados sobre as determinações “egocêntricas” (MÉSZÁROS, 2011, p.56) e “interesses egoístas” dos indivíduos (MÉSZÁROS, 2011, p.56); oriundos, portanto, da “individualidade personalista” (MÉSZÁROS, 2011, p.70) que era intrínseca aos seres humanos, e que fazia parte de sua mais íntima natureza, gerando uma condição necessariamente caótica em suas interações. Na síntese meszariana, constituía-se, pois, por “milhões de forças centrífugas auto-orientadas” (MÉSZÁROS, 2011, p.543). O Estado, por outro lado, postado acima dos indivíduos em perpétua beligerância, como “*imagem e realidade da razão*” (HEGEL, p.222-223, apud MÉSZÁROS, 2011, p.63), fadava-se a solucionar as contradições da sociedade civil por “mais intensas” que fossem (MÉSZÁROS, 2011, 234), promovendo a conciliação final e harmônica entre as forças em guerra em prol do benefício geral. Esse era o seu destino inescapável, cujo “sucesso” já se garantia aprioristicamente.

germânico” de Hegel (MÉSZÁROS, 2011, p.115/116, grifos do autor), para Mészáros, todas essas teorizações se constituíam como “hipóstases do Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p.116). Partiam de aspectos de sua manifestação aparente, realizavam-lhe atribuições a partir de um referencial meramente abstrato, deslocado de sua *real* efetivação e, neste sentido, criavam uma idealização em torno de sua figura. Carregando-o de um “dever-ser” (MÉSZÁROS, 2011, p.116) portador de um imperativo remediador, portanto, imputando-lhe determinações em vez de extraí-las, esses escritos constituíram-se como teorizações que intencionavam a racionalização e legitimação da ordem social vigente.

Mészáros se ocupou da análise do legado de alguns dos mais notórios personagens dessa tradição em diversos momentos de sua obra magna. Em passagens intencionalmente dedicadas, noutras *en passant*, o autor “retornou” ao pensamento daqueles que caracterizou como algumas das “maiores personalidades da filosofia burguesa” (MÉSZÁROS, 2011, p.115) ou da “teoria liberal em geral” (MÉSZÁROS, 2011, p.580). Consciente dos limites sociais, históricos e de classe interpostos em seus exames, Mészáros foi explicitando as diferenças formulativas entre os autores e apresentando os pontos de intersecção, colocando em relevo suas descobertas e apontando seus limites.

Não há dúvidas de que Hegel foi quem Mészáros mais dedicou leituras e análises. Esse dispêndio analítico minudente está diretamente ligado à compreensão sobre o peso que a crítica de Marx à filosofia política e da história hegeliana teve na edificação de sua teoria social. Para o húngaro, Hegel, que havia produzido a “maior teorização positiva do Estado burguês”⁶⁵ (MÉSZÁROS, 2011, p.232), foi o “ponto de partida” (MÉSZÁROS, 2011, p.583) de Marx para uma crítica mais precisa sobre a sociedade burguesa. E para ele, não poderia ter tido o filósofo alemão um ponto de partida “mais fértil” (MÉSZÁROS, 2011, p.583): a florescência teórico-metodológica hegeliana havia se constituído ao passo da própria excrescência das lutas de classes, com as quais o autor havia guardado uma lúcida e objetiva relação analítica, sobretudo, no que diz respeito ao reconhecimento e incorporação dos traços constitutivos mais elementares do trabalho naquelas condições históricas específicas.

Hegel produziu suas principais formulações em um período em que, não obstante ao “mundo ainda-não-estabelecido” (MÉSZÁROS, 2011, p.583) do capital, passavam a se desocultar as implicações de suas contradições mais internas e as classes sociais fundamentais se chocavam ríspidamente. Na síntese do húngaro, se tratava de uma época de “transição”

⁶⁵ Trata-se de “A filosofia do direito”, publicada em 1820. Para Mészáros, essa obra tem uma ligação estreita com “A filosofia da história”, publicada em 1837.

(MÉSZÁROS, 2011, p.54) do sistema no curso de sua constituição plena e que, portanto, se assinalava por uma “fluidez dramática” (MÉSZÁROS, 2011, p.583).

A alçada burguesa após a Revolução Francesa e a predominância dos seus interesses de classe, havia exasperado os conflitos entre as frações que compunham o “Terceiro Estado”, e a relativa e histórica unidade estamental contra o Antigo Regime entrava em processo de desintegração. Diante do ascenso da burguesia e a seu contornamento como classe dominante, começava a aparecer, pela primeira vez na história, a classe trabalhadora como “força política e social independente” (MÉSZÁROS, 2011, p.57), relevando-se como classe dominada contra o capital e atuando em seu “próprio nome” (MÉSZÁROS, 2011, p.57). Objetivava sua oposição ao estado de coisas emergente na forma do protesto e do confronto sociais, açambarcada por uma conjuntura na qual os conflitos internacionais entre os Estados-Nação explodiam em intensidade.

Costurando-se a teia de contradições originárias, o delineamento social já acentuava em nitidez e revelava o florescimento de certas tendências estruturais e seus efeitos. Contudo, as vias de conformação societária ainda enrustiam algumas delas, as quais exigiriam o amadurecimento das forças em jogo e de suas relações no novo desenvolvimento sociometabólico. O antagonismo social intrínseco à formação social que se engendrava ainda não se apresentava em plenitude, ou seja, apesar de estar “por demais em evidência” (MÉSZÁROS, 2011, p.61), aberto, suas implicações (destrutivas) ainda não estavam totalmente à vista. Capital e trabalho não se atritavam “claramente” como “alternativas hegemônicas entre si” (MÉSZÁROS, 2011, p.583) e não se riscava no horizonte o “imperativo de um modo de reprodução sociometabólico radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2011, p.199). Os trabalhadores confrangiam-se, para além da subordinação social, à ausência de um projeto societário próprio, confrontando a burguesia de “forma hesitante” (MÉSZÁROS, 2011, p.57). Segundo o húngaro, o processo socio-histórico apresentava-se, então, com “relativa transparência” (MÉSZÁROS, 2011, p.583).

Coetâneo da Revolução Francesa e de seus processos ulteriores, tendo incorporado “os princípios fundamentais da economia política” (MÉSZÁROS, 2011, p.55) pelas mãos dos autores clássicos ingleses e escoceses, apercebido-se dos desenvolvimentos tecnológicos e materiais provindos com a Revolução industrial e do “espírito comercial” inglês na constituição de um sólido império colonial (MÉSZÁROS, 2011, p.116), Hegel conciliou-se com aquela realidade em formação e assumiu seu “ponto de vista” (MÉSZÁROS, 2011, p.55). Saudou o colonialismo e o armamentismo prussiano como importantes componentes de seu

alcance ao “ponto crítico absoluto” (HEGEL, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.63) e destacou o caráter civilizatório de sua realização. Assentado em uma concepção socio-histórica bem determinada⁶⁶, apreendeu a forma social e política do capital como a “concretização da liberdade” (MÉSZÁROS, 2011, p.60) e o ápice do desenvolvimento histórico da humanidade, a partir do qual nada se transformaria na “direção de um futuro radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2011, p.61). Nas sínteses de Mészáros, Hegel estabeleceria a sociedade burguesa como a “*terminação* inalterável do processo histórico” (MÉSZÁROS, 2011, p.558) e a “culminação da história do homem e suas instituições concebíveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.57), apenas margeando a remediação de pequenas discrepâncias e dificuldades. E o Estado moderno, que já constava nos autos originários da tradição liberal como instância central à preservação e aprimoramento da ordem social burguesa, e aparecia naquela contextualidade com contundência empírica seria articulado teoricamente de forma preemptória.

⁶⁶ Para Mészáros, a legalidade histórica no interior de “toda a tradição filosófica burguesa” foi sempre atribuída a uma “força” que se “afirmava e impunha suas próprias metas *acima e contra* as intenções, desejos, ideias e planos conscientes dos seres humanos” (MÉSZÁROS, 2011, p.62, grifos do autor). Ou seja, uma “força motora” (MÉSZÁROS, 2011 p.59) ou “princípio” (MÉSZÁROS, 2011, p.56) que tomava as rédeas da história, “superpondo seu próprio projeto ao mundo dos indivíduos reais, fazendo-os desempenhar de um modo inconsciente *seu* ‘destino’, *sua* ‘teodiceia’” (MÉSZÁROS, 2011, p.374, grifos do autor). Em Hegel, essa força tomou forma em seu conceito de “*List der Vernunft* (a astúcia da Razão)” (MÉSZÁROS, 2011, p.374) ou do “Espírito do Mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p.57). Uma “entidade *supraindividual*” (MÉSZÁROS, 2011, p.374, grifos do autor) e “*supra-humana*” (MÉSZÁROS, 2011, p.63, grifos do autor) – portanto, nada mais do que um “constructo” (MÉSZÁROS, 2011, p.374) ou uma “hipóstase mítica” (MÉSZÁROS, 2011, p.374) – universalmente benéfica, que “funcionava dentro” dos indivíduos, Estados e nações (HEGEL, 1942, p.217 apud MÉSZÁROS, 2011, p.62), cuja meta ou projeto se constituía em pôr em “solução” as “incontáveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.63) e “diversas contradições reais” (MÉSZÁROS, 2011, p.62) da sociedade civil “dilacerada por conflitos” (MÉSZÁROS, 2011, p.63), isto é, estabelecer a “superimposição de ordem” diante à inerente “conflitualidade individual” (MÉSZÁROS, 2011, p.374) da sociedade, mantendo “sob controle” (MÉSZÁROS, 2011, p.80) essas determinações. Como sintetiza o húngaro, uma força que efetivamente derrotava o “conjunto paradoxalmente consciente/inconsciente de interações individuais” (MÉSZÁROS, 2011, p.62) e decidia, de forma inalterável e irresistível, os “desenvolvimentos” do mundo (MÉSZÁROS, 2011, p.58). Através de um processo mediativo, a entidade mobilizava os seus “órgãos” e “*instrumentos*” (HEGEL, 1942, p.217 apud MÉSZÁROS, 2011, p.62, grifos do autor) e subordinava todos os indivíduos à sua própria meta/projeto, uma vez que possuía o “*poder absoluto* de consumir-se a si próprio e, *desde o início*, realizou-se a si próprio” (HEGEL, 1971, p.62 apud MÉSZÁROS, 2011, p.540, grifos do autor). Para Hegel, com o capital e o Estado moderno, havia-se atingido “a fase histórica da plena adequação do Espírito do Mundo a si mesmo” (MÉSZÁROS, 2011, p.87) o qual, finalmente, “apreende o princípio da unidade da natureza divina e da humana, a reconciliação da verdade e da liberdade objetiva com verdade e liberdade que aparecem na consciência e na subjetividade” (HEGEL, 1942, p.222 apud MÉSZÁROS, 2011, p.63). Mészáros, então, assinala como a imposição do Espírito do Mundo, de sua “própria ordem [...] além da qual não poderia haver nada racionalmente concebível” (MÉSZÁROS, 2011, p.80), ao fim e ao cabo, significava a glorificação (e eternização) da ordem estabelecida do capital em ascensão com a qual Hegel havia se conciliado. Mais adiante, daremos desdobramento a como o Estado é articulado nesse sistema e, neste sentido, apresentaremos mais profundamente como se desenvolveu, a partir da crítica meszariana, a questão da mediação em Hegel, a qual apenas tangenciamos neste momento.

De fato, a revolução burguesa, como processo plurissecular de reconfiguração social sob os ditames do capital, pelas determinações que expusemos, havia se medulado com uma atuação axial do Estado. A Revolução Francesa, por exemplo, a qual Hegel havia sido contemporâneo, seja pelo aplainamento legal e político para a consecução dos objetivos econômicos da burguesia, seja na contenção das lutas travadas pelos trabalhadores ou na própria retenção da nobreza em seu ardor contrarrevolucionário, se dinamizava com base num exercício centralmente importante e diversificado pelo Estado. E dado o caráter radicalmente inovador, a circunstancialidade revolucionária ativa e a não explicitação histórica de determinadas regularidades do sistema, a amplitude não só do rol de funções, mas da própria eficiência em sua execução se constituía de maneira bastante alargada e evidente.

Em Hegel, a “circularidade política” (MÉSZÁROS, 2011, p.578) se consumaria com base nos princípios gerais herdados da longa tradição de que o autor fazia parte, evidentemente, articulando as particularidades e exigências de seu próprio “sistema filosófico” (MÉSZÁROS, 2011, p.71). Qualificado como um poder resolutivo abrangentemente conciliatório pelo qual a humanidade se propulsionava a patamares sempre superiores de existência, o Estado apareceria associado às principais categorias do pensamento hegeliano e constituindo o seu “centro operativo” (MÉSZÁROS, 2011, p.579).

Na história do mundo, só podemos observar os povos que formam um Estado. Devemos entender que este último é a realização da Liberdade, ou seja, da *meta final absoluta* que existe *para si mesmo*. Deve ainda entender que todo o mérito que possui o ser humano – toda a realidade espiritual -, ele só o possui por meio do Estado ... Pois a Verdade é a Unidade da Vontade subjetiva universal; e o *Universal* será encontrado no Estado, em suas leis, em seus arranjos universais e racionais. *O Estado é a presença da Ideia Divina na Terra* (HEGEL, 1956, p.39 apud MÉSZÁROS, 2011, p.61).

Para o autor, que havia ofertado uma explicação da dinâmica histórica a partir da “*mediação* do particular através do universal” (HEGEL, 1942, p.129-130 apud MÉSZÁROS, 2011, p.65, grifos do autor), o Estado estabelecia-se como a universalidade oposta à particularidade “personalista” (MÉSZÁROS, 2011, p.66) da sociedade civil, em cuja síntese a particularidade se subsumia à essencialidade universal e tinha o seu ser intrínseco e, neste caso, conflituoso, equilibrado.

A manifestação de superfície, portanto, se efetivava *predominantemente* a contento para Hegel. Os “postos”, em larga medida, coincidiam com os seus “pressupostos”. Mas o “dado em sua facticidade dominante” (MÉSZÁROS, 2011, p.582) apresentava-se em um

campo de tensões em exacerbação que colocava novos ingredientes à compreensão daquela realidade socio-histórica. Testemunha da agudização dos conflitos e do dinamismo dos trabalhadores nas lutas, Hegel não ignorou em seus exames a existência da interdependência altercada entre as classes sociais fundamentais⁶⁷ e, originalmente, discerniu a potencialidade ameaçadora que os trabalhadores apresentavam à ordem em seu aspecto “histórico-mundial” (MÉSZÁROS, 2011, p.583). Para ele, esses conflitos em ascensão faceavam-se como violações e desordens em um fluxo inexorável de transformações conceituais muito necessárias que se manifestavam a partir do “personalismo subjetivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.69) intrínseco aos indivíduos⁶⁸ e cuja remediação se procederia a partir do Estado. Mas, não

⁶⁷ Em “A filosofia do direito”, *ao seu modo*, asseverando que “na sociedade civil os indivíduos são reciprocamente *interdependentes* em numerosos pontos” (HEGEL, s/d, p.213 apud MÉSZÁROS, 2011, p.234), Hegel argumentou: “Por um avanço dialético, *a busca do próprio interesse* transforma-se na *mediação* do particular através do universal, com o resultado de que, ao ganhar e produzir para seu próprio gozo, cada homem está *eo ipso* produzindo e ganhando para deleite de todos os demais. A *compulsão* que produz este resultado está enraizada na *complexa interdependência* de *cada um* em relação a *todos*, e agora ela se apresenta a *cada um* como o *capital permanente universal*” (HEGEL, 1942, p.129-130 apud MÉSZÁROS, 2011, p.65, grifos do autor). Na ótica hegeliana, os atos consumativos da Razão/Espírito do Mundo haviam efetuado a separação entre a “habilidade” e os “meios de produção”, tornando “necessária, por toda a parte, a dependência dos homens uns dos outros” (HEGEL, 1942, p.129 apud MÉSZÁROS, 2011, p.69), como afirma Mézszáros, instituindo a interdependência dos “*indivíduos como indivíduos*” (MÉSZÁROS, 2011, p.66, grifos do autor), de modo que a efetivação relacional entre providos e desprovidos culminava num “gozo-produção-harmoniosamente-recíprocos” (MÉSZÁROS, 2011, p.66). Segundo Mézszáros, essa formulação de Hegel, que neutralizava o caráter radicalmente classista da divisão do trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p.70) e “transforma a compulsão que emana do capital em virtude eternamente válida” (MÉSZÁROS, 2011, p.69), tratou-se de um “meio de fechar o círculo da sociedade de mercado, da qual não se poderia fugir” (MÉSZÁROS, 2011, p.66), glorificar a peculiar forma de metabolização social sob a égide do capital e o seu processo de expansão, idealizando suas relações de dominação e seus antagonismos, cuja “produção, ganho e gozo” (MÉSZÁROS, 2011, p.67) nada tinham de reciprocidade. O húngaro destaca como Hegel, pois, oculta a realidade “opressiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.67), “explorativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.71) e contraditória do capital mistificando-a como um “*todo orgânico*” (HEGEL, 1942, p.130 apud MÉSZÁROS, 2011, p.70), e a alçando como o “destino essencial da Razão” e o “desígnio final do Mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p.65).

⁶⁸ Para escapar da conclusão histórica da “anarquia” (MÉSZÁROS, 2011, p.543) e do “*caos total*” (MÉSZÁROS, 2011, p.543, grifos do autor) e promover uma “totalização histórica coerente”, isto é, alcançar uma “ordem histórica” a partir das “interações individuais atomísticas” (MÉSZÁROS, 2011, p.375), Hegel desenvolve, ao lado do conceito da “astúcia da Razão”, o conceito do “individual-genérico” (MÉSZÁROS, 2011, p.543) ou “indivíduo histórico-mundial” (MÉSZÁROS, 2011, p.375). Como “instrumentalidade escolhida” (MÉSZÁROS, 2011, p.80) pelo “Espírito do Mundo”, eram esses os “indivíduos historicamente relevantes [...] que necessária e racionalmente agiam a partir do destino divinamente prefigurado da espécie” (MÉSZÁROS, 2011, p.542), “através de cujas ações o ‘Espírito do Mundo’ implementa seu projeto no mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p.375). Diz Hegel (1971, p.62-63 apud MÉSZÁROS, 2011, p.541, grifos do autor): “Ele [o homem adulto] mergulhou na Razão do mundo atual e se mostrou ativo em prol dela ... Se, portanto, o homem não quer perecer, deve reconhecer o mundo como um mundo *autodependente* que, em sua natureza *essencial*, está *já completo*, deve *aceitar as condições* postas a ele pelo mundo e lutar a partir delas pelo que ele deseja para si próprio. Como regra geral, o homem crê que esta *submissão* é imposta a ele pela necessidade. Mas, em verdade, esta *unidade* com o mundo deve ser reconhecida não como uma relação imposta pela *necessidade*, mas como o *racional* ... portanto o homem se comporta muito racionalmente ao *abandonar* seu plano de transformar completamente o mundo e ao esforçar-se por realizar seus objetivos pessoais, paixões e interesses apenas no interior do mundo do qual é parte ... apesar de o mundo *dever ser reconhecido como já completo em sua natureza essencial*, ele não é um mundo morto, absolutamente inerte, mas, assim o *processo-da-vida*, um mundo que perpetuamente cria a si próprio novamente, o qual, ao mesmo tempo que *meramente preserva a si próprio, progride*”.

obstante as realizações até então “possibilitadas” no campo político, limites haviam se interposto com o ascenso das lutas e dos conflitos, e a capilarização do capital pelos continentes os sobressaltavam a um novo estágio. Hegel percebeu, então, que os “ajustes mínimos na ordem do Espírito do Mundo” (MÉSZÁROS, 2011, p.64) explodiam em outra grandeza e contornavam a impraticabilidade das soluções na forma como historicamente se propunha. Reconheceu, diante a objetividade dos processos sociais, “o imperativo de uma solução ‘universal’ que deveria superar as colisões das parcialidades em guerra” (MÉSZÁROS, 2011, p.569) e determinou-se à perseguição e delineamento de seus ditames.

A assomada das lutas de classes permitiu que Hegel compreendesse – seu “discernimento mais fino” (MÉSZÁROS, 2011, p.580) – a dualidade e a superposição mecânica do Estado em relação à sociedade civil como uma “contradição” (MÉSZÁROS, 2011, p.580) que deveria culminar em uma nova síntese, com vistas ao enfrentamento e superação dos problemas existentes. A partir do “cruzamento de referências recíprocas” (MÉSZÁROS, 2011, p.581) entre a duas esferas separadas, essa nova condição se divisaria nos termos do alcance de um “equilíbrio” (MÉSZÁROS, 2011, p.581) entre as forças conflitantes da sociedade civil e a entificação de uma nova “força social” (MÉSZÁROS, 2011, p.570), que corporificasse a adequada fusão das determinações sociais e políticas das esferas, que se arranjariam, então, em um “termo médio” (MÉSZÁROS, 2011, p.581). Essa nova força político-social, constituindo a “unidade orgânica” (HEGEL, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.580) entre elementos opostos, Hegel denominou de “classe universal ou, mais precisamente, a classe de servidores civis” (HEGEL, s/d, p.76 apud MÉSZÁROS, 2011, p.579).

Como corpo político dotado de “*autoridade*” (HEGEL, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.580, grifos do autor) a classe universal deveria, pois, “puramente, em virtude de seu caráter *universal*, ter o *universal* como o fim de sua atividade *essencial*” (HEGEL, 1970, p.76 apud MÉSZÁROS, 2011, p.579, grifos do autor). Corporificando a universalidade “autorrealizadora” (MÉSZÁROS, 2011, p.69) da Razão/Espírito do Mundo sob uma nova e superior forma, caberia a ela, com seu ser em “equilíbrio” e os dispositivos adequados, abrangentemente compensar o egocentrismo da sociedade civil e conciliar os interesses conflitantes, com a “preocupação primordial” de desenvolver uma “*classe média*” (HEGEL, s/d, s/p, apud MÉSZÁROS, 2011, p.580, grifos do autor), politicamente articulada em condições e objetivos comuns, muito embora, disposta socialmente em bases produtivas diferenciadas.

Sem perspectivizar transformações nessa base material da sociedade, mantendo intactas “todas as divisões e contradições existentes” (MÉSZÁROS, 2011, p.580), Hegel conjurou os conflitos sociais em crescimento e deslindou teoricamente um “equilíbrio” que se engendrava no nervo das lutas de classes e se encerrava em torno do acordo político entre indivíduos antagonicamente opostos, à vista de um suposto desenvolvimento e benefício universais. Apresentou como solução aos problemas da realidade concreta um “ideal irrealizável” (MÉSZÁROS, 2011, p.116), alimentado por seus próprios desejos e idealizações.

Não podendo dispor de evidências históricas concretas, o autor articulou criatividade e falsa empiria para dar corporeidade social à sua “classe universal” e criou uma “figura-fantasia” (MÉSZÁROS, 2011, p.569), com a qual manejava seu sistema a uma conclusão desejada, em realidade, previamente determinada, mas simulando um movimento, uma transformação para uma situação qualitativamente diferente. Qualificando-a a bel prazer e, neste sentido, articulando as suas mais caras categorias e conceitos, põe fim à “classe universal” atingindo o esplendor de sua inventividade interessada e engenhosidade filosófica.

Hegel, pois, não conseguiu encontrar uma saída para a contradição discernida com o avigoreamento das lutas de classes. Com requintes de sofisticação, recriou a “realidade dual” (MÉSZÁROS, 2011, p.582) concebida anteriormente, preservou a estipulação universal da política e atribuiu à “classe universal” um aspecto e conteúdo estatal. Alvorecendo a força de premissas teóricas profundamente arraigadas, o filósofo expressou em suas sínteses as circularidades secularmente reproduzidas com o exercício filosófico e a produção teórica burguesas.

O cenário muito mais complexo e diferenciado de que de seus predecessores desafiou Hegel a se comportar de forma “menos inocente” (MÉSZÁROS, 2011, p.579) e lançou as bases para que avançasse em suas reflexões, deixando para trás todo um “*otimismo acrítico*” (MÉSZÁROS, 2011, p.57, grifos do autor) historicamente persistente em relação à sociedade burguesa. Entretanto, encontrava-se o filósofo preso a uma teia social e uma “camisa de força” (MÉSZÁROS, 2011, p.578) filosófica que não lhe permitiam movimentos bruscos e o dirigiam à realização de determinadas sínteses, ceifando-o da realização de outras, impondo exigências a serem cumpridas. Neste sentido, Hegel também teve de ser tornar “mais inventivo” (MÉSZÁROS, 2011, p.579) que aqueles de outrora. As condições socio-históricas o desancoraram de seu porto seguro, interrogaram suas convicções, mas não foram suficientes para colocá-las em cheque. A alteração teórica de todos esses requisitos não pôde escapar a

um modo completamente abstrato e intelectualizado de sistematização, alicerçado em “peculiaríssimas” (MÉSZÁROS, 2011, p.70) e problemáticas concepções.

O prendimento da mediação dialética ao Estado, a definição universal da política, a caracterização a-histórica da particularidade, entre outros, são faces da articulação de exigências, escolhas ideo-políticas e incompreensões. Ao mesmo tempo, demonstrações de um determinado alcance de apreensão objetiva da realidade, no caso, detido às jardas de sua “facticidade dominante” (MÉSZÁROS, 2011, p.582). Para Mézáros, uma série de fatores confluíram para o agarramento de Hegel à “cotidianidade bruta” (MÉSZÁROS, 2011, p.584) da realidade. Contudo, como veremos na seção que se avizinha, foi o peculiar modo de efetivação e operação do sistema do capital a determinação mais decisiva para a sua intercorrência.

4.5 O CÍRCULO VICIOSO DO CAPITAL E A TEIMOSIA DE HEGEL

Segundo Mészáros, em todas as formas de organização societal, a relação de produção entre os indivíduos sociais ativos é necessariamente “mediada” (MÉSZÁROS, 2011, p.67). Ao transformarem a natureza de forma teleologicamente posta, produzindo os meios de sobrevivência e produção, os indivíduos intercambiam-se socialmente e criam uma articulação agregativa, uma existência social. Nos termos do autor, os indivíduos são “mediados reciprocamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.880) e, “por meio dos agrupamentos intermediários historicamente determinados e seus equivalentes institucionais” (MÉSZÁROS, 2011, p.880), são combinados em “um todo social sustentável” (MÉSZÁROS, 2011, p.880), “mais ou menos densamente entrelaçado” (MÉSZÁROS, 2011, p.880), a depender das circunstâncias históricas e das necessidades sociais que se interpõem. Para Mészáros, a “especificidade mediadora” (MÉSZÁROS, 2011, p.880) desta totalidade social se vislumbra precisamente a partir da forma “mais ou menos direta” (MÉSZÁROS, 2011, p.880) em que se operam as relações sociais de produção e consumo prevalecentes, ou seja, do modo consolidado de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida, cuja qualidade revela o “caráter fundamental” (MÉSZÁROS, 2011, p.880) desta totalidade enquanto formação social. A mediação concernente aos indivíduos sociais ativos no desenvolvimento de sua “atividade produtiva essencial” (MÉSZÁROS, 2011, p.71), Mészáros caracteriza como “primária” (MÉSZÁROS, 2011, p.71) e essa condição como “vital” no processo de “autoconstituição humana” (MÉSZÁROS, s/d, s/p).

Acontece que, sob o sistema do capital, toda a ordem primária de mediações é sobreposta pelos “meios alienados de produção e suas ‘personificações’” (MÉSZÁROS, 2011, p.71), que passam a prevalecer sobre ela. O capital superpõe-se ao trabalho numa forma reificada, a produção do valor de uso é subordinada à produção do valor de troca, sobressai-se o dinheiro, o mercado mundial e assim por diante. Forma-se uma rede cujos elementos constitutivos sustentam-se reciprocamente. E não só as funções produtivas essenciais, como “rigorosamente todas as funções de reprodução social” (MÉSZÁROS, 2011, p.188) passam a ser mediadas (realizarem-se por meio de) e subsumidas por essa cadeia, a qual Mészáros chama, a partir de Marx, de “*mediações de segunda ordem do capital*” (MÉSZÁROS, 2011, p.71, grifos do autor). Como acentua o autor, “tudo o mais” passa a ser regido pelo “imperativo do valor de troca em permanente expansão” (MÉSZÁROS, 2011, p.67) e se

engendra um “poder de autorregulação e autoimposição do sistema global” do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.181).

Com o capital e seu sistema de mediações *usurpando* o lugar da automediação produtiva, o que se desvela, conjuminada à sua inata explosividade, é a absoluta *degradação* da ordem primária de mediações. Ao passo da configuração do mundo da produção generalizada de mercadorias, o “ancoradouro humano” (MÉSZÁROS, 2011, p.187) do processo vai sendo eliminado e a autoconstituição do homem como membro do seu próprio gênero é obstaculizada com vistas à autorreprodução do próprio capital. De forma reiterativa, diz Mészáros (2011, p.71) a “verdadeira relação” é completamente invertida e o desenvolvimento humano-genérico é dificultado, o avanço da verdadeira sociabilidade é frenado. O desenvolvimento das forças produtivas deixa de significar o desenvolvimento em potencial das capacidades humanas. E o “fato de que, em qualquer circunstância, as condições da reprodução social só podem ser garantidas pela mediação necessária da atividade produtiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.179) fica escamoteado.

A segunda ordem de mediações do capital se estabelece como uma forma permanente de controle sobre os indivíduos sociais tendo em vista o alcance dos “imperativos objetivos da expansão do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.187). Um controle efetivo, que se institui impositivamente de maneira abrangente e inclusiva, inescapável, estipulando a localização dos indivíduos na “estrutura de comando do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.187) de modo predeterminado e margeando apenas raras e pouco impactantes exceções de mobilidade social.

Efetivando-se “na própria realidade” (MÉSZÁROS, 2011, 71), assumindo “formas e estruturas” reais (MÉSZÁROS, 2011, p.71) que se impõem implacavelmente, este sistema de mediações exerce uma pressão “onipresente” sobre os indivíduos sociais e os compele a internalizá-lo adotando “as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais a suas aspirações pessoais” (MÉSZÁROS, 2008, p.45), nulificando a “devida consciência das relações primárias de mediação” (MÉSZÁROS, 2011, p.71). Desta forma, essa historicamente específica e transcendível ordem, cuja emergência foi “idêntica” (MÉSZÁROS, 2011, p.188) à própria constituição do sistema do capital, passa a apresentar-se como “o ponto de partida necessário que é também, simultaneamente, o ponto final insuperável” (MÉSZÁROS, 2011, p.71). Emerge, assim, como um conjunto “dado” e imutável de relações, no interior das quais cabe aos indivíduos se adaptarem. Controlando o corpo social, estipulando as circunstâncias sob as quais os homens fazem a sua história,

iludindo-os quanto às suas “motivações” e “em relação à margem perceptível de suas ações” (MÉSZÁROS, 2011, p.187), a segunda ordem de mediações constitui-se, sintetiza Mézáros, como uma “desorientadora rede” (MÉSZÁROS, 2011, p.187).

O capital, como “um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.188), articula-se a “todo um conjunto historicamente específico de estruturas” (MÉSZÁROS, 2011, p.188) e conquista uma necessária preponderância no processo de reprodução social. A interposição dominativa deste conjunto à ordem primária e a contração de suas relações pelos indivíduos independente de seu livre e espontâneo arbítrio, incidem sobre os processos de interiorização individuais e coletivos mediante a anulação da consciência acerca das determinações ontológicas da reprodução social e suas mediações necessárias.

A segunda ordem de mediações constitui “um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga” (MÉSZÁROS, 2011, p.179). Para o húngaro, portanto, o “tabu ideológico” (MÉSZÁROS, 2011, p.67) que se soergue à constituição do capital e à emergência dessas mediações é que fez com que Hegel permanecesse atado às disposições objetivas com as quais se deparou. Para isso, foi determinante a sua saudação aos novos tempos, sua já citada conciliação e contentamento às formas e estruturas visíveis das mediações do sistema, ato contínuo, sua postura acrítica diante delas. Impactado por tais determinações, Hegel aguilhoou-se a um “labirinto conceitual fetichista” (MÉSZÁROS, 2011, p.71) no qual seu próprio mobilismo teórico se perdeu.

Com a emergência do capital como modo de controle sociometabólico, a mediação estatal de segunda ordem vislumbrou-se, como apresentamos, com seu destacamento como estrutura material de comando abrangente do capital e uma inédita simbiose entre os processos produtivos e políticos. Conforme anuncia Mézáros, soergueu-se o Estado como “um membro tão importante das mediações de segunda ordem do capital quanto todos os seus mecanismos e instituições” (MÉSZÁROS, 2011, p.198). Na processualidade de consolidação do sistema – na qual se debruçou Hegel – esse processo decorreu numa plena evidenciação fenomênica do Estado, solucionando relativamente os problemas que se interpunham, intervindo eficaz e entusiasticamente, aplainando o terreno, por força e consenso, *ex post* ou *ex ante*, para o erigimento do “edifício” (MÉSZÁROS, 2011, p.98) do capital. Para as definições e relações que o alemão estabeleceria em seu sistema filosófico, no qual o Estado ocuparia uma centralidade operativa, contribuiria ainda a enorme pressão exercida por toda uma tradição teórica que o antecedeu e da qual fazia parte, com suas premissas funcionais

coligadas a conclusões desejadas, dentre as quais figurava o Estado como solução universal dos candentes conflitos.

Hegel manteve, com “persistência teimosa” (MÉSZÁROS, 2011, p.72), a mediação e sua inerente dialeticidade “presa” (MÉSZÁROS, 2011, p.582) ao Estado ou à classe universal em relação à sociedade civil, relacionou ao conceito de universalidade a capacidade de eliminação de conflitos e estabeleceu a política como a universalidade verdadeira. Noutros termos, atribuiu ao Estado um poder resolutivo, o estatuto mediativo fundamental para o impulso da humanidade a patamares mais elevados. Pela combinação de determinantes ideológicos internos e externos, não pôde reconhecer e suplantar criticamente a barreira das medições de segunda ordem do capital, apanhá-las pela raiz e, assim, oferecer sobre a categoria em si uma “concepção coerente” (MÉSZÁROS, 2011, p.71). Conteve-se absolutamente aos aspectos fenomênicos e imediatos de seu interesse e os encadeou teoricamente a partir disso. Arbitrariamente, excluiu aqueles que contraditavam o seu sistema e a projeção esperada, ainda que os tenha visto estrondar de forma relativamente nítida em seu tempo, como foi o “potencial universal/hegemônico” do trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p.582). Com isso, por fim, tratou de “velar” a oposição entre universalidade e singularidade “conforme se confrontam mutuamente na realidade social” (MÉSZÁROS, 2011, p.528), quer dizer, a não estipulada nem idealizada, mas agudizante, explosiva e real oposição antagônica entre capital e trabalho. Neste sentido, elucida Mézáros como o alemão promoveu teoricamente uma “reversão do conjunto real de relações” (MÉSZÁROS, 2011, p.582), subtraiu do trabalho sua potencialidade e a atribuiu ao Estado, agora figurado na classe universal, assim, *deturpando* ambos em seus traços pertinentes, fechando os olhos “à dimensão destrutiva do capital como sistema de controle” (MÉSZÁROS, 2011, p.558), por sua vez, descrito como “*permanência congelada*” (MÉSZÁROS, 2011, p.87).

Hegel representou um grande avanço para o conhecimento da sociedade burguesa. Constituiu-se, na ótica de Mézáros, um “gênio filosófico” (MÉSZÁROS, 2011, p.72). Desenvolveu a primeira tentativa de síntese de uma “concepção global da história” (MÉSZÁROS, 2011, p.60), face à inédita determinação expansiva do capital. Neste sentido, indo muito além dos grandes que o antecederam, como Giambattista Vico (1668-1744) e Immanuel Kant (1724-1804), “ofereceu uma narrativa de eventos e transformações reais da história em termos das necessidades subjacentes de uma *história do mundo* que se desenrolava” (MÉSZÁROS, 2011, p.60, grifos do autor). No curso da processualidade de “consolidação” (MÉSZÁROS, 2011, p.61) da ordem burguesa e o apuramento dos

“problemas da mudança histórica” (MÉSZÁROS, 2011, p.60), Hegel foi definindo dialeticamente a categoria da contradição e atribuiu a ela “um lugar de importância central em seu sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p.55). Em meio à erupção das lutas de classes, reconheceu sobriamente a entrada vivaz da classe trabalhadora na trama histórica e saudou, “com risada sardônica”, a ilusão e ingenuidade kantiana sobre o “reino da paz eterna” (MÉSZÁROS, 2011, p.61). Com um “senso [...] agudo de realismo em relação à situação existente” (MÉSZÁROS, 2011, p.62), discerniu a tradicional e arraigada oposição entre sociedade civil e Estado como uma contradição e, neste quesito, realizou uma abordagem que passava pela problemática da mediação. Para Mészáros, os feitos do filósofo o alçaram a um “nível de teorização política qualitativamente superior ao de qualquer outro antes de Marx” (MÉSZÁROS, 2011, p.569).

Na abrangência ao rol muito mais pronunciado de problemas e contradições arrebatados em seu tempo, Hegel, entretanto, manteve-se conectado a “tabus” (MÉSZÁROS, 2011, p.579) sociais e políticos e a concepções filosóficas e históricas que se consorciavam entre si para certas “conclusões desejadas” (MÉSZÁROS, 2011, p.578), em que a conciliação das contradições e a abolição completa dos antagonismos apareciam como a principal síntese, de forma apologeticamente verbalista (MÉSZÁROS, 2011). O processo socio-histórico, segundo ele, regia-se por um conjunto próprio de leis em que as “limitadas aspirações egocêntricas dos indivíduos particulares” (MÉSZÁROS, 2011, p.62), geradoras dos conflitos existentes, seriam “necessariamente” transcendidas, mediante a efetuação do princípio universalmente benéfico da Razão/Espírito do Mundo, uma “teleologia quase teológica” (MÉSZÁROS, 2011, p.62) que se figurava na forma do capital, do Estado e da classe burguesa. Preso neste “beco sem saída” (MÉSZÁROS, 2011, p.62), circunscrito a uma “matriz política anacrônica” (MÉSZÁROS, 2011, p.563), o filósofo entregou uma explicação da sociedade burguesa na qual as “relações reais” foram *superpostas* por um “conjunto de categorias abstratas” (MÉSZÁROS, 2011, p.588, grifos do autor) alicerçadas em uma “matriz dedutiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.588), circular, “especulativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.374), e em que as “características objetivas do universo social dominante” foram tratadas “idealisticamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.579), adaptadas ao seu “próprio discurso filosófico” (MÉSZÁROS, 2011, p.580), assim como foram algumas das mais importantes premissas da tradição teórica a qual era signatário. Ao passo da incorporação “extremamente abstrata e idealista” (MÉSZÁROS, 2011, p.55) das relações sociais, apresentaram-se as mesmas, no sistema hegeliano, sob a forma de “mistificações” (MÉSZÁROS, 2011, p.79),

isto é, tendo veladas as suas reais determinações, constituindo-se teoricamente de maneira distorcida, invertida, deturpada ou, como prefere Mészáros, “transsubstanciada”, em relação à sua real efetivação, seja de maneira convenientemente idealizada, imbuída de “*positividade*” (MÉSZÁROS, 2011, p.61), moralmente taxada ou estigmatizada. Um processo, como lembra Mészáros, sempre “apologético”, portanto, associado a interesses insuperáveis de classe. Hegel, então, teria produzido “ciência” (MÉSZÁROS, 2011, p.563), em aspas colocadas por Mészáros. E, neste sentido, caracteriza sua filosofia como o “ápice do desenvolvimento da consciência histórica da burguesia” (MÉSZÁROS, 2011, p.374).

Esta seção de capítulo e a anterior foram dedicadas à elucidação de alguns aspectos da crítica de Mészáros a filosofia política e da história hegelianas, principalmente a partir dos realces realizados por Marx. Para o húngaro, o exame marxiano mais preciso sobre a sociedade burguesa teve como princípio a crítica a essas teorizações, a partir da qual ele extraiu bases teórico-metodológicas para a edificação de sua grandiosa teoria social.

Ao cabo de suas investigações, as quais se dedicaria ao longo de toda a sua vida, a teoria do Estado emergiria como um dos principais componentes e pilares de sua totalidade teórica, especialmente conjugada às reflexões históricas sobre a ação revolucionária da classe em face de sua emancipação social. Nas próximas seções de capítulo, nosso escrutínio repousará sobre a percepção e crítica meszariana à teoria política do próprio Marx, em que buscaremos destacar as contribuições do autor para a teoria revolucionária de transição dos nossos tempos.

4.6 MARX, O DESCORTÍNIO DO MANTO DA POLÍTICA E A AMBIGUIDADE REVOLUCIONÁRIA

O fato de, uma vez encerrado o ciclo histórico de transição constitutiva do capital, Hegel ter sido tratado como “cachorro morto” (MÉSZÁROS, 2011, p.56) no interior da classe burguesa e, ao mesmo tempo, se tornado “armas de combate” nas mãos do proletariado, diz muito sobre a tal “fertilidade” a qual se referiu Mészáros quanto aos escritos do grande filósofo terem servido como ponto de partida de Marx na precisão de sua crítica.

Com os senões que demarcamos, Hegel apreendeu importantes “características objetivas do *ser*” (MÉSZÁROS, 2011, p.579, grifos do autor) na forma social do capital. Atento às transformações históricas em curso e buscando enfrentar suas “contradições dinâmicas” (MÉSZÁROS, 2011, p.583), o filósofo – cabe frisar, ao seu modo – desenvolveu seu exame com um aguçado senso de “realismo” (MÉSZÁROS, 2011, p.62).

Testemunhando a entrada dos trabalhadores na cena histórica e a explosão dos antagonismos com o capital, Hegel integrou teoricamente este processo e reconheceu o seu abrangente potencial em botar em ruínas os anseios de seu adversário. Neste sentido admitiu, ainda que de forma involuntária, a existência de “defeitos estruturais na ordem social estabelecida” (MÉSZÁROS, 2011, p.56). Tendo vivido tempos revolucionários, presenciou as mudanças ocorridas na estrutura do Estado e assistiu à sua subida com uma atuação vigorosa, testificando a capacidade de conciliação e em dar cabo aos conflitos. Percebeu, no entanto, essa capacidade fragilizada com o enrijecer das lutas. Arrogou, então, a compensação de seus efeitos à ação “altruísta” (MÉSZÁROS, 2011, p.569) da “nova” classe universal.

Todos esses aspectos eram constitutivos de uma “base real” (MÉSZÁROS, 2011, p.55) que se condensava e cujas tendências e implicações se afloravam. A especificidade de Hegel em relação aos seus antecessores foi seu entestamento a essa conjuntura histórica diferenciada e incandescente. Sua grandeza, a incorporação teórica daqueles novos aspectos que interrogavam as (antigas) premissas as quais firmemente se agarrava. Aspectos esses, absolutamente vertebrados no estouro das contradições do sistema e no acirramento das lutas de classes.

Este elemento do expediente teórico-metodológico de Hegel, assentado no sublinhamento da objetividade dinâmica das lutas de classes e na apreensão de alguns de seus traços, permitiu que sua filosofia se abrisse a uma “uma série de interpretações radicais” (MÉSZÁROS, 2011, p.54). O autor, em seu tempo, visibilizou o personagem fundamental da

dinâmica histórica, notabilizou o seu poder em potencial e registrou seus interesses colidentes em relação ao capital. Apanhando criticamente esse elemento e o operando a partir de uma concepção filosófica e ideo-política “diametralmente oposta” (MÉSZÁROS, 2011, 85) à de Hegel, Marx daria empreendimento aos exames que inaugurariam uma nova forma de inteligibilidade do social e lançariam os fundamentos para a compreensão plena e rigorosa daquela sociedade.

Vindo de uma geração filosófica imediatamente posterior, Marx viveu e reflexionou sobre uma processualidade histórica que demarcava o estágio final do período de “transição” objetado por Hegel. Uma fase de consolidação da sociedade burguesa, cujas tendências estruturais e implicações já estavam florescidas e visíveis (NETTO, 2016b); mais “transparentes”, como prefere Mészáros (2011, p.583). Ali, a hesitação do trabalho em face do capital havia cedido lugar a um nítido e tempestuoso confronto das classes como “alternativas hegemônicas entre si” (MÉSZÁROS, 2011, p.583), e o seu aparecimento como “força política independente” (MÉSZÁROS, 2011, p.584), dotada de um projeto societário próprio, alastrava-se por todo o Velho Mundo. A expansão colonial e o espraiamento do capital aos “cantos mais distantes do planeta” (MÉSZÁROS, 2011, p.584) colocavam novos ingredientes nas lutas de classes e o sistema se consolidava “firmemente em escala global” (MÉSZÁROS, 2011, p.584). O caráter “histórico-mundial ameaçador” do trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p.583), tal qual caracterizara Hegel, atingia o seu esplendor.

Situado numa contextualidade histórica mais complexa e diferenciada, favorecido por um “talento individual” (MÉSZÁROS, 2011, p.585) inigualável, fruto de uma dedicação primorosa aos estudos, Marx reuniria as condições teórico-metodológicas necessárias⁶⁹ ao alcance das determinações estruturais fundamentais que matrizavam aqueles tempestuosos conflitos e à depuração da natureza das forças em luta. Desvelando as “dimensões fundamentais” (MÉSZÁROS, 2011, p.600) do sistema do capital e a qualidade de suas relações, perquirindo os nexos históricos de sua constituição, Marx tornou-se capaz de apontar as saídas para o “labirinto” o qual Hegel havia permanecido preso. E, como tangenciamos anteriormente, o exame sobre Estado se configuraria como um dos momentos fundantes desse processo.

⁶⁹ As nuances desse processo pudemos discutir no primeiro capítulo do trabalho.

Segundo Mészáros, essa faculdade analítica de Marx inicialmente se perspectivou na forma de uma “rejeição simples” (MÉSZÁROS, 2011, p.564) às ações políticas⁷⁰, principalmente em vista dos processos desencadeados na Europa Ocidental. A intenção do autor, já naquele momento, era discutir e denunciar o caráter restrito/limitado dessas ações e demonstrar como isso não se tratava de algo que se reservava a uma determinada realidade. Propulsionados por suas descobertas com a crítica da economia política, tais exames brevemente se marcariam pela sua conversão a uma radical e fundamentada crítica, claramente subsidiária de ações sociais diferenciadas, que não se circunscrevessem somente ao “modo político” (MÉSZÁROS, 2011, p.563) pelo qual as lutas vinham se travando.

Segundo Mészáros, não obstante ao desenvolvimento teórico-metodológico e às transformações que se reberariam em seus escritos no decorrer dos anos, a política se preservaria em Marx como um “tema central” (MÉSZÁROS, 2011, p.563) e uma caracterização essencial. Para o alemão, a efetuação política *necessariamente* transcorria em oposição à constituição positiva e abrangente do “*social*” (MÉSZÁROS, 2011, p.565, grifos do autor), isto é, contra a realização “para si” da “única e exclusiva universalidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.569) realmente existente que, como salientamos, ele descobre ser a categoria trabalho. A política radicava-se, então, como uma “parcialidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.565), um meio restritivo que sustentava a prevalência da consumação “em si” do trabalho, suportando a sua existência como “parcialidade” dominada e dependente⁷¹ e, ao mesmo tempo, do capital como “parcialidade” dominante, portanto, a existência de “um contra o outro” (MÉSZÁROS, 2011, p.248). Com sua “crônica” (MÉSZÁROS, 2011, p.569) parcialidade, assegurando o “domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2011, p.568), a política possuía uma condição de existência interessada e muito bem determinada, sendo sua contradição com o “social” impossível de ser conciliada, dada a sua própria forma de constituição e enraizamento a base reprodutiva material socialmente dilacerada. Nos termos do próprio autor (MARX, s/p, p.212 apud MÉSZÁROS, 2011, p.22), “[...] o poder político é exatamente a expressão oficial do antagonismo da sociedade civil”.

Na ótica marxiana, assim, a política possuía um intrínseco modo de operação, realizado mediante estrutura própria, do qual o funcionamento do sistema do capital não podia prescindir. Seu fundamento consistia na *radical* apropriação “para si própria” (MÉSZÁROS,

⁷⁰ Segundo Mészáros (2011, p.571), no “núcleo” da concepção política de Marx, ela é particularmente enfatizada a partir de sua “versão associada ao Estado moderno”. Isso será melhor desdobrado ao longo da seção.

⁷¹ Apresentamos esse debate de forma mais demorada na seção 4.2 do presente capítulo.

2011, p.565) e, consoante negação ao “social”, do poder de decisão acerca de seus interesses intrínsecos, oferecendo-lhe “em troca”, como se fossem universais e abrangentes, os seus “próprios interesses” (MÉSZÁROS, 2011, p.565).

Para Marx, a política *substituía*, pois, a “autêntica universalidade da sociedade por sua própria parcialidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.565), usurpando-a e ocultando-a, como um “manto” (MÉSZÁROS, 2011, p.572) enturvante. Nestes ditames, conjugava uma existência *necessariamente* substitucionista e antitética em relação ao “social”, realizando-se de forma obstruente à emersão do trabalho como força positiva e universal, constringendo os “esforços emancipatórios” (MÉSZÁROS, 2011, p.595) dos trabalhadores e, neste sentido, reforçando a relação de dominação que lhe dava sustentação e que, por seu turno, sustentava.

O caráter da política em seus “*parâmetros absolutos*” (MÉSZÁROS, 2011, p.571, grifos do autor) fazia com que ela se constituísse como o “*meio mais inadequado*” (MÉSZÁROS, 2011, p.571, grifos do autor) às transformações positivas da realidade social, ou seja, aquelas por meio das quais se generalizava uma condição abrangentemente universal, uma essencialidade de domínio não exclusivo, útil ou voltada a si mesma, portanto, as quais libertavam o ser social das determinações negativas de existência. Em suma, para Marx, não havia “*função universalizante*” (MÉSZÁROS, 2011, p.568, grifos do autor) que pudesse ser adequadamente realizada pela política e tudo o que ela poderia oferecer eram “garantias [...] para a continuação da dominação, já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente” (MÉSZÁROS, 2011, p.576). Ao mesmo tempo, sua “*intrínseca*” (MÉSZÁROS, 2011, p.571) negatividade a evocava a absoluta adequação ao exercício das “*funções destrutivas da transformação social*” (MÉSZÁROS, 2011, p.571, grifos do autor), isto é, aquelas que, assentadas em bases estruturais firmemente enraizadas e positivamente dinamizadas, exigiam o exercício do poder dominativo em relação a outrem.

Conforme aponta Mézszáros, as mediações teóricas, sociais e políticas e o exame crítico sobre a realidade permitiram que Marx, já em 1844⁷², pudesse apanhar as dimensões

⁷² Para discutir a problemática em tela Mézszáros utiliza citações retiradas, sobretudo, das “Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. Esse texto, publicado em meados de 1844 no jornal alemão *Vowwaerts*, foi escrito praticamente no mesmo período dos “Manuscritos econômico-filosóficos”, elaborados entre abril e agosto daquele ano. Neste sentido, temos acordo com Tonet (1995) de que as “Glosas críticas” devem ser interpretadas à luz dos “Manuscritos”. As inferências de Mézszáros, como buscaremos demonstrar, corroboram com tal indicação. Cabe ainda destacar que, ao longo de sua análise, Mézszáros vai recorrendo a outras obras do alemão, produzidas em temporalidades diversas. Todas serão devida e oportunamente citadas. Dentre as principais obras, além das que já mencionamos, destacam-se ainda a “Crítica ao Programa de Gotha”, escrita em 1875, assim como a “A Guerra Civil na França”, de 1871, e a “Miséria da Filosofia”, de 1847, entre outras. Estas, como veremos, Mézszáros correntemente as recorre na problemática que

essenciais do sistema do capital e a sua condição fundamental de efetivação. Para o autor, a existência do Estado político estava associada inextrincavelmente à existência do capital e do trabalho enquanto tais. Desta feita, aparecia originalmente como um “fator material” (MÉSZÁROS, 2011, p.565) e, como destaca Mészáros, “um dos mais poderosos de todos os fatores materiais” (MÉSZÁROS, 2011, p.565). Dadas as existências materialmente constituídas e a intersustentabilidade mútua entre elas – uma “autossustentação recíproca” (MÉSZÁROS, 2011, p.576) – suas contradições e efeitos somente poderiam ser resolvidos mediante a sua superação simultânea. Marx colocava, então, em “contraste completo” (MÉSZÁROS, 2011, p.568) em relação a Hegel, a necessidade de “*transcendência* do Estado e da política como tal” (MÉSZÁROS, 2011, p.568, grifos do autor), a despeito da glorificação firmada por aquele.

Correlacionado nestes termos junto às fundações materiais da sociedade, todavia, compartimentadamente constituído e dotado de uma natureza própria, ao Estado tornava-se ontologicamente impossível “quebrar” a relação de dominação fundamentalmente movente do sociometabolismo. O poder de “decreto” do Estado, sua força abolitiva, segundo o autor, não podia incidir sobre os fatores materiais que lhe suportavam e que se efetivavam de forma separada. Ato contínuo, era absolutamente impotente diante suas necessárias consequências, restringindo-se a minorar alguns de seus piores efeitos, mas sem poder dirimi-las por completo.

Para o autor, deste modo, com o Estado moderno surgia o fenômeno do “voluntarismo político” (MÉSZÁROS, 2011, p.565). Segundo ele, isso se tratava de uma forma de intervenção na realidade social que se perspectivava na “onipotência da vontade” (MARX, 1995, p.81-82 apud MÉSZÁROS, 2011, p.564), ou seja, que se apoiava numa consciência possibilista acerca da política e suas estruturas, creditando-lhes uma capacidade seguramente remediadora ou unilateralmente determinante inexistentes. Em algumas de suas variantes mais expressivas, advogava-se a própria política como “fundamento” ou “princípio geral” (MARX, 1995, p.81-82 apud MÉSZÁROS, 2011, p.564) dos “males sociais” (MARX, 1995, p.81-82 apud MÉSZÁROS, 2011, p.564), cuja existência ou persistência na realidade nada mais eram do que a revelação da falta de vontade ou desejo político de exterminá-las. Marx destacava, assim, como aquilo se referia a uma atuação que ignorava a natureza do “social” e do político. Em larga medida, inclinava-se sobre a resolução dos problemas sociais

discutiremos a seguir, que trata das intersecções entre a questão da política e do Estado com a da transição revolucionária.

emergentes na realidade, mas era incapaz de reconhecer a sua “fonte” (MARX, 1995, p.81-82 apud MÉSZÁROS, 2011, p.564) e, desta forma, interditar o seu derrame. O voluntarismo político era a externalização de um “intelecto político”, qual seja, aquele que se confinava estritamente aos “limites da política” (MARX, 1995, p.81-82 apud MÉSZÁROS, 2011, p.564), portanto, que pensava a política de forma “unilateral” (MARX, 1995, p.81-82 apud MÉSZÁROS, 2011, p.564), como um fim em si mesmo, de cuja órbita nem mesmo os mais nítidos revezes das ações políticas eram deslocados. Mészáros se serve de uma passagem bastante emblemática das “Glosas críticas” para exemplificar a crítica de Marx quanto ao fenômeno, no caso, em que o autor versa sobre o intuito da Convenção (1792-1795), em pleno processo revolucionário francês, em abolir por decreto o pauperismo:

Qual foi a consequência da determinação da Convenção? Que houvesse uma determinação a mais no mundo e que um ano depois mulheres esfomeadas cercassem a Convenção. E, no entanto, a Convenção era o máximo da energia política, da força política e do intelecto político (MARX, 1995, p.79 apud MÉSZÁROS, 2011, p.566).

Para o alemão, agir de forma estritamente política – uma prática abominável – implicava rigidamente num ato de “conciliação” e “cumplicidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.593) com a ordem vigente. Mas, a tomada de seu objeto como totalidade dinâmica e contraditória permitiu que, ao passo da caracterização do voluntarismo e do caráter restrito e negativo da política, pudesse delinear também e, de maneira “sóbria” (MÉSZÁROS, 2011, p.565), os fenômenos do “abstencionismo” (MARX, 1872, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.565) e da “indiferença” política (MARX, 1873, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.565), remetendo-lhes, já em seus escritos de maturidade, uma ferrenha crítica e oposição prática. Destarte, que se combinaria a uma proposta de ação da classe que não prescindisse de um “envolvimento necessário” na política (MÉSZÁROS, 2011, p.565), incluindo o próprio processo da revolução socialista.

Consciente da monumental complexidade que envolveria a revolução como totalidade social dinâmica, Marx rejeitou com veemência, por toda a sua trajetória como teórico e militante, quaisquer esquematismos pré-fabricados em relação a ela e combateu a sua penetração nestes conformes diante às massas e o movimento organizado de trabalhadores. Evidentemente, foi capaz de extrair do processo socio-histórico real tendências que lhe permitiram delinear, com arquiprudência, como diria Lenin, traços gerais e necessários acerca do seu desenvolvimento. Para ele, a revolução emergiria com base em

determinadas “condições objetivas” e se dotaria de um “dinamismo interno próprio” (MÉSZÁROS, 2011, p.567) que se guiaria àquelas “perspectivas *últimas*” conhecidas (MÉSZÁROS, 2011, p.596, grifos do autor), acompanhando e respondendo às cambiantes condições da realidade social em transformação, assinalada pelo confronto acirrado entre as forças em jogo e a radical reestruturação na base produtiva material. Marx tinha plena ciência de que a revolução se contemplaria em uma “complexidade dialética” de gigantesca monta (MÉSZÁROS, 2011, p.572).

Neste sentido, se por um lado, a política não poderia oferecer nada mais do que “soluções de tipo parcial” (MÉSZÁROS, 2011, p.569), por outro, as revoluções *meramente* políticas não poderiam implicar nada além do que uma emancipação de tipo parcial, portanto, um resultado final “muito aquém” (MÉSZÁROS, 2011, p.595) daquilo que implicaria de um processo genuinamente revolucionário, o qual produziria a libertação integral da humanidade. Tais revoluções, reduzidas à unidimensionalidade do “ato político” (MÉSZÁROS, 2011, p.572), portanto, não atingindo e modificando a base causal do sistema do capital – ainda que mantivessem com ela uma radical relação de negação – mantinham-se aprisionadas “dentro dos limites do sistema autoperpetuador de exploração socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2011, p.566), reproduzindo, sob novas circunstâncias, o poder do capital *contra* o trabalho e o repouso do “*revestimento político*” sobre as relações sociais (MARX, 1995, p.90-91 apud MÉSZÁROS, 2011, p.572, grifos do autor). Não eram suficientes nem capazes, uma vez encerradas em si mesmas, de promover a remoção da “contradição entre parcialidade e universalidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.566), remontando a “regência da parcialidade política” (MÉSZÁROS, 2011, p.566) sobre o conjunto da sociedade, condicionada pelas necessidades reprodutivas do capital, do qual permanecia completamente dependente. Para Marx, a negligenciação da “dimensão socioeconômica” da revolução (MÉSZÁROS, 2011, p.566) despojava da realidade revolucionária a própria dimensão política. O manto da política preservava-se com a “inércia condicionadora” (MÉSZÁROS, 2008, p.60) do capital e a revolução permanecia na órbita da parcialidade, diz Mészáros, prisioneira das “*determinações negativas*” (2011, p.21, grifos do autor). Seus ganhos, neste ponto, sob a ótica do trabalho, tornavam-se passíveis de reversão.

A revolução, para o alemão, era a transformação estrutural “radical” (MARX, 1995, p.90-91 apud MÉSZÁROS, 2011, p.572) de toda a sociedade que conduziria à “emancipação humana geral” (MARX, 1995, p.90-91 apud MÉSZÁROS, 2011, p.572). Um processo de “regeneração geral” (MARX, 1977, p.171-172 apud MÉSZÁROS, 2011, p.574) que

enfrentava e superava a força das *dimensões* constitutivas fundamentais do sistema do capital em sua *totalidade*, pondo abaixo seu pilar fundamental de suporte (a relação de exploração entre capital e trabalho) e a sua viga necessária de sustentação (Estado), edificando uma nova ordem social a partir da reestruturação radical do metabolismo social, que se livra de seus predicados alienados e se institui como uma “ausência-do-caráter-de-classe” (MÉSZÁROS, 2011, p.568). Em síntese, um movimento em que os homens transformavam “*de cima a baixo as condições de sua existência industrial e política, e conseqüentemente toda a sua maneira de ser*” (MARX, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.598, grifos do autor).

Na perspectiva marxiana, a revolução se dimensionava essencialmente na libertação do trabalho “das peias da escravidão e de seu atual caráter de classe” (MARX, 1977, p.171-172, apud MÉSZÁROS, 2011, p.574) em um longo e progressivo processo de destruição das condições produtivas e de controle político prevalecentes e de criação e desenvolvimento de condições absolutamente novas. Estas teriam como base estruturante a reconstituição do trabalho como atividade humana autorrealizadora e autorregulada, voltada à satisfação das necessidades adequadas ao desenvolvimento humano, consonante à restituição ao corpo social dos poderes de decisão acerca das atividades reprodutivas essenciais. Neste sentido, afirma Mézáros, que a revolução, para Marx, possuía uma “pesada dimensão econômica” (MÉSZÁROS, 2011, p.574), centrada na reestruturação radical no enfrentamento aos “problemas da mediação *primária* sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011, p.212, grifos do autor) e uma necessária dimensão política.

Partindo das determinações essenciais do sistema do capital, Marx afirmava que a revolução seria “política com alma *social*” (1995, p.90-91 apud MÉSZÁROS, 2011, p.572, grifos do autor). Para o autor, a autossustentabilidade revolucionária não poderia prescindir da dialética recíproca entre as duas dimensões. Num prisma, isso dizia respeito à abrangência necessária do processo revolucionário enquanto tal, isto é, o imperativo de destruir a “velha sociedade” (MARX, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.593) na totalidade de suas dimensões fundamentais. Noutro prisma, inseparável do primeiro, isso significava que a “dimensão socioeconômica” do processo (MÉSZÁROS, 2011, p.566) vislumbrar-se-ia *pari passu* a uma genuína dimensão política, como afirma Mézáros (2011, p.566), uma “unidade dialética” entre ambas, que pudesse enfrentar medularmente a determinação recíproca entre as estruturas socioeconômica e política do sistema e, assim, conduzir a revolução até os seus resultados finais.

Uma vez superadas as contradições antagônicas entre capital e trabalho e emergida “genuína e efetivamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.599) a universalidade do trabalho como atividade automediada e verdadeiramente autoconstituída do gênero humano, a capacidade dos indivíduos sociais de operarem “uma relação direta uns com os outros” (MÉSZÁROS, 2011, p.572), segundo Marx, expressaria o desenvolvimento de uma formação societária em que o caráter dominativo e parcial da política fora já ultrapassado. Nos termos do alemão, despido o “processo direto material de produção [...] de sua forma de *penúria e antítese*” (MARX, 1973, p.706 apud MÉSZÁROS, 2011, p.1017, grifos do autor), o que se constituía era o “livre desenvolvimento das individualidades” (MARX, 1973, p.706 apud MÉSZÁROS, 2011, p.1017).

Delineando as linhas gerais dos desenvolvimentos sociais e políticos da contextualidade de transição, apanhando em mãos evidências de propriedades imanentes ainda cobertas, Marx passaria, então, a se atentar à processualidade histórica do capital e às lutas de classes com vistas a incrementar sua teoria e a orientação e prática revolucionárias do proletariado. A perseguição aos seus objetivos de pesquisa, no entanto, seria açambarcada por “várias determinações” (MÉSZÁROS, 2011, p.593) cuja confluência tornaria sua caracterização bastante “problemática” (MÉSZÁROS, 2011, p.595), tendencialmente potenciando no autor a detonação de uma “atitude negativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.593) prática e teórica em relação à política. Interpretando uma relação apriorística e predominante de resistência e menosprezo ao modo político de ação, Marx encetaria uma abordagem teórica mais definicional e genérica, culminando numa limitação categorial qualitativa da política socialista nos termos potenciais em que ela já havia sido apanhada.

Segundo Mészáros, a segunda metade da década de 1850 se marcaria pela erupção de uma crise cíclica do capital sem precedentes históricos, cujas condições de realização e intensidade se combinariam para criar um aspecto de crise “crônica” (MÉSZÁROS, 2011, p.590) do sistema. Marx, neste tempo, dispondo do auge de suas faculdades analíticas, aproximava-se da elucidação dos mais íntimos mecanismos operativos de seu objeto e, ao mesmo tempo, como frisamos, preocupava-se em reflexionar sobre as lutas de classes e suas disposições revolucionárias. Influenciado pela contundência daquilo que parecia se desenhar como o amadurecimento das condições decisivas para a revolução proletária socialista internacional⁷³, nitidamente imprimindo às suas análises históricas um tom propagandístico, o

⁷³ Mészáros argumenta como a precipitação de Marx acerca dessa crise tem como elemento central a própria “moldura de referência” (MÉSZÁROS, 2011, p.594) de seu exame, ou seja, o recorte amplo e o “caráter

autor passa a articular em seus escritos a evidenciação teórica dos “contornos fundamentais e as determinações básicas” (MÉSZÁROS, 2011, p.594) do sistema, coligando-os aos princípios gerais para sua superação revolucionária. Como argumenta Mézáros, em detrimento às intenções de aprofundamento as quais havia estabelecido, Marx promove uma “mudança de perspectiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.594) e secundariza as reflexões sobre as “transformações e mediações parciais” (MÉSZÁROS, 2011, p.594) que conduziriam a revolução aos seus derradeiros resultados. Com efeito, sobre os traços das “*mediações políticas*” (MÉSZÁROS, 2011, p.595, grifos do autor) que se desenrolariam.

Das determinações que se articulariam aos fatores conjunturais para o condicionamento de tal conduta⁷⁴, a mais emblemática delas seria a própria oposição do autor em relação a Hegel. Como salientamos na seção anterior, o velho filósofo havia sido um dos autores mais expressivos da geração anterior a Marx, tendo conseguido avançar teórica e metodologicamente na compreensão da realidade social e, deste modo, distinguir-se em relação aos membros de sua tradição. Ao mesmo tempo, constituindo com ela vínculos de permanência, havia lembrado uma caracterização estipulada acerca do Estado, absolutamente invertida à sua efetivação real, mas, firmemente influente nos círculos acadêmicos e filosóficos de seu tempo. Assim, ao passo da criação de uma inteligibilidade do social completamente nova e a adjunta necessidade de se opor à “falsa positividade” (MÉSZÁROS, 2011, p.593) no que se refere ao trato político e ao Estado realizado por Hegel, Marx, por toda a sua trajetória intelectual e militante, obrigou-se a reiteradamente afirmar seu novo modo de proceder intelectual e de entendimento acerca das categorias da totalidade social. Tendo consolidado uma trajetória sólida e se projetado expressivamente no interior do movimento socialista internacional, nesse embate, tendeu à conformação atitudinal a qual mencionamos⁷⁵, aflorando-a decisivamente nas circunstâncias em questão.

histórico global” (MÉSZÁROS, 2011, p.593) conscientemente delimitados. A gravidade e abrangência da crise acabaram compelindo o autor, que vinha desenvolvendo de forma exitosa estudos sobre o sistema desde a sua gênese, passando pela consolidação e a identificação dos determinantes de sua crise e ultrapassagem, a creditá-la prematuramente como o ingresso ao seu “estágio de definhamento” (MARX, s/d, p.398 MÉSZÁROS, 2011, p.594), ainda que isso tenha posteriormente passado por uma autocrítica.

⁷⁴ Além dos que mencionaremos mais demoradamente em seguida, Mézáros (2011, p.593) cita ainda: “o desprezo pelos limites políticos da ‘miséria alemã’; [...] as dúvidas extremas acerca de como se desenvolvia o movimento político da classe trabalhadora na Alemanha etc”.

⁷⁵ Importante deixar registrado que, dado o alçamento citado e a profunda inserção que Marx e seu pensamento conquistaram entre as organizações e os trabalhadores, o filósofo arriou sobre seus ombros grandes responsabilidades e compromissos no sentido de interpor uma ferrenha oposição às teorias que disputavam hegemonia no interior da classe claramente contrapostas às suas. Deste modo, a necessidade de pôr e repor a crítica sobre seus adversários (ou inimigos) e destacar os aspectos contrassensuais – no que se refere ao papel da política e do Estado eram muitos – também fortemente contribuíram para a conduta em tela. Mézáros deixa bastante sobressaltado, por exemplo, o embate que Marx empreendeu junto a pensadores de determinadas

Mészáros destaca ainda como essa viragem marxiana esteve assentada sobre limites históricos do próprio estágio de desenvolvimento do sistema à época e a não explicitação plena de algumas de suas tendências ou regularidades, no caso, acerca da efetivação do Estado na totalidade sistêmica e global do capital. Explica o húngaro como, naquele período, ademais a gradativa articulação existente, a concretização do “sistema de Estados globalmente interligados” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) como “estrutura geral de comando político” do capital global (MÉSZÁROS, 2011, p.597) ainda não se dava de forma “visível” (MÉSZÁROS, 2011, p.597). Com isso, a enorme complexidade envolta a sua dissolução como totalidade e em abrangência global foram colocadas de maneira não tão desafiadora para Marx quanto o próprio processo de reestruturação produtiva global o qual eles se articulavam. As próprias condições históricas em desenvolvimento não propiciaram que o autor pudesse perceber ou assumir como as exigências políticas da revolução se instituíam de forma demasiadamente pujante e complexa a ponto de requerer um maior e mais profundo debruçamento analítico para a sua compreensão e ao tracejamento das linhas gerais e específicas para sua superação.

Deste modo, com o conjuntural delineamento de uma aparente crise crônica do capital em meados do século XIX, Marx, então, impulsionado pragmaticamente à propaganda revolucionária, assumindo decisivamente uma postura negativa em relação à categoria política, portanto, confinando-se ao seu aspecto dominativo, “classe *contra* classe” (MÉSZÁROS, 2011, p.572, grifos do autor), acaba por fornecer em seus escritos elaborações em que a política socialista tinha a sua imprescindibilidade confirmada, contudo, de forma absolutamente subordinada, funcionalmente reduzida e categorialmente simplificada. Com o seu potencial compreensivo ceifado, passava a ser arbitrariamente qualificada a partir dos referenciais mais genéricos de sua existencialidade na formação social e política do capital e tinha a sua importância reduzida a um papel “estritamente transitório” (MÉSZÁROS, 2011, p.593) e “extremamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.572) limitado, dotado de uma “orientação” e “legitimação estratégicas” (MÉSZÁROS, 2011, p.571), muito diferente do que a quebra de uma determinação recíproca entre as dimensões socioeconômica e política parecia sugerir.

A política de transição era, então, caracterizada como um agir proletário “com base na velha sociedade e, conseqüentemente, no interior de formas políticas que pertencem mais

correntes do anarquismo – “de Proudhon a Bakunin” (MÉSZÁROS, 2011, p.574) – e como essas teorizações, principalmente no que diz respeito à teoria revolucionária, eram “diametralmente opostas” (MÉSZÁROS, 2011, p.574) às do alemão.

ou menos àquela sociedade” (MARX, s/d, s/p apud MÉSZÁROS, 2011, p.593). Na ótica do autor, como “*meio*” (MÉSZÁROS, 2011, p.595, grifos do autor), a política seria “usada” de forma transitória e instrumental pelo proletariado em relação à burguesia e ao Estado, contra os quais agiria “desigualmente” (MÉSZÁROS, 2011, p.572) com vistas à sua destruição e à obstrução de sua reconstituição e resistência.

Segundo Mézárós, ao sintetizar a questão política da revolução nestes ditames, Marx ficava “plenamente alerta para o fato de que a solução advogada não estava livre de grandes dificuldades” (MÉSZÁROS, 2011, p.590). Com efeito, a intersecção de sua teoria política com a da revolução se dava de uma ambiguidade neurálgica, que repousava sobre a forma como se apresentava a sua concepção política: “simultaneamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.595), uma dimensão fundamental da existencialidade revolucionária no enfrentamento e superação da totalidade das dimensões constitutivas do capital, mas, interpretando “não mais do que uma intervenção negativa” (MÉSZÁROS, 2011, p.572), mera e maquinalmente “usada” naquela processualidade específica em favor do proletariado.

Por toda a sua vida, Marx preservou uma resistência teimosa no que tange à prática política e isso incidiu sobre a forma como ele “projetou” a sua atividade e o peso que teria no processo de superação da ordem vigente do capital. As transformações propulsadas a partir dos anos 1850 foram decisivas para pavimentar os caminhos dos rumos tomados. De fato, a não ocorrência da revolução como se esperava e não participação ou observância do autor a um processo revolucionário duradouro, em que as forças sociais e materiais se confrontassem em seus limites últimos e uma certa regularidade se estabelecesse na correlação entre elas, não permitiram que o filósofo pudesse se livrar dessas amarras, desembaraçando os nós da ambiguidade que se constituiu em seu pensamento, a qual para ele existia como um “sério dilema” (MÉSZÁROS, 2011, p.590, grifos do autor). Essa junção de fatores fez com que a política socialista marxiana se mantivesse num plano de abstração elevado. O filósofo havia apanhado em mãos os fios fundamentais que conduziriam à sua progressiva e profunda compreensão, mas não pôde suturá-los com a sua conhecida destreza.

A maturação das contradições do capital e a aparente pulsão da revolução como urgência histórica coincidiu com a fase de pleno desenvolvimento intelectual do alemão. Marx sabia dos limites para teoricamente ir além do delineamento dos “contornos mais gerais” (MÉSZÁROS, 2011, p.572) acerca da revolução, mas a solidez das condições em curso, assomada a seu absoluto desprezo pelas “*mediações*” (MÉSZÁROS, 2011, p.592, grifos do autor) de transição, o reaprumaram teórica e praticamente para a reafirmação dos

horizontes finais da luta revolucionária e apressar suas conclusões. Detido à caracterizações que lhe pareciam confirmadas na realidade social e consolidadas teoricamente, Marx marcou seu pensamento por uma ambiguidade acerca dos atributos políticos da revolução e cravejou sobre ele uma enorme incógnita. Como vimos no primeiro capítulo, com os andamentos políticos do último quartel do século XIX, especialmente, a Comuna de Paris, Marx avançaria na caracterização objetiva da política socialista, contudo, ainda cerceado pela parcialidade das condições históricas, que duraria até o final de sua vida. Desse processo analítico histórico e dialético, deixaria pistas teórico-metodológicas bastante vívidas para a continuidade dos estudos compreensivos acerca desta dimensão. Na próxima seção de capítulo, apresentaremos como Mészáros deu tratamento a elas e foi capaz de, ao passo da rigorosa atualização de sua teoria social como totalidade, enriquecer suas disposições revolucionárias e também políticas.

4.7 MÉSZÁROS, COEXISTÊNCIA DE MUNDOS E O DUPLO PODER

Marx, ainda que deixando como herança à humanidade uma obra colossal e bastante abrangente no que diz respeito ao seu objeto de estudo, não poderia ter confiado uma teoria conclusa a seu respeito. Por extensão, seria impossível ter legado uma teoria absolutamente cerrada acerca de sua transição para outra forma de organização produtiva e de sociabilidade. A crítica de Mészáros à teoria da revolução marxiana, sobretudo no que se refere ao seu conteúdo político, leva em consideração todos estes aspectos. Situado em uma contextualidade em que as condições enfrentadas por Marx apresentavam-se num estado historicamente determinada e próprio de seu tempo, somado à oportunidade de experienciar e refletir sobre um processo revolucionário real e duradouro (fragorosamente derrotado, em sua ótica), o húngaro pôde, com as devidas mediações teóricas⁷⁶, na dimensão que circunda o presente trabalho, avançar em relação a Marx e fornecer ao movimento socialista da contemporaneidade um importantíssimo contributo.

Mészáros encarou um sistema do capital muito mais complexo que aquele posto diante dos olhos de Marx; conheceu e examinou fenômenos os quais o alemão apenas pôde tangenciar teoricamente, tratar de forma residual e limitada ou como uma tendência a se exasperar no curso do desenvolvimento histórico. Em seu tempo, a tibia articulação do capital como um sistema global já havia cedido lugar a uma forma “verdadeiramente” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) desenvolvida, espreada em escala planetária, inclusive, apresentando as evidências de transição para um estágio de maturação/saturação. Em consonância com isso, um vasto e poderoso sistema interligado de Estados emergia nitidamente como a “estrutura geral de comando político” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) do capital, tornando bastante diferenciada as relações entre as dimensões fundamentais do sistema e, neste sentido, colocando novos componentes às lutas de classes.

Neste cenário estrutural globalmente articulado, integrava-o uma totalidade que, fruto de um longo processo iniciado através de uma revolução socialista – a Revolução Russa de 1917 – acabava por se diferenciar em relação às demais totalidades do conjunto global como um “novo gênero de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p.81). Tratava-se de um bloco de países, com a dianteira da União Soviética, cujo desenvolvimento socio-

⁷⁶ Pudemos tratar um pouco deste processo na última seção do primeiro capítulo deste trabalho.

histórico havia conduzido àquilo que ficaria amplamente conhecido como o “socialismo realmente existente” (MÉSZÁROS, 2011, p.21).

Ali, de maneira absolutamente inédita, o movimento revolucionário havia levado a cabo uma completa *expropriação* dos capitalistas privados e garantido no campo legal a inadmissibilidade da propriedade privada dos meios de produção. Manifestamente estava (e, assim, se mantinha) a classe burguesa retirada de cena, afastada de suas funções originais e tendo subtraída os meios que historicamente lhe pertenciam.

No entanto, tendo se arrolado sob “específicas condições históricas”⁷⁷ (MÉSZÁROS, 2011, p.43), o processo havia gerado (e se acomodado a) uma configuração socioeconômica e política ímpar. A novidade histórica recaía sobre a constituição de um sistema de sociometabolismo que não se orientava necessariamente para o lucro⁷⁸ como no capitalismo, assim como a propriedade estatal dos meios de produção, estruturada a partir de um corpo burocrático que exercia as funções de regulação dos processos de trabalho e planejamento do conjunto das atividades sociais. Em detrimento ao “resultado final” que havia mobilizado os revolucionários nos anos iniciais da revolução, aquilo, que *aparentemente* se efetivava como uma substantiva e estrutural mudança em relação ao sistema do capital, consolidando-se sobre o comando de Stálin, passou a se conformar e difundir como a medida do possível do socialismo e, portanto, a forma a ser defendida e reivindicada predominantemente como “modelo” revolucionário, conforme apresentamos anteriormente.

Mészáros, como partícipe desse processo de consolidação, tendo-lhe interpresado ferrenha oposição e rompido com o regime ao deixar a Hungria em meados de 1950, foi reunir ao longo das décadas seguintes as condições necessárias para colocar em exame crítico aquele percurso desde suas origens, no que pôde desvelar as determinações que lhe davam base.

O autor percebe em seu longo estudo que, ademais as “significativas” transformações engendradas naquele conjunto de países, havia permanecido “basicamente inalterada” (MÉSZÁROS, 2011, p.450) a estrutura produtiva herdada da sociedade existente anteriormente e que se propagandeava, com “radicalismo verbal” (MÉSZÁROS, 2011, p.43), ter sido totalmente suplantada. A completa e violenta remoção dos capitalistas daquela trama

⁷⁷ Mészáros, ao longo de sua obra, realiza com perícia o debate acerca de tais condições, encadeando-as em relação aquilo que, segundo ele, se configuram como precondições revolucionárias. No primeiro capítulo deste trabalho, tivemos a oportunidade de nos debruçarmos sobre alguns desses aspectos.

⁷⁸ Para Mészáros, da forma como se constituiu este sistema e se interconectou globalmente, essa orientação só poderia ser temporária. Não poderemos adentrar aqui nos meandros desta discussão, mas deixaremos apontado aspectos importantes de seu necessário processo de recomposição.

histórica e social e o seu “deslocamento jurídico” (MÉSZÁROS, 2011, p.709), a conquista bem-sucedida do Estado burguês e a interposição de uma organização societária diferenciada em relação aos países capitalistas, segundo o húngaro, não haviam surtido efeito sobre a “base causal do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.250) e os seus “*pressupostos materiais*” (MÉSZÁROS, 2011, p.726, grifos do autor). Isso significava que seus “fundamentos com raízes muito profundas” (MÉSZÁROS, 2011, p.709) ainda perduravam. Ao cabo de todo um longo e agitado processo, a “superfície do problema” (MÉSZÁROS, 2011, p.709) sequer havia sido “arranhada”: continuavam vigentes e preponderantes os microcosmos reprodutivos internamente fragmentados, divisados hierárquica e contraditoriamente na exploração e opressão do homem pelo homem e operados objetivamente na compulsão pela extração do trabalho excedente “à maior taxa possível” (MÉSZÁROS, 2011, p.50) com vistas a assegurar os mais altos níveis de acumulação do capital. Nos termos de Mézárós, permanecia a “substância subjugante” (MÉSZÁROS, 2011, p.709) do capital.

Os condicionantes históricos haviam perpetrado aos rumos revolucionários o seguimento a uma “*linha de menor resistência*” (MÉSZÁROS, 2011, p.50, grifos do autor) em relação àquela estrutura herdada, preservando-a com suas determinações essenciais. Não havendo condições para se levar a cabo uma reestruturação radical na base material da produção da vida, a revolução aprisionara-se aos ditames reprodutivos do capital e suas “exigências interiores” (MÉSZÁROS, 2011, p.43). O capital fora reconstituído como o “poder determinante” do sociometabolismo (MÉSZÁROS, 2011, p.600), evidentemente, associado inextricavelmente aos seus constituintes fundamentais. A revolução havia, então, sacrificado em “demasia a sua própria força socialista” (MÉSZÁROS, 2011, p.557) e os processos ulteriores haviam erigido uma “ordem social pós-revolucionária” (MÉSZÁROS, 2011, p.47) constituída em um “sistema de capital pós-capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p.491).

Mézárós asseverava, assim, o caráter radicalmente crítico do exame marxiano a respeito de seu objeto e, com efeito, de suas teorizações sobre a ultrapassagem revolucionária da sociedade burguesa. Uma vez obstaculizado o florescer da “alma social” da revolução, ela havia se mantido aguilhada ao vicioso círculo reprodutivo do sistema e as relações sociais preservavam-se revestidas com o “manto” da política, sem dar “sequer um passo infinitesimal na direção do ‘encolhimento do Estado’ (muito pelo contrário)” (MÉSZÁROS, 2011, p.98). E aquilo que se julgava cupulisticamente como um sistema a favor do trabalho existia, em realidade, contra ele.

Não se tratava, no entanto, de um puro “mais do mesmo”. O sistema de sociometabolismo do capital efetivava-se agora com um desenvolvimento próprio e sob uma forma de domínio “politicamente muito diferente” (MÉSZÁROS, 2011, p.50), com personificações e estruturas distintas, surgidas e consolidadas em condições históricas bastante específicas, mas resguardantes de um conteúdo absolutamente essencial.

Segundo o autor, a reconstituição do capital como “poder regulador substantivo” do processo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p.719) transcorria ali mediante a gênese de um novo “tipo de personificação do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.599), substitutiva à forma consolidada e extensivamente efetivada no âmbito do sistema global e adequada às exigências reprodutivas do capital naquela determinada contextualidade. Tratava-se do “burocrata de tipo soviético” (MÉSZÁROS, 2011, p.720), o membro do aparato partidário-estatal erigido e firmemente consolidado no curso pós-revolucionário, o qual exercia objetivamente as funções de controle vitais daquele sociometabolismo e, desta forma, passava a se constituir como o “equivalente” do “capitalista privado” (MÉSZÁROS, 2011, p.720) na “variedade *capitalista* do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.906, grifos do autor), a qual havia sido desbancada pela revolução. Na síntese de Meszáros, era personificação que punha em “execução os ditames do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.126).

A dominação de classe e a exploração, ademais a profundidade de sua ramificação histórica, ganhavam novos e problemáticos contornos naquelas sociedades. Mediavam-se não mais pela “extração diretamente econômica da mais-valia” (MÉSZÁROS, 2011, p.709) *complementada* politicamente pelo Estado como estrutura *separada* de comando do capital⁷⁹. Mas antes, realizavam-se mediante o “controle estatal alienado dos meios de produção” (MÉSZÁROS, 2011, p.79) e a concomitante extração e acumulação do trabalho excedente regulada politicamente, ou seja, uma “extração política” (MÉSZÁROS, 2011, p.491) do trabalho excedente. Configuravam um tipo de sociometabolismo em cujo núcleo estruturante o “poder do Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p.47) sublinhava-se em face da sobrelevação de suas funções metabólicas, não mais restritas à complementação do controle estrutural para um adequado processo de produção, mas diretamente reguladoras do processo de produção como um todo. Carreada centralmente na defesa deste poder é que a experiência soviética ascendia-se ao “*status* de modelo” (MÉSZÁROS, 2011, p.47) revolucionário a ser seguido e compulsoriamente transplantado às áreas sob seu domínio e influência, como ocorreu nos

⁷⁹ Esse debate foi apresentado de forma mais demorada na primeira seção deste capítulo.

países do Leste Europeu. Fixado e propagandeado como o condutor soberano de uma revolução mundial que se propugnava em curso, estruturalmente reforçado e autoritariamente atuante, o “Partido-Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p.81) imbuía-se de “corolários culturais/ideológicos” (MÉSZÁROS, 2011, p.81) que contribuiriam decisivamente para a operação numa intensidade cada vez mais forçada de extração do trabalho excedente sempre associada ao “nome da revolução” (MÉSZÁROS, 2011, p.81).

Com efeito, não se tratava mais de um desenvolvimento que se dava em meio à “normalidade” fetichizada da relação entre capital e trabalho típica à variedade capitalista, irrompida “sob a aparência enganadora de contratos livremente acordados” (MÉSZÁROS, 2011, p.710) e tendencialmente acobertadora da coerção inclusiva e dominante do capital. A normalidade transcorria agora com base numa deliberada e aberta extração “compulsória” (MÉSZÁROS, 2011, p.81), “repressiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.491) e “autoritária” (MÉSZÁROS, 2011, p.43) do trabalho excedente, legitimamente imposta e regulada politicamente. Um controle que se acometia de forma abrangente sobre o processo de reprodução social e se vislumbrava desde a organização e planejamento central da produção, o dimensionamento e distribuição da força de trabalho pelos diversos ramos produtivos até o ordenamento e distribuição dos bens produzidos pelos trabalhadores. Reproduzindo, ao seu modo, a correlação específica entre economia e política do sistema do capital, esse gênero de sociometabolismo efetivava-se mediante um “*substitucionismo* cada vez maior e, no final, totalmente petrificado e ainda violentamente superposto” (MÉSZÁROS, 2011, p.80, grifos do autor) em relação ao corpo social. Circunscrevendo-se à negação das dimensões fundamentais do sistema, não podendo superá-las em sua totalidade, o modo sociometabólico erigido permanecia condicionado pelo objeto de sua negação, no entanto, numa forma acrescida de poder, potenciada no exercício da subordinação estrutural em relação ao trabalho, sobressalente na correlação entre as dimensões socioeconômica e política, mediante um Estado avantajado – “*ultrapassado em muito seus limites*” (MÉSZÁROS, 2011, p.124, grifos do autor) – e uma extração reforçada e politicamente dirigida do trabalho excedente.

A forma histórica sociometabólica que se consumava naquele bloco de países, se por um lado trazia à tona uma face dos ditames do poder de restauração do capital, da preservação do revestimento político e a recolocação do aparelho de Estado sob novas formas perante a parcialidade da revolução, discutidos, advertidos e denunciados por Marx, por outro, tornava protuberante seu apontamento acerca da monumental complexidade desenvolvida ao processo revolucionário e à questão da transição socialista. Perspectivava em “termos práticos bastante

tangíveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.47) a relação entre as exigências do processo de transformação como uma totalidade constituidora de um novo complexo de efetivação social e as necessidades correlatadas à imediatividade emergente deste processo, as quais, pelas questões elencadas anteriormente, não se instituíram como uma grande preocupação para Marx. A contextualidade instaurada com a revolução havia demonstrado *categoricamente* como o poder de restauração do capital preservava-se como uma força permanentemente operante e contra as “iniciativas radicais” (MÉSZÁROS, 2011, p.1077). Mostrara ainda, como a sua *substantiva* reconstituição como poder regulador abrangente do sociometabolismo decorria com base numa progressão materialmente cumulativa, tendencialmente exigente à constituição de um correspondente e ativo poder político, estabelecido mediante uma rígida e potencializadora estrutura. Naquele cenário específico, aliás, um poder que se marcava por uma amplificação funcional em relação à forma anterior, englobando a regulação integral das funções produtivas e distributivas da sociedade. Consoante a isso, tal processualidade tornava patente como, por outro lado, tais “iniciativas”, devendo-se igualmente se firmar em bases materiais sólidas e enfrentar a permanência pulsante e condicionadora do capital em sua totalidade, não podiam prescindir do exercício do poder político por meio de estruturas adequadas para sua realização, totalização e potenciação, inclusive, intercedendo junto à estruturalidade remanescente, no sentido de sua desfuncionalização, deslocamento operativo e consequente “fenecimento” (MÉSZÁROS, 2011, p.561).

Mészáros, então, guarnecido por condições históricas objetivas e teórico-críticas favoráveis, consegue avançar na caracterização desta dinâmica e na distinção e equacionamento dos processos revolucionários e suas particularidades, dando desdobramento em relação às determinações que haviam sido auferidas por Marx, enriquecendo-as.

A experiência soviética, como totalidade dinâmica, contraditória, processada em uma escala de longa duração, notabilizou que a revolução seria constituída por “*revoluções*” (MÉSZÁROS, 2011, p.597, grifos do autor) que se renovariam de acordo com as cambiantes condições socio-históricas e as quais progressivamente traduziriam aquele processo em seus “horizontes *fnais*” (MÉSZÁROS, 2011, p.597, grifos do autor). Na ótica do autor, “mediações materiais e institucionais” (MÉSZÁROS, 2011, p.586) mais ou menos previsíveis, mas, efetivamente elaboradas a partir da identificação das demandas do movimento socio-histórico real, com suas respectivas e diferenciadas temporalidades e especificidades, iriam se suceder de modo a tornar concreta e efetiva a “estratégia final” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) revolucionária, enfrentando as “determinações candentes do

presente imediato” (MÉSZÁROS, 2011, p.597). Um presente, por sua vez, parcialmente matizado pelo capital e pelo Estado, predispostos a conservar e favorecer o estado de coisas existente e a perturbar a realização das transformações do projeto socialista⁸⁰.

Na ótica do autor, a sustentabilidade da revolução se assentaria sobre a interposição de uma ordem de mediações⁸¹ constantemente renovada ao longo da transição, que se efetuará em um duplo caráter. Em seus próprios termos, decorrerá mediante “ataques *duplos*” (MÉSZÁROS, 2011, p.630, grifos do autor) que se sucederão a partir da totalidade da realidade social existente, isto é, das dimensões essenciais dos “mundos” coexistencialmente opostos e relacionados.

Essa duplicidade do caráter da ação revolucionária significava que as medidas interpresas se operariam com base na reciprocidade autossustentada entre as funções positivas e negativas da transição, articulando os processos de constituição do novo “*ethos social*” (MÉSZÁROS, 2008, p.120, grifos do autor) e de destruição daquele herdado. A revolução se matizaria, assim, pela altercação dialética entre o progressivo dismantelamento da “totalidade orgânica autossustentada do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.726) e a constituição materialmente articulada de um “tipo qualitativamente diferente de totalidade orgânica” (MÉSZÁROS, 2011, p.726), fundamentada em um novo conjunto de condições e relações produtivas e novas estruturas de poder, como diz Mézáros (2011, p.50), que tivesse seu alicerce constituído a partir da “contabilidade socialista”. Esse processo, por sua vez, se dinamizaria a partir da correlação estrutural reciprocamente sustentada entre as esferas socioeconômicas e políticas, portanto, com base em um desenvolvimento orgânico, definitivamente irrealizável nos termos de uma “efetiva independência” (MÉSZÁROS, 2011, p.1076) entre elas.

Desta forma, no que tange aos parâmetros absolutos das mediações políticas de transição, haveria de se distinguir um “duplo desafio” (MÉSZÁROS, 2011, p.597). Um

⁸⁰ Mézáros (2011, p.705) é contundente em sua caracterização: “De fato, na situação imediatamente pós-revolucionária, o capital e seus constituintes tornam-se, todos, dragões voadores, cuspidos fogo naqueles que tentam mudar a velha ordem, em cuja forma anterior os momentos subordinados estão também integrados firmemente e possuem as suas funções subsidiárias certamente, mas muito reais”.

⁸¹ Mézáros deixa bastante saliente que o apontamento de que a estratégia socialista necessita de determinadas mediações não significa afirmar que se trata de um processo que transcorrerá numa base gradualista/reformista, portanto, de transição com base em conquistas e melhorias graduais e ampliadas em favor da classe proletária em detrimento da revolução, isto é, de uma ruptura radical com estado de coisas vigente. Tampouco, afirma o húngaro, implica em promover a exclusão de medidas que possam ser “implementadas passo a passo” (2011, p.630). Diz o autor: “O que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversíveis), mas a reestruturação radical da *divisão do trabalho* estabelecida” (MÉSZÁROS, 2011, p.630, grifos do autor).

processo em que os revolucionários se mobilizassem “simultaneamente” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) ao redor da negação do Estado assim como na atuação em seu “interior” (MÉSZÁROS, 2011, p.597). Segundo Mészáros (2011, p.595), o processo de reestruturação radical da base produtiva material da sociedade seria regulado por organismos autônomos “não estatais” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) instituídos a partir do “plano *social* consciente” (MÉSZÁROS, 2011, p.1015, grifos ao autor) dos produtores livremente associados. Através dessa institucionalidade, os produtores exerceriam as funções “positivamente reguladoras” (MÉSZÁROS, 2011, p.738) do sociometabolismo emergente no que diz respeito às atividades produtivas e distributivas fundamentais. Essas transformações em desenvolvimento, por sua vez, se articulariam organicamente a mediações políticas que, ao progressivamente revitalizar o corpo social com a reassunção organizativa e executiva das demais atividades essenciais da reprodução social – deslocando-as dos “próprios órgãos estatais” (MÉSZÁROS, 2011, p.597) e os debilitando funcional e estruturalmente – criariam as condições objetivas e subjetivas para a dilatação da “alma social” da revolução em seu necessário processo de universalização. De modo que, uma vez encadeada a preponderância histórica e progressiva de uma totalidade em relação à outra, os proletários pudessem levar à compleição a restituição dos poderes de decisão anteriormente usurpados à “esfera da autoatividade da massa” (MÉSZÁROS, 2011, p.1078).

Os caminhos revolucionários e a forma socio-histórica que havia se consolidado com a experiência soviética alçaram à ordem do dia a imprescindibilidade das mediações na intercorrência histórica de transição. Para Mészáros, a transformação dos prolegômenos revolucionários em “forças operadoras” (MÉSZÁROS, 2008, p.121) necessariamente passaria pela consumação de “intervenções práticas sustentáveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.464), realizadas por sujeitos sociais bastante determinados e estruturas correspondentes, por meio das quais estes pudessem interceder crescentemente a favor das “potencialidades e realizações positivas percebidas” (MÉSZÁROS, 2008, p.121) e, ao mesmo tempo, “reduzir o poder dos componentes negativos herdados” (MÉSZÁROS, 2008, p.121). Deste modo, enfrentariam as iniquidades que ainda operavam “dentro dos marcos das velhas premissas sociais e determinações estruturais” (MÉSZÁROS, 2011, p.1077) e carreariam a reestruturação radical do sociometabolismo sob orientação dos princípios socialistas.

Para o húngaro, havia ficado cristalinizado que o processo de criação de “novas condições” (MÉSZÁROS, 2011, p.575) de desenvolvimento sociometabólico e o engendramento de uma “*nova espontaneidade*” (MÉSZÁROS, 2011, p.575, grifos do autor)

reprodutiva, transcorreriam num solo socio-histórico de coexistência material entre o novo e o velho mundos e que as interações friccionadas entre eles e o eventual avanço cumulativo de um em relação ao outro colocavam em relevo a necessidade, na arena revolucionária, de uma dimensão política transicional correspondente à materialidade em constituição. Um expediente transicional que, ademais o seu abarcamento operacional às velhas estruturas, se realizasse predominantemente mediante estruturas próprias, *não estatais*, claramente emanante (e determinante) do poder emergente dos novos microcosmos reprodutivos. Portanto, firmemente enraizado em bases materiais sólidas, pelo qual o proletariado, ao passo do exercício do controle efetivo sobre todo o sociometabolismo, pudesse enfrentar o capital e o Estado em sua persistência existencial, rivalizando com seu poder, impondo-se de forma dominante, alargando as “brechas” em prol da “reestruturação social” (MÉSZÁROS, 2011, p.1076) com vistas à concretização da nova sociedade e ao absoluto sepultamento da anterior.

A política socialista se balizaria, então, pelo “horizonte socioeconômico” (MÉSZÁROS, 2011, p.1077) do trabalho. Concebida a partir do plano e ação consciente, consensual, cooperativa e planejada da “totalidade dos produtores individuais” (MÉSZÁROS, 2011, p.1015), expressando as suas mais internas “aspirações” (MÉSZÁROS, 2011, p.1078) e contradições⁸², se realizaria *conforme* essa totalidade social em movimento, não compartimentada nem oposta em relação a ela, mas como uma manifestação genuína da “atividade autodeterminante” (MÉSZÁROS, 2011, p.1015) que nela se radica e dela se espraia. Funcionando organicamente, seguindo esse “compasso vital” (MÉSZÁROS, 2011, p.1016), a política socialista exprimiria em plenitude a sua potencialidade dimensional reestruturadora, a partir da qual o capital e o Estado se tornariam apenas resquícios de uma historicidade passada. Neste caminho, tendo a organicidade social em autodeterminação assumido uma dinâmica prevalecente, a política socialista declinaria crescentemente em seu desenvolvimento funcional e, como resultado de um processo emancipatório exitoso, seria totalmente superada. No entanto, uma vez infringido neste percurso um “descompasso”, a política se reverteria ao desempenho de seu “tradicional” (MÉSZÁROS, 2011, p.1077) papel dominativo-substitucionista, evidenciando debilitações de um dinamismo social já amalgamado por interesses parciais e adversário à liberdade humana. Neste sentido,

⁸² No ensaio “Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias”, organizado como capítulo 22 do “Para além do capital” (2011), Mézáros realiza um importante debate a respeito da contradição entre indivíduo e classe no contexto da transição e os seus corolários políticos. Considerando os fins e limites desse trabalho, não adentraremos em seus meandros. Fica indicada a leitura para o leitor interessado em aprofundamento.

permissivo à “revitalização do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.1077) como força reguladora global e dominante.

Compreendendo que a determinação coexistencial de modos opostos de sociometabolismo implicava em fricções permanentemente operantes e choques destrutivos e refreadores, Mézáros percebeu o imperativo de uma efetivação categorial de transição que se constituísse de forma reciprocamente equivalente ao poder absoluto do capital. Um poder enraizado em bases materiais profundas e organicamente constituído em um “novo modo [político] de ação” (MÉSZÁROS, 2011, p.1078), correspondente à dupla exigência estrutural qualificada em torno da dialética constituição/destruição, própria da contextualidade transicional. Portanto, uma síntese política contraditoriamente permissiva ao transborde do trabalho como “autodeterminação e autorrealização” humana (MÉSZÁROS, 2011, p.1017) e não atuante como uma margem compressor. Neste sentido, uma forma tendencialmente diluente, efêmera em sua existência, mas de maneira alguma limitada.

O exame sobre a experiência soviética permitiu que Mézáros avançasse na caracterização das formas de efetivação da categoria política na contextualidade de transição e divisasse com traços muito bem delineados processos, estruturas e tendências apanhadas de maneira bastante abstrata por Marx. Servindo-se de seus carretéis, suturando um tecido inacabado, Mézáros apurou determinações históricas e explicitou o núcleo de uma existencialidade anunciada como revolucionária, mas, que não havia conseguido avançar no socialismo, travando sua história com base na força motora do capital. Articulando os elementos para uma rigorosa crítica, rompeu com tradições teóricas bastante arraigadas, e forneceu ao proletariado e às lutas do século XXI um contributo de importância incalculável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de transformação e adaptação dinâmica do sistema de sociometabolismo do capital e a sua perduração funcional pelo tempo foram tornando cada vez mais coletiva a tarefa histórica de sua plena compreensão. Sob a perspectiva teórico-metodológica caudatária de Marx, devidamente liberada da antinomia entre teoria e prática, essa compreensão diz respeito à própria arquitetura da alternativa hegemônica do trabalho em face da realidade socio-histórica que se matriza pelo capital, com seus critérios e imperativos reprodutivos absolutamente fetichistas e, hoje, mais do que nunca, ativados pela exacerbação de seus componentes destrutivos (MÉSZÁROS, 2011). Neste talhe, o encargo revolucionário principiado, sobretudo, por um homem – com os devidos créditos a Engels – acabou por se tornar um grandioso projeto teórico-intelectual de milhares de homens e mulheres animados pela libertação de toda a humanidade das “peias de sua escravidão”. Um projeto, pois, cuja continuidade nunca pôde se afastar do conhecimento do método e de toda a malha categorial fundamental sobre as quais se entroncou o imenso corpo teórico de seu fundador, o qual genialmente pôs os fundamentos para a constituição teórica da sociedade do capital.

Mas, diante das contingências históricas do modo contraditório e antagonístico de desenvolvimento do sistema e dos próprios rumos das lutas de classes, esse processo de compreensão, ademais as perversas, deliberadas e permanentes defenestrações consumadas pelos autoproclamados ou não “ideólogos e propagandistas” (MÉSZÁROS, 2011, p.795) do sistema, acabou historicamente perpassado pela ocorrência de deformações e, até mesmo, falsificações acerca do legado marxiano, sucedidas pelos próprios e principais interlocutores teóricos do trabalho, gerando consequências organizativas e práticas sociais abrangentes substantivamente problemáticas e insuficientes sob o ponto de vista de sua emancipação. Voltar-se a Marx com um revisionismo subtrativo e empobrecedor, em detrimento de sua atualização crítica e histórica, tornou-se um dos passatempos preferidos no interior do movimento socialista internacional – salvo raras, mas, notáveis exceções – desencadeando-se principalmente após a morte de Engels, em 1895.

Por décadas a fio, assentada em diferentes contextualidades e motivações, carreando-se pelas mais variadas e distintas personagens, a teia categorial do capital suturada por Marx foi sendo descosida e seus nódulos fundamentais desfeitos. Entrajados em retalhos, os trabalhadores travaram suas lutas aquecidos precipuamente sob xales alheios, mas sob a inclemência das intempéries categoriais em sua efetivação concreta. E da réstia de panos ao

mancebo, o manto da política pareceu sempre o mais vistoso, ainda que trazendo em sua tecitura pechas de um uso antigo e perdido.

A busca pela compreensão dos ditames da política e do Estado esteve imbricada a todo o processo do brunir teórico-metodológico marxiano e carregou-se por toda a sua trajetória intelectual, desde o decisivo delineamento da sociedade burguesa como seu objeto de estudo, passando pela áurica descoberta dos seus mais íntimos mecanismos operativos, até o discorrimento sobre as linhas gerais acerca de seu deperecimento e ultrapassagem, as quais dedicou-se com mais entusiasmo já num momento bastante maturo de sua vida. Se, num primeiro momento, tal aplicação nutriu-se de sua gana jovial pelo entendimento das forças que o haviam açodado como estudante e jornalista, posteriormente, isso se deveu à própria descoberta de seu novo e “simbiótico” (MÉSZÁROS, 2011, p.110) imbricamento aos processos reprodutivos materiais do capital.

O ponto de partida de Marx nesta busca remeteu-se a uma leva de autores para quem a sociedade burguesa representava nada menos que o alcance da humanidade ao cume de seu desenvolvimento social. Compreendendo que ela, no entanto, desenrolava-se por meio da arrebenção de prósperos e inelimináveis conflitos – muitos deles, carregados pela insensatez e ultraje dos trabalhadores – esses autores adjudicaram a *conciliação* entre as forças contenciosas como a sua plena e definitiva solução. Para eles, seria o Estado a instância que articularia esse processo. Dotado de um poder próprio, exercido pela força da lei e do canhão, o Estado havia historicamente se constituído de maneira superposta à sociedade como um todo, precisamente para dar cabo aos seus problemas, sobretudo, às divergências entre o grupo de indivíduos mais espirituosos e provedores e aqueles afrontosos e ingratos. Despontando como “*Deus ex machina*” (MÉSZÁROS, 2011, p.577), havia possibilitado a humanidade ascender ao seu patamar máximo e final e seria o responsável pelo seu contínuo aperfeiçoamento.

Foi Hegel o autor desta tradição teórica com o qual Marx mais se ocupou, paradoxalmente, atraído pela própria objetividade do filósofo em seu rigoroso enaltecimento à sociedade burguesa e ao Estado moderno. Criador de um sistema filosófico grandioso e trameado por exigências internas peculiares, “idealisticamente” fundadas, diria Mézszáros, Hegel situou-se numa contextualidade qualitativamente diferenciada em relação a dos demais, assinalada pela acentuação das contradições internas do sistema e pela expansão colonialista do capital, que o permitiu acompanhar a florescência das lutas de classes numa intensidade e escala mais amplas, detonando-se para além das circunvizinhanças costumeiras. Desafiado

pela contundente entrada do proletariado na cena histórica das lutas, confrontando e suscetibilizando a burguesia e o Estado, defendendo seus próprios e imediatos interesses e pondo em real ameaça a manutenção da ordem, o autor desaportou da remansidão acrítica e otimista em que se ancoravam seus compartes, reconheceu os processos em curso e a sua potencialidade transformadora, discerniu limites estabelecidos, interrogou certas premissas e assumiu que uma nova síntese histórica haveria de se engendrar. Evidentemente, no curso de seu discorrimento teórico, singrou com distância das águas torrentes do mar aberto, mas anelou seus limites invisíveis.

Absolutamente conciliado com o sistema do capital e pactuado com a essencialidade resolutive do Estado, buscando articular as exigências internas de seu sistema filosófico com a objetividade histórica à vista, Hegel teve de mobilizar recursos intelectivos engenhosos para o congraçamento teórico de todos esses requisitos. Sem perder de vista o horizonte sobre o qual se apurava, entregou uma teoria aparentemente perspectivada como síntese original, contudo, essencialmente assentada sobre seus velhos marcos. Como uma ode à efetuosidade histórica do capital, amalhoando a sua consagração, nela tudo perfeitamente se equilibrava a partir do centro irradiante, dinâmico e repaginado do Estado, claro, com aqueles aspectos mais inconvenientes da existência societária completamente desaparecidos. Tendo apanhado traços fundamentais da realidade e meneado suas tendências, apontando para uma compreensão distinta e radical acerca dela, Hegel, no entanto, preso às disposições internas de seu sistema e, sobretudo, imobilizado diante as barreiras intransponíveis de classe, chegava no limite de sua inquirição retornando à linha de partida, mas deixando em aberto um flanco absolutamente rico para exploração.

A vida na França, iniciada em fins de 1843, oportunizaria a Marx experiências de sociabilidade muito diferentes daquelas com as quais estava habituado como publicista. Paris era à época uma cidade com um desenvolvimento industrial substantivo e habitada por uma população trabalhadora bastante densa. Desde as insurreições de 1830, os protestos de rua haviam se tornado frequentes e as organizações operárias apresentavam um vertiginoso crescimento. Por toda a sua extensão, a cidade era tonificada pela agitação e pelo confronto sociais, numa ambiência fortemente marcada pelo internacionalismo proletário – fundado numa presença massiva de imigrantes – e pela circulação plena das ideias socialistas e de outras vertentes.

Partilhando desta efervescência, respirando os ares da inquietude e da mudança, Marx vivenciou no plano das lutas um proletariado que agia por conta própria, disputando

hegemonia com um projeto societário independente e intervindo não somente de forma reativa. Situando-se numa contextualidade de consolidação do sistema e avigramento expansivo global, ao passo dos anos, veria essa ebulição espraiada não somente por todo o território europeu, mas acontecendo por todos os cantos do mundo.

Paris ainda seria palco de mais um notável encontro, o qual engendraria muito mais do que uma comunhão espiritual absolutamente produtiva e original, mas uma relação sabidamente fraterna e, nestes conformes, nutrida ao longo de décadas: Friedrich Engels.

Nascido em berço genuinamente burguês, desde cedo afeto às letras e às artes, Engels passou parte importante da juventude dividindo seu tempo entre as obrigações nos negócios familiares, as quais cumpria com rígida aversão, e as leituras e estudos sobre escritores e filósofos alemães da contemporaneidade (NETTO, 2010). Em 1842, já no centro nervoso do desenvolvimento industrial na Inglaterra, tocando negócios na Ermen & Engels, bastante impactado pela miséria que assolava de maneira geral o proletariado, Engels foi buscar a compreensão dos ditames de funcionamento da sociedade burguesa em sua fonte mais autorizada, quer dizer, na Economia Política clássica de Ricardo, Smith, Say, Mac Culloch, Mill e outros, dando início a um estudo pioneiro.

Debruçando-se sobre seus escritos com um arcabouço suficiente para o empreendimento de uma crítica exordial, Engels materialistamente manobrou com algumas das categorias fundamentais do sistema e elucidou suas contradições, sublinhou a contribuição teórica dos autores, mas, sobretudo, perspectivou seus limites, principalmente aqueles que se assentavam sobre seu inalterável ponto de vista. Discorrendo sobre a maturação das contradições internas do sistema, Engels assuntou a necessidade e a possibilidade de sua superação e lançou as bases para a crítica da economia política, convencendo-se de que seria por ali que passaria o caminho obrigatório para o desvelamento dos mecanismos operativos daquela sociedade (TAVARES, 2015). Esboçando as principais descobertas num artigo, encaminharia sua publicação nos Anais Franco-Alemães e deixaria Marx impressionado. Meses depois, em Paris, confirmando o enlace espiritual após alguns dias de entrosamento, Engels consignaria ao amigo a chave crítica para o avançar de seu exame.

Sob a influência e orientação de Engels, Marx principia um processo edaz de estudos em economia política e vai manuscrevendo as sínteses e apontamentos mais importantes. Realiza, então, a descoberta que seria decisiva ao aprumo teórico-metodológico e ideopolítico que sustentaria por toda a sua trajetória como teórico e militante: o papel do trabalho

na constituição do homem e da história. Dando forma a uma ontologia materialista do ser social a partir de suas dimensões mais gerais e essenciais, completamente atento aos processos sociopolíticos em curso, relacionando-os em sua efetivação, Marx tem a chance de aguçar a sua crítica a Hegel e desprender-se completamente de seu raio de influência a partir daqueles pontos enrustidos pelo filósofo. Neste curso, desdobrando as conclusões auferidas em Kreuznach (1843), o alemão alcança os constituintes fundamentais do sistema do capital, desvela suas tendências e discorre sobre a qualidade de suas relações.

Já tendo depreendido que a universalidade do Estado não se passava de uma universalidade abstrata, arbitrária e ideologicamente imposta por gerações e gerações de teóricos, e que, como efetiva parcialidade, era incapaz de dar solução definitiva aos emergentes e crescentes problemas e conflitos que se carreavam na realidade social, o alemão compreende originalmente que o princípio da universalidade estava presente na sociedade civil e radicava-se no trabalho como condição vital da existência humana e base fundacional da sociedade, assim, única dimensão não condicionada por uma existência essencialmente exclusiva ou voltada a si mesma. No entanto, sob tais circunstâncias históricas, a universalidade realmente existente tinha o seu lugar usurpado pelo capital que, como parcialidade dominante, força reguladora e matrizadora de toda a dinâmica social, degradava-o à sua condição objetificada e parcializada, racionalizando a existência e a funcionalidade do próprio Estado, do qual dependia para o exercício de uma dominação abrangente. Alardeando sobre a transitoriedade da sociedade do capital e de sua estrutura política, Marx inferia como a solução fundamental dos seus antagonismos e contradições necessariamente se hipotecava à realização de uma revolução socialista e proletária que conduzisse a transcendência das dimensões fundamentais inextrincavelmente associadas do capital, trabalho e Estado.

Logo cedo nesta arrancada em seu exame, Marx descobre que o Estado, como órgão fundamental de dominação e conservação da ordem, havia se entremeado de forma qualitativamente distinta na totalidade categorial do capital e se complexificado funcionalmente. A radical separação entre produção e controle operada nos atos originários daquela sociedade havia o constituído como estrutura de alienação *par excellence* e, pela primeira vez na história, o Estado passava a compartimentar exclusivamente o exercício e a tomada de decisões acerca das funções políticas e legais de toda a sociedade, negando-as completamente ao corpo social. Aparecendo como o *locus* da genuinidade político-legal e da universalidade, ao mesmo tempo, afirmando sobre toda a sua extensão institucional a existência, a universalidade e a inviolabilidade do próprio capital, o Estado passava a cumprir

uma primordial, insubstituível e abrangente função de controle social da qual o andamento operacional normal do sistema não podia prescindir. Intimamente imbricada à estrutura produtiva da sociedade, o Estado se constituía como uma forma particular da produção que caía sobre sua regra (MARX, 2004), usurpando com o capital a universalidade do trabalho e sustentando a sua efetivação parcializada e dominada.

Interpresando um ritmo colossal aos estudos, profundamente atento ao andamento operativo do sistema em meio à maturação de suas contradições e, ao mesmo tempo, perquirindo o encadeamento categorial do capital em sua formação histórica, Marx logo compreende que a radical compartimentação política objetivada no Estado moderno cumpria outra determinante função constitutiva, igualmente fincada em seu próprio e originário ser contraditório. Ela dizia respeito à disjuntiva estabelecida entre a configuração atomística das estruturas produtivas e a necessidade de sua organização “tanto no exterior quanto no interior” (MARX; ENGELS, 2007, p.75) para o atingimento dos novos objetivos metabólicos. Examinando os traços concorrenciais, expansivos e espasmódicos do capital, apurando sua dinâmica e tendências, Marx percebe que a efetivação, preservação e reprodução do capital como força e totalidade reguladora tinha como importante firmamento o Estado moderno e a sua particular forma constitutiva, que o tornava estrutural e unicamente capaz de garantir e articular a sustentação material do conjunto de capitais existentes e, neste curso, promover o impulsionamento expansivo do sistema no rumo de sua necessária conformação global. Desobstruindo as barreiras do confinamento e da autossuficiência, forçado “a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral” (MARX; ENGELS, 2007, p.75), claro, transbordando-se para todos os cantos do planeta, o sistema não pôde prescindir do Estado para manter sob controle toda a exodicidade imanente de seus capitais e, ao mesmo tempo, excitar o desenvolvimento de seus constituintes mais relevantes.

O descortínio do manto da política permitiu que Marx compreendesse os limites de atuação estrita neste campo e, no interior do movimento de trabalhadores, combatesse com veemência essas ações como formas abomináveis. Ao mesmo tempo, tendo tomado seu objeto como totalidade dinâmica e contraditória, sobriamente denunciou o isencionismo político como prática refutável e pernicioso. Consciente de que a superação dos antagonismos e da “vida desumanizada” (MARX, 1995, s/p) propiciada pelo capital seria totalmente ultrapassada somente pela imposição de uma revolução que pusesse totalmente abaixo a velha ordem e a sua estrutura de poder, livrando o trabalho de seus predicados alienados e o reconstituindo

como automediação produtiva, o alemão passa a inclinar-se sobre suas disposições, convencendo-se da imensa complexidade que envolveria o seu processo e convicto de que ela se assentaria dialeticamente sobre a unidade entre as dimensões política e social: dizia Marx (1995, s/p), “uma revolução política com alma social”.

O novo entremeamento categorial do Estado e a organicidade de seu desenvolvimento em face da autoconstituição humana alçava ao horizonte revolucionário a necessidade de sua completa destruição, que se desencadearia ao passo de um radical processo de reestruturação da base produtiva material e de restituição dos poderes de decisão ao corpo social. Compreendendo que a trama toda se processaria com base na dialética sociopolítica da criação/destruição e na coexistência e o confronto do velho e o novo mundos, tendo apreendido pela sociabilidade burguesa o caráter dominativo e hierárquico do revestimento político, Marx assevera a necessidade da dimensão política no intercurso revolucionário e, em sua trajetória como teórico e militante, dedica-se a apreensão de seus ditames, com a clareza de que a superação da sociedade burguesa e a emersão completa do trabalho como atividade autoconstitutiva do gênero humano anacronizaria a existência da política a ponto de seu absoluto deperecimento.

As crises do capital, o enrijecimento das lutas e a intensa movimentação dos revolucionários ao longo da segunda metade do século XIX forneceriam um expediente de análise bastante enriquecedor para Marx, sobretudo por meio da experiência operária francesa, sobre a qual o autor se deteria com bastante apuro.

As Revoluções de 1848, por exemplo, em uma fase importante de seu processamento, acabar-se-iam assinaladas por uma notória gravitação do proletariado francês na órbita da cada vez mais delineada institucionalidade burguesa, inclusive, com a integração burocratizada de seus representantes no interior do aparelho estatal; no desfecho da participação mais protagonística e efusiva do proletariado, elas se marcariam pelo esfacelamento repressivo do movimento e a reversão completa das concessões estabelecidas no campo legal e político. No intercurso histórico subsequente, a magnetização política de setores do trabalho sustentaria a eleição de Luís Napoleão Bonaparte como presidente da Segunda República francesa; em 1851, chefiando um golpe “contrarrevolucionário” (MARX, 2011, p.17) de Estado, Napoleão prolongaria seu mandato por mais dez anos e conduziria o processo até a proclamação do Segundo Império (1852) para os seus quase vinte anos de existência. Sobre eles, Marx destacaria como a atuação dos revolucionários e dos trabalhadores por seu interior havia levado a um aperfeiçoamento da “máquina” (MARX,

2011, p.141) estatal em detrimento de sua necessária quebra e aquilo que aparente e momentaneamente aparecia como vitória trazia em sua constituição o germe de uma fragorosa derrota. Anos mais tarde, com a grandiosa Comuna de Paris (1871), a “antítese direta do Império” (MARX, 2011, p.56), o alemão, por seu turno, não deixando de evidenciar os limites objetivos de sua eventualidade, demonstraria como o despojo dos atributos político-institucionais do capital e a parcial restituição dos poderes de decisão ao corpo social haviam verdadeiramente atordoado o “espírito burguês” (MARX, 2011, p.54) como nunca antes.

Mas o não contorneamento revolucionário nos termos de uma transição efetiva e duradoura, em cuja processualidade as forças em luta decantassem as suas regularidades universais e intercambiais por meio de seus desenvolvimentos metabólicos distintos e opostos, traduzindo em “termos práticos bastante tangíveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.47) o comportamento resistente e a dialética da progressão/destruição, dispondo sobre suas exigências, variáveis, dimensões e propriedades, somente permitiu que Marx pudesse se manter no campo do estabelecimento das linhas gerais do firmamento categorial transicional, maneando com suas tendências operativas, absolutamente consciente de que a transplantação desse domínio, mantidas as circunstâncias anteriores, necessariamente decorreria no ingresso em um plano de abstração bastante demarcado. Mais tarde, se uma série combinada de fatores incontestavelmente o conduziria a incursionar sobre esta dimensão, ele o faria plenamente consciente dos riscos que corria e dos problemas que podiam ser gerados, documentando suas impressões e encarando essas realizações como um “sério *dilema*” (MÉSZÁROS, 2011, p.590, grifos do autor), severamente sublinhando a natureza de cada uma das dimensões constitutivas do sistema e da sua inextrincável modulação. Reconhecendo o limite de suas asserções, energicamente denunciou e combateu até o final de sua vida a proeminência estratégica do proletariado *com* o Estado do capital em detrimento de sua *contraposição* e quebra.

O revisionismo propulsionado na virada do século XX traria em todas as suas principais vertentes a problemática acerca do Estado, paradoxal e prevalecentemente reivindicando o legado marxiano, autoproclamando-se caudatárias de sua tradição, mas subvertendo-o em sua constituição medular. Do evolucionismo bernsteniano atrelado às vias democráticas de participação parlamentar, ao reformismo ou o determinismo fatalista da Segunda Internacional, passando pelo novo Estado Democrático de Kautsky, até o Estado revolucionário soviético, todas as teorizações fortemente sustentadas no interior do movimento socialista internacional em diferentes épocas, fundadas em motivações ou

interesses diversos, mantiveram em comum a tematização estatal num plano absolutamente apartado de sua efetivação real, escamoteando a qualidade de seu entremeamento categorial na sustentação da totalidade social sob a guarda do capital e, neste sentido, inobstante à categorização e as preocupações marxianas, propugnando uma convivência prática completamente empecilhadora da luta pela emancipação humana.

A “virada ontológica” (OLDRINI, 2002) de Lukács em Moscou na entrada dos anos 1930 e o empreendimento teórico-intelectual daquilo que ele mesmo chamaria de “renascimento” do marxismo, subvencionaria ao longo dos anos, a conformação de uma importante frente de oposição no interior do regime soviético, qualificada em torno da denúncia e combate ao empobrecido “marxismo oficial” (TERTULIAN, 2007, p.4) instrumentalizado pelo stalinismo e à reaprumada revolucionária da transição socialista. No entanto, convencido de que o aprofundamento das reformas políticas desestalinizantes estabelecidas após as entusiásticas rebeliões de 1956 se combinariam suficientemente para tal reconversão, Lukács não foi capaz de promover os rompimentos ideo-políticos necessários para saltar a qualidade de sua crítica, apesar da radicalidade de suas análises e do quilate de sua extração sobre Marx. Tendo sido bastante ativo como militante, expressivo e influente como professor e teórico, o húngaro deixaria, no entanto, um legado vívido, inspirador e, sobretudo, necessário para a retomada substantiva da libertação da humanidade do ergástulo social e político mantido pelo capital.

Quando as forças de repressão do Pacto de Varsóvia invadem a Hungria para dar cabo às suas massivas insurreições, Mészáros foge do país resoluto do completo fracasso da transição soviética e absolutamente rompido com o regime. Ávido pela compreensão dos ditames que haviam conduzido e que sustentavam aquela ruína, convicto da necessidade de recuperação do projeto socialista revolucionário autenticamente emancipador da humanidade, o jovem rumo à Itália consciente do caminho que seguiria para o alcance de seus objetivos de pesquisa e certo de que isso necessariamente passaria pela edificação de uma síntese abrangente acerca do desenvolvimento do sistema em sua historicidade corrente; noutros termos, com a realização de uma atualização categorial do capital a partir dos fundamentos colocados por Marx. Retomando os Manuscritos de 1844 e posteriormente dedicando-se aos Grundrisse e ao Capital, Mészáros principia um denso processo de exame que se desenrolaria por quase quatro décadas.

Perscrutando a qualidade da tecitura categorial do capital ao longo da processualidade histórica, comparando os distintos modos de efetuação e lastreando a

propriedade das transformações carreadas, Mészáros afiança teoricamente a entrada do sistema, ao final dos anos 1960, em sua fase de maturação-saturação histórica, segundo ele, caracterizada pela exacerbação das determinações fundamentais e pelo tracejamento das condições de operação de sua crise estrutural. Procedendo o exame com base na estruturação de um “sistema abrangente” (MÉSZÁROS, 2006, p.21) acerca de seu objeto, impregnado de determinações naquela nova historicidade, Mészáros vai ao longo da pesquisa enriquecendo o complexo teórico marxiano, evidentemente, contribuindo com consistência e substancialidade a sua teoria do Estado, na caracterização do húngaro, uma totalidade sustentadora, mas, apenas esboçada pelo autor no curso de sua investigação.

Mészáros apreendeu um entremetimento categorial do Estado bastante reforçado nas circunstâncias históricas em que se ateve. Percebeu-o multideterminado em sua existência, encadeado de forma sólida e abrangente na totalidade da realidade social, funcionalmente dinâmico e estruturalmente fortalecido. Tendo apanhado a constituição diferencial do capital plenificada em sua globalidade sistêmica, identificou a operação de distintos padrões produtivos e reprodutivos consorciados a formações de Estado com dimensões superestruturais próprias e diversas, funcionando como uma única e necessária engrenagem.

Desdobrando os traços originalmente extraídos por Marx, perquirindo-os a luz dos novos tempos, Mészáros desvelou a propriedade inversiva do Estado via equacionamento social do trabalho arraigando-se ainda mais substantivamente à materialidade do sistema, em face de suas cambiadas e cambiantes exigências. Articulado politicamente a criação e o fomento do consumo operário de massas, o capital favoreceu o engendramento circunstancial de condições mais propícias para o seu processo de “autorrenovação” (MÉSZÁROS, 2011, p.536), ainda, beneficiando-se do caráter amortizador das medidas e de sua efetivação mistificadora, tendo o controle sobre o trabalho reforçado em meio ao arroubo das contradições e da conflitualidade do sistema.

Confirmando a imprescindibilidade de sua atuação ante as fraturações estruturais e seus efeitos potencialmente destrutivos, Mészáros notabilizou o consumo estatal sucedendo-se numa forma largamente escalonada. Seja atrelado à massificação da oferta de serviços essenciais, exigente ao provisionamento amplo e diversificado de bens, animando uma cadeia segura de investimentos e a criação de novas fontes de mais-valia, seja no comedimento aos seus sintéticos e perdulários apetites, desenvoltos a uma imensa e variada institucionalidade administrativo-coercitiva, o húngaro pôde cotejar o simbiotismo entre Estado e sistema do capital enrijecido em sua organicidade e se metastasiando a amplas esferas da reprodução

social. Nesta trilha, asseverando a compreensão marxiana acerca de sua emergência como uma verdadeira “máquina de guerra do capital contra o trabalho” (MARX, 2011, p.55), MéSZÁROS testemunhou o Estado consumando sua preeminente e original dinâmica consensual-coercitiva, sempre acompanhando as cambiantes condições de desenvolvimento do sistema, mas, articulando o acordo como o momento privilegiado, quer na interface entre o capital e o trabalho, quer nas relações que se interpunham entre a pluralidade de capitais.

A plenificação do fenômeno monopolístico e a consolidação sistêmica global e desigualmente entrelaçada do capital guarneceram a abrangente diligência estatal em relação ao conjunto de capitais nacionais com novos e contundentes contornos. Originariamente relacionada à sustentação material dos constituintes reprodutivos em prol de sua necessária integração dinâmica e global, neste outro cenário, a intervenção abrangente do Estado estava intimamente ligada ao não desfavorecimento da “força combinada do capital *nacional* total” (MÉSZÁROS, 2011, p.113, grifos do autor) com a perda ou debilitação capitalística de suas unidades, por sua vez, determinantes de um incremento globalmente encadeado dos níveis de exploração e o consoante aviltamento, em maior ou menor grau, das condições sociais e políticas estabelecidas (MÉSZÁROS, 2011, p.111).

Mas a constituição global do capital, ao longo de toda a sua processualidade histórica, foi demonstrando como a dinâmica interacional entre as estruturas materiais se matizava numa base contraditória cuja “*dissonância*” (MÉSZÁROS, 2011, p.125, grifos do autor) se constituía como uma de suas necessárias faces.

Com a socialização da produção pelo planeta e a inclusão de massas de indivíduos na relação antagonística com o capital, claro, padecendo dos piores índices de exploração e condições de vida nos níveis hierárquicos mais baixos do ordenamento mundial, o Estado, como totalidade sistêmica e “estrutura geral de comando político” (MÉSZÁROS, 2011, p.597), tendencialmente teve o seu poder regulatório sobre o trabalho despotenciado, ademais o maior concatenamento categorial a partir das mais íntimas exigências reprodutivas. No curso normal do desenvolvimento do capital no rumo de sua constituição necessariamente estendida, tendente a regenerar as contradições e os conflitos a níveis cada vez mais elevados de realização, o Estado tinha comprometida a sua capacidade de levar a cabo uma função típica e exclusiva, dissonando com o capital em sua estrutural inextrincabilidade.

Ao mesmo tempo, a contextualidade expansiva global foi tornando cada vez mais protuberante a contradição em torno do orgânico e histórico entrelaçamento dos Estados nacionais aos capitais de sua própria “jurisdição” (MÉSZÁROS, 2011, p.128) e desocultou

outro aspecto da face dissonante entre as estruturas. Com o espriamento de suas unidades mais eficientes pelo globo e a violação das fronteiras nacionais, o profundo arraigamento estrutural engendrou um cenário interno de oposição e tornou contraditório o exercício estatal na consumação de sua função constitutiva de facilitação monopolística e expansiva do capital em seu grau mais elevado. Priorizando a subsistência material e a conformação monopolista de suas próprias unidades, tendencialmente orientado à interveniência para o confronto, no limite, antimonopolístico com os capitais externos e à contraposição a outros Estados nacionais, o Estado igualmente dissonava estruturalmente com o capital como totalidade reguladora sistêmica, com uma clara tendência de agravamento.

Perspectivando a qualidade da conjugação categorial do capital nos novos tempos, expondo suas propriedades e limites, provisionando concretude e mediaticidade ao real, Mészáros dava cabo à sua “obra de síntese” (MÉSZÁROS, 2009, p.150) resgatando o caráter radicalmente crítico e revolucionário da teoria social marxiana. Rompendo com uma perdurante e heterogênea tradição revisionista desfiguradora, o húngaro continuava o projeto principiado pelo alemão a partir de sua base teórico-metodológica fundamental e da historicidade concreta, com a central finalidade de conectá-lo à prática proletária na realização de seus objetivos históricos emancipatórios, cujas trilhas haviam sido abandonadas por parte majoritária do movimento socialista internacional. Atentando-se à essencialidade do Estado e às suas múltiplas dimensões, recuperou a imprescindibilidade histórica de sua total destruição, articulando-o às sínteses acerca da transição revolucionária.

Com a oportunidade histórica de colocar sobre exame um processo duradouro e socialmente decantado e desvelar os meandros sobre os quais se assentaram o absoluto afastamento dos princípios genuinamente socialistas iniciais, Mészáros pôde apanhar da dinâmica e estrutura objetiva transicional traços pertinentes desse ser inédito, discorrer sobre suas regularidades, menear com suas tendências e necessidades estruturais.

Esquadrinhando o processo na totalidade de sua efetivação e percurso, o húngaro identificou que uma série de fatores havia se combinado para a obstaculização social da revolução principiada em 1917. Não podendo avançar com a reestruturação radical da base produtiva material, a absoluta restauração do capital como força reguladora da sociedade havia se consumado ali numa forma hercúlea, tonificada no exercício da subordinação estrutural sobre o trabalho e ainda exaltada em sua objetivação política, culminando numa formação social pilarizada por um rígido e “violentamente superposto” (MÉSZÁROS, 2011, p.80) controle político sobre todo o processo produtivo e distributivo da sociedade.

Circunscrevendo-se à negação das dimensões fundamentais do sistema, não podendo superá-las em sua totalidade, o modo sociometabólico erigido permanecia condicionado pelo objeto de sua negação, no entanto, numa forma acrescida de poder.

Percebendo a completa aniquilação da alternativa socialista se vertebrando na sobressalente correlação e reciprocidade entre as dimensões socioeconômica e política do capital, conseguindo desvelar a base material de sustentação do todo poderoso “Partido-Estado” soviético (MÉSZÁROS, 2011, p.81), Mézáros, então, confirmava a assertiva marxiana acerca da imprescindibilidade da política socialista em meio a conflitualidade dualística de poderes do processo transicional e a necessidade de enfrentamento e debilitação do poder do capital e do Estado em sua persistência existencial ativa como totalidade, remetendo o exercício do poder político emanante da nova materialidade produtiva a novas estruturas, que se constituiriam de forma autônoma e conforme um “novo modo de ação” (MÉSZÁROS, 2011, p.1078).

Segundo o autor, a política socialista teria como fundamento constitutivo e motor a radical reestruturação do metabolismo social matrizada pela injunção totalizante do trabalho livre e associado *contra* a operatividade alienada e degradante do capital. Em conformidade com a nova totalidade em emergência e expressando a realização do “plano *social* consciente” (MÉSZÁROS, 2011, p.1015, grifos ao autor) do proletariado no desenvolvimento de sua autoatividade e no rumo de sua autorregulação global, o poder político socialista se exerceria ainda mediante a retomada da organização e consecução das funções reprodutivas essenciais travadas pelo Estado e a sua consonante desefetivação.

Por meio de suas estruturas políticas adequadamente constituídas, o proletariado estenderia, pois, o exercício do controle efetivo sobre a totalidade sociometabólica de transição, garantindo as condições para a progressão da revolução em direção aos seus horizontes finais. Uma vez completado o despojo do processo produtivo de sua “*penúria e antítese*” (MARX, 1973, p.706 apud MÉSZÁROS, 2011, p.1017, grifos do autor) e emergida a autêntica universalidade do trabalho como atividade automediada e verdadeiramente autoconstituída do gênero humano, a capacidade dos indivíduos sociais de operarem “uma relação direta uns com os outros” (MÉSZÁROS, 2011, p.572) expressaria nada menos do que a vigência de uma forma de sociometabolismo em que a exigência ao caráter dominativo da política fora já ultrapassado.

Ao longo de toda a trajetória de perscrutação histórica, Mézáros produziu uma pluralidade de formulações sobre o Estado e, assim como Marx, pouco se deteve à elaboração

de *conceitos* acerca dele. Muito menos a meramente descrevê-lo a partir da imediaticidade de sua aparência ou a quimerizar a respeito de suas propriedades. Por sua abstração da totalidade da realidade concreta do capital, seja em sua variedade capitalista ou pós-capitalista, o húngaro aplicou-se sobre a compreensão da multiplicidade de suas determinações e de seus traços constitutivos históricos, reproduzindo-os sistematizadamente no plano teórico. Voltando-se ao exame daquelas sociedades com uma preocupação onto-histórica e revolucionária, examinando-lhes desde a sua nucleação mais elementar e apreendendo os modos e a dinâmica de sua reprodução, Mészáros erigiu uma teoria social categorialmente atualizada e enriquecida do capital com o fito de vinculá-la a ação revolucionária da classe proletária nos novos tempos. Reunindo as condições teórico-metodológicas e ideo-políticas necessárias para o empreendimento de uma grandiosa obra de síntese, o húngaro pôde avançar na teorização a respeito do Estado do capital, preservando-a no mesmo local “preciso e importante” (MÉSZÁROS, 2011, p.598) que Marx lhe havia reservado em seu sistema teórico, desobstruindo os enunciados que haviam esbarrado em limites históricos. Com a crítica à experiência soviética, desembarçou-a dos nós ideológicos firmemente atados por décadas e corroborou para a concreção estatal numa contextualidade absolutamente nova. Enfrentando vasta oposição no interior do movimento socialista internacional, sustentou a caracterização do sobrestimado “Partido-Estado” soviético como o símbolo do absoluto fracasso daquela mais significativa e duradoura experiência revolucionária, que qualificou como “tragédia” (MÉSZÁROS, 2011, p.125).

Compreendendo a central necessidade (e possibilidade) de prosseguir com a formulação da teoria marxista do Estado em seu tempo “para o futuro das estratégias socialistas viáveis” (MÉSZÁROS, 2011, p.598), dando continuidade e ampliando o legado do alemão, reconhecendo o caráter coletivo do empreendimento, Mészáros dedicou-se em parte importante de sua vida a este feito e entregou uma contribuição valiosa e contundente para a organização e prática revolucionárias do proletariado na contemporaneidade. Não obstante a isso, deixou como uma de suas mais importantes heranças o cabedal teórico-metodológico para que a classe pudesse prosseguir com seu necessário exame concreto da realidade concreta e, a partir dessa compreensão, organizar e dar cabo a sua tarefa histórica. Pelas mãos de seu mestre Lukács, Mészáros recuperou a dimensão crítica do pensamento marxiano e a radicalidade de sua estrutura categorial, sobretudo, reabilitando o “ponto de partida ontologicamente mais adequado” (LÚKACS, 1981, p.141 apud COSTA, 2012, p.132) para a realização desta empreitada e as dimensões analíticas de anteferência.

Aceirando a malha marxiana em suas tramas nodais e a arrematando em algumas de suas extremidades inacabadas, Mézáros repostou sobre o velho mancebo e os seus trapos flamejantes ou caídos, uma muda tórrida e resistente, própria às inclemências fustigantes do tempo e não reservada a ocasiões especiais. Num de seus bolsos, advertido dos talhos de que sofreria e dos reforços urdis de que necessitaria, como um regalo daqueles que gratamente surpreendem, depositou os apetrechos suturais fundamentais de que se serviu, consciente de que seu uso seria reincidente. Tendo pregado o traje da revolução, Mézáros legava os meios para a sua completa conservação, enquanto perdurasse como peça utilitariamente necessária; até que os mantos do capital continuassem revestindo e imobilizando a autoconstituição verdadeiramente humana dos homens e os aprisionando em sua existência genericamente cindida e degradada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. **Blog da Boitempo**. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em 13 ago 2019, às 15h52.

ANDERY, A; SÉRIO, T.M.A. A prática, a história e a construção do conhecimento. In: _____ et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 2012, 392-420p.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O revisionismo de Eduard Bernstein e a negação da dialética**. 2006. 262p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo,

_____. **Educação e política no pensamento de István Mészáros: estudo introdutório**. 2010. 324p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDRADE, Mariana. Apresentação à edição brasileira. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos e Para a Ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

ANDRADE, Mariana Alves de. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 11-27p.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. (Org.); **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O legado de István Mészáros. **Youtube**, 01 out 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mz5Exg4S2Fg>>. Acesso em 24 ago 2019, às 17h31.

ARCARY, Valério. **O capitalismo pode conhecer uma “morte natural”?** Disponível em <<http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/04/o-capitalismo-pode-conhecer-uma-morte.html>>. Acesso em 14 ago 2019, às 13h15.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.); **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BONENTE, Bianca Aires I. **Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. 2011. 142p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47(1) janeiro-abril, 1996.

BUONICORE, Augusto C. A construção do conceito marxista de Estado. **Rebellion**, 2003. Disponível em <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/030707buonicore.htm>>. Acesso em 16 set 2019, às 21h54.

_____. Apresentação. In: **Rosa Luxemburgo: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CALLINICOS, Alex. **Introdução ao capital de Karl Marx**, 2008. Disponível em <<http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/03/introduo-ao-capital-de-karl-marx-alex.html>>. Acesso em 02 dez 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90**. 2002. 236p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASANOVA, Catarina. “O movimento é tudo, o objetivo final é nada” ou a traição dos trabalhadores e do socialismo. **Diário Liberdade**, 2016. Disponível em <<https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/85928-o-movimento-e-tudo-o-objectivo-final-e-nada-ou-a-traicao-dos-trabalhadores-e-do-socialismo.html>>. Acesso em 17 set 2019.

CASTRO, Rogério. Lukács: a reviravolta dos anos 1930 e a adoção da *ontologia* como expressão d filosofia de Marx. **Katálysis**, Florianópolis, v.22, n.2, p.330-341, mai/ago 2019.

CHADE, Jamil. Brumadinho é o maior desastre da década em barragens no mundo, alerta OIT. **Estadão**, 28 jan 2019. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brumadinho-e-o-maior-desastre-da-decada-em-barragens-no-mundo-alerta-oit,70002698197>>. Acesso em 03 nov 2019, às 15h05.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

CHEROBINI, Demetrio. Aproximações ao método de Mészáros: notas sobre o livro *O conceito de dialética de Lukács*, de 1970. **Revista Dialectus**, n.7, p.35-47, set/out 2015.

_____. **Educação e política no pensamento de István Mészáros: estudo introdutório**. 2010. 324p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

CLARKE, John e NEWMAN, Janet. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, vol. 37, n. 2, maio-agosto, 2012, pp. 353-381. Porto Alegre/RS.

CLIFF, Tony. **Estratégia e tática em Lenin**. 2016. Disponível em <<https://socialismoemfronteiras.wordpress.com/2016/05/06/estrategia-e-tatica-em-lenin-por-tony-cliff/>>. Acesso em 16 set 2019, às 23h45.

CODATO, A.; PERISSINOTO, R., O Estado como instituição. Uma leitura das “obras histórias” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.3, 2001.

COSTA, Gilmaísa Macedo. Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos. **Revista Arma da Crítica**, n.1, 2009.

COSTA, Sílvio. Concepção marxista de Estado. In: _____. **Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto**. Goiânia / São Paulo: Editora da UCG / Anita Garibaldi, 109-144p, 1998.

COTRIM, Ivan. **Karl Marx**. A determinação ontonegativa originária do valor. 2008. 330p. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

COTRIM, L. **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: EDUC (PUC-SP), 2010.

COUTINHO, C.N. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R; REGO, W.L.; (org.), **Lukács. Um Galileu no século XX**. São Paulo, Boitempo, 1996, p.23

_____. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DANTAS, André e PRONKO, Marcela. Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos. In: BARROS Anakeila de; BAHNIUK, Caroline; VARGAS, Maria Cristina, FONTES, Virgínia. **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018, p. 73-98.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL ROIO, Marcos. Mészáros e Lukács, artigo-homenagem. **Novos Rumos**, v.54, n.2, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trabalho relacionado com as investigações de L.H. Morgan. Rio de Janeiro: Editorial Vitória LTDA, 1964.

_____. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 1952. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>>. Acesso em 16 set 2019, às 23h58.

_____. Prefácio de 1895. In: MARX, K. **As lutas de classes na França**. De 1848 a 1850. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e Política**. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Luís. Liberalismo e Social-Democracia (Teoria Marxista sobre o Estado no século XX). **Revista Princípios**, n.20, fev/mar/abr 1991.

FERREIRA, P; PAZELLO, R. Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito. **Verinotio**, v.23, n.2, nov 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o marxismo**, v.5, n.8, jan/jun 2017.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; UFRJ Editora, 2010.

FOSTER, John Bellamy. Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 85-136, jan./abr 2013.

FREITAS, Luiz Carlo de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Educação & Sociedade**, v.35, n.129, p.1085-1114, out-dez 2014.

FRYER, Peter. A Tragédia Húngara. **Movimento**, 23 out 2017. Disponível em <<https://movimentorevista.com.br/2017/10/a-tragedia-hungara-como-a-revolucao-comecou/>>. Acesso em 24 ago 2019, às 17h36.

GOMES, José Menezes. Entre Marx e Keynes: em restauração capitalista, nem endividamento público – por uma saída anticapitalista. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, número especial, p.87-98, out. de 2012.

GOVERNO dos EUA intervém para salvar GM e Chrysler. **Terra**, S/d. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/governo-dos-eua-intervem-para-salvar-gm-e-chrysler_b108482b136ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 13 ou 2019, às 16h15.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.246-256.

GRANEMANN, Sara. Monetización y financiarización de las políticas sociales: expresiones del neodesarrollismo? In: FÉLIZ, M; PINASSI, M. O. (Org.). **La farsa neodesarrollista** - y las alternativas populares en América Latina y el Caribe. 1ªed. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017, v. 01, p. 233-243.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**, 2.ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Social Justice and the city**. Baltimore: 1973.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das revoluções.** s/d. Disponível em <<http://lutasocialista.com.br/livros/V%C1RIOS/HOBSBAWM,%20E.%20A%20era%20das%20revolu%E7%F5es.pdf>> . Acesso em 16 set 2019, às 22h29.

_____. **A era dos extremos.** O breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUMPHEYS, M. **Empty Cradles.** Doubleday, Londres: 1994.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **HISTEDBR *On-line***, Campinas, número especial, p.397-416, abr 2011.

IASI, Mauro. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.25-40, jan-jun 2009.

_____. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: ____ **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: IPC – Instituto Caio Prado Jr., 2017, p. 241-264.

JINKINGS, Ivana. Avanço da esquerda na América latina pode barrar semicolonialismo dos EUA. **Carta Maior**, 2006.

KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra.** São Paulo: Cromosete, 1998.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976. 250p.

LENIN, V.I. **Conservação os bolcheviques o poder de Estado?** Obras escolhidas em três tomos. Lisboa: Avante!, 1977a. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/10/14.htm>>. Acesso em 16 set 2019, às 22h35.

_____. **Friedrich Engels.** Obras escolhidas em três tomos. Lisboa: Avante!, 1977b. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1895/mes/engels.htm>>. Acesso em 16 set 2019, às 22h41.

_____. **Marxismo e Revisionismo.** Obras escolhidas em três tomos. Lisboa: Avante! 1977c. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/04/16.htm>>. Acesso em 13 ago 2019, às 16h21.

_____. **O Estado e a Revolução.** 2009. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm#topp>>Acess o em 13 ago 2019, às 18h19.

_____. **O Imperialismo, Fase superior do Capitalismo.** Lisboa: Avante!, 1984. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>. Acesso em 13 ago 2019, 18h29.

_____. **Sobre o Estado.** Obras escolhidas em três tomos. Lisboa: Avante!, 1977d, b. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11.htm>>. Acesso em 16 set 2019, às 22.38.

LECLERQ, Yves. **Teorias do Estado.** Lisboa: Edições 70, 1981.

LESSA, Sergio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social e Sociedade**, v.52, pp.7-23, 1996.

_____. **Cadê os operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014a.

_____. **Capital e Estado de Bem-estar:** o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. Da contestação à rendição. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L.; JIMENEZ, S. (Org.) **Trabalho, Educação e Formação Humana.** Frente à necessidade história da Revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. Fim da diferença entre trabalho manual e intelectual? **Youtube**, 28 set 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GNE-NMYQTPI>>. Acesso em 03 nov 2019, às 16h16.

_____. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Revista Outubro**, n.5, p.83-100, 201.

_____. Modo de produção e revolução: Lukács e Mészáros. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, Londrina, v.1, n.1, p.66-83, jun 2009.

_____. **O Revolucionário e o estudo:** por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014b, 112p.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007, 360p.

LOWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever? In: **Ensaio sobre literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Ontologia do ser social.** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, s/d.

_____. **Socialismo e democratização:** escritos políticos (1956-1971). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MACÁRIO, Eptácio. **Determinações ontológicas da educação:** uma leitura à luz da categoria trabalho. 2001. 16p. Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/T0956971638795.DOC>>. Acesso em 13 ago 2019.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo.** Lisboa: Antídoto, 1978.

MARCUSE, Herbert. **O marxismo soviético.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

MÁRKUS, G. **A teoria do conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

_____. **As lutas de classes na França**. De 1848 a 1850. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano. **Revista Práxis**, Belo Horizonte, n.5, 1995. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/a_proposito_de_glosas_criticas.pdf>. Acesso em 16 set 2019, às 23h07.

_____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011c.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I (edição eletrônica). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Para a Crítica da Economia Política. Prefácio. In: MARX, K.; ENGELS, F.; **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições “Avante!”, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>> Acesso em 21/01/2019, às 16h15.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, C.N. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, 208p.

_____. Prefácio à edição alemã de 1872. In: _____. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MCLLROY, John. O inverno do sindicalismo. In: ANTUNES, R. (Org.); **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MAZZEO, Antonio C. **Estado e Burguesia no Brasil**. Origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MEHRING, Franz. **Marx**. Historia de su vida. Editorial Marat. s/d.

MELO, Edivânia. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 11-27p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014.

MÉSZÁROS, István.; **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. Avanço na esquerda na América Latina pode barrar semicolonialismo dos EUA. Entrevista. **Carta Maior**, 2006. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Avanco-da-esquerda-na-AL-pode-barrar-semicolonialismo-dos-EUA/6/9994>>. Acesso em 27 set 2019, às 14h42.

_____. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. István Mézáros e sua ardorosa defesa da humanidade. Entrevista. **Revista Cult**, 2017. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/istvan-mezaros-e-sua-ardorosa-defesa-da-humanidade/>>. Acesso em 27 set 2019, às 11h17.

_____. O Capital além do capitalismo. Entrevista. **O povo**, 2011. Disponível em <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2011/06/27/noticiasjornalpaginasazuis,2260559/o-capital-alem-do-capitalismo.shtml>>. Acesso em 19 nov 2020, às 17h24.

_____. Mézáros, a estética e a política. Entrevista. **Folha de São Paulo**, 1983. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_meszaros.htm>. Acesso em 19 nov 2020, às 17h33.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Tempos de Lukács e nossos tempos – socialismo e liberdade. Entrevista. **Verinotio**, n.10,out 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3ª edição. Cortez, São Paulo, 2011.

MORAES JÚNIOR, Eli Mário M. **A política e o Estado nos escritos de juventude de Marx (1843-1844)**. 2014. 187p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

- _____. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007a.
- _____. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, n.19, 2007b.
- _____.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006a.
- _____. **Georg Lukács**. Um guerreiro sem repouso. São Paulo: Brasiliense, 1983, 104p
- _____. Introdução. In: MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- _____. **Introdução à obra de Marx**. s/d. Disponível em < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Introduc%C3%A3o-%C3%A0-obra-de-Marx-Jos%C3%A9-Paulo-Neto.pdf>>. Acesso em 16 set 2019, às 23h24.
- _____. Introdução ao método de Marx (primeira parte). **Youtube**, 18 mai 2016a. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=DI3Yocu-1oI>>. Acesso em 24 ago 2019, às 19h27.
- _____. Introdução ao método de Marx (segunda parte). **Youtube**, 19 mai 2016b. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=DI3Yocu-1oI>>. Acesso em 24 ago 2019, às 19h27.
- _____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011, 59p.
- _____. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006b, 148p.
- _____. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 98p
- _____. O salto ontológico de Marx em Paris. **Youtube**, 18 abr 2015a. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7uvbbqiPK3w>>. Acesso em 16 set 2019, às 22h12.
- _____. Revisão e teoria marxiana. **Youtube**, 17 abr 2015b. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VInomb_x5bs> Acesso em 16 set 2019, às 23h42.
- _____. Revoluções de 1848. **Youtube**, 2 ago 2016c. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=sH9vUbybGuE>>. Acesso em 16 set 2019, às 23h29.
- _____. Uma face contemporânea da barbárie. São Paulo, **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 01, 2013, s/p.
- NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- NOVAES, Henrique T. Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão. **Outra Economia**, v.2, n.2, set 2008.

OLIVEIRA, Tatiana F. **Antonio Gramsci e a Revolução Socialista**. A filosofia da práxis dos Manuscritos Carcerários à luz da problemática da Terceira Internacional. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M.; LESSA, S. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PANIAGO, Maria Cristina S. **A Incontrolabilidade Ontológica do Capital – um estudo sobre *Beyond Capital*, de I. Mészáros**. 2001. 226p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Estado e capital em Mészáros: relação de autonomia ou de complemento? 2005. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/maria_Cristina_Soares_Paniago.pdf. Acesso em 24 ago 2019, às 19h24.

_____. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “Crise do Estado”. In: _____. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. Operários e outros trabalhadores não são da mesma classe social. **Youtube**, 18 jan 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oyy-GFS78Ks>. Acesso em 14 ago 2019, às 15h05.

_____. Os benefícios do keynesianismo nunca são universais. **Youtube**, 18 abr 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oq99QY5Tf0>. Acesso em 03 nov 2019, às 16h05.

_____. Resenha István Mészáros. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo. **Revista Outubro**, n.7, 2002.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINASSI, Maria O. A revolta do jovem István Mészáros. **Blog da Boitempo**, 6 nov 2018. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/06/a-revolta-intelectual-de-istvan-meszaros/>. Acesso em 24 ago 2019, às 19h06.

_____. Pressupostos ontológicos de uma síntese *in satatu nascendi*. In: MÉSZÁROS, I.; **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. Sobre Para uma ontologia do ser social. In: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**. Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005, 139p.

RAGO FILHO, Antonio. Apresentação. In: MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ROBERTS, Michael. The heroes of finance and Powell's put. **The next recession**, 10 jun 2019. Disponível em <<https://thenextrecession.wordpress.com/2019/06/10/the-heroes-of-finance-and-powells-put/>>. Acesso em 19 ago 2019, às 15h51.

ROBERTSON, S. A estranha não morte da privatização neoliberal na *Estratégia 2020 para a educação* do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio-ago, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03.pdf>

RUBIN, I. I. A teoria Marxista do valor. São Paulo: Polis, 1987, 293p

RODRIGUES, Robério P. **O Colapso da URSS**: um estudo das causas. 2006. 307p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS NETO, A.; OLIVEIRA, M. **Adeus ao cretinismo parlamentar**. Maceió: 2016, 7p.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Marxismo e Teoria da Literatura. **Projeto História**, n.43, dez 2011.

SHELLER, F; NEDER, V. Durante crise de 2008, “modelo Brasil” ignorou resto do mundo. **Uol**, 9 set 2018. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/09/09/durante-crise-de-98-modelo-brasil-ignorou-resto-do-mundo.htm>>. Acesso em 13 ago 2019, às 16h04.

SECCO, Lincoln. Sobre a Guerra Civil na França. In: MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago, Rio Grande, RS, 2018.

SOUZA, F.; FELLET, J. Brumadinho é o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. **BBC**, 29 jan 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>>. Acesso em 03 nov 2019, às 14h54.

SILVA, Juliana Costa. **A emancipação política em Marx**. 2012. 108p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas.

TAVARES, João C. Friedrich Engels e a pedra filosofal da crítica da economia política. **Verinotio**, n.20, ano.10, out 2015.

TEIXEIRA, Maíra. Setores com maiores isenções no IPI são os que mais sofrem hoje. **IG**, 20 ago 2015. Disponível em <<https://economia.ig.com.br/2015-08-20/setores-com-as-maiores-isencoes-no-ipi-sao-os-que-mais-sofrem-hoje.html>>. Acesso em 13 ago 2019, às 16h13.

TERTULIAN, Nicolas. Lukács e o stalinismo. **Verinotio**, n.7, nov 2007.

_____. Posfácio. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, 381-400p.

TEXIER, Jacques. **O pensamento político de Gramsci**. 2007. Disponível em <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=776>>. Acesso em 07 nov 2019, às 19h39.

THOMAS, Tom. Para um projeto comunista. **O comuneiro**, 2014. Disponível em <http://www.ocomuneiro.com/nr26_9_TomThomas.html>. Acesso em 24 ago 2019.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981. 230p.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas críticas”. **Revista Práxis**, Belo Horizonte, n.5, 1995. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/a_proposito_de_glosas_criticas.pdf>. Acesso em 16 set 2019, às 23h07.

_____.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. s/d. Disponível em <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Descaminhos_da_esquerda.pdf>. Acesso em 17 set 2019, às 00h15.

_____. **Educação e concepções de sociedade**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. Educação e Ontologia Marxiana. **HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p.135-145, abr 2011.

_____. Qual marxismo? **Marxismo Vivo**, n.5, 2002.

_____. Qual política social para qual emancipação? **Ser Social**, Brasília, v.17, n.37, p.279-295, jul-dez 2015.

_____. **Sobre o socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. Trabalho associado e Extinção do Estado. **Rebela**, v.3, n.2, 2014.

_____.; LESSA, S., **A Grande Revolução Russa (1917-1921)**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

WOODS, Alan. **A República Soviética Húngara de 1919: A Revolução Esquecida**. 2017. Disponível em <<https://www.marxismo.org.br/a-republica-sovietica-hungara-de-1919-a-revolucao-esquecida/>>. Acesso em 26 set 2019, às 23h24.